BOLETIM Conjuntural 27

TRIMESTRAL

OUTUBRO/94

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA
IPEA

IPEA/RIO

Sumário

Panorama Conjuntural	III
Resumo de Projeções	VII
Nível de Atividade	1
Emprego e Salários	7
Inflação	9
Setor Externo	13
Política Monetária	19
Política Fiscal	23
Política Agrícola	27
NOTAS TÉCNICAS	31
INDICADORES E PREVISÕES IPEA	39

Grupo de Acompanhamento Conjuntural

APOIO
FBB
FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

IPEA

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

PRESIDENTE
Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo

DIRETOR EXECUTIVO
Antonio José Guerra

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Adilmar Ferreira Martins

DIRETOR DE PESQUISA
Claudio Monteiro Considera

DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Luis Fernando Tironi

O IPEA é uma fundação pública, vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

Preço da assinatura (4 números):
R$ 35,00

Preço de número avulso:
R$ 8,75

Para assinar o Boletim Conjuntural, *preencha o formulário impresso no final deste volume e envie para o endereço indicado.*

BOLETIM Conjuntural

DIRETORIA DE PESQUISA

GAC - Grupo de Acompanhamento Conjuntural
Ajax Reynaldo Bello Moreira
Claudio Monteiro Considera
Elcyon C. R. Lima
Gervásio Castro de Rezende
Maria Helena T. Taques Horta
Sheila Najberg (BNDES)

TÉCNICOS AUXILIARES (Convênio FBB)
Eduardo de Cerqueira Moreira da Costa
Lucília de Fátima Rocha Valadão
Mérida Herasme Medina

ESTAGIÁRIOS
Gisela Palma da Silva
Luciana de Sousa Calvão
Luciana Santos de Souza

COORDENAÇÃO DO GAC
Renato Villela - coordenador
Paulo Mansur Levy - adjunto

As opiniões emitidas neste Boletim *não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.*

SUPERVISÃO EDITORIAL
Marilda Delayti Barroca

ARTE/DIAGRAMAÇÃO
Nelson Cruz
Luiz Carlos Dias

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO
Lucia Duarte Moreira
Míriam Nunes da Fonseca
Nilson Souto Maior

APOIO COMPUTACIONAL
Ana Isabel C. M. de Alvarenga
Carlos José Almeida Pereira (Projeto PNUD BRA/91/016)
Carmen Falcão Argolo
Henrique Costa Correia da Silva
Jorge Luis Morandi
Mário César Schössler Barboza

DIGITAÇÃO
Gabriel Ferreira da Cunha
Maria Hosana Carneiro Cunha
Roberto das Chagas Campos
Ruleni Buarque Ribeiro

Tiragem: 1.000 exemplares
Trabalho concluído em outubro de 1994
(Informações disponíveis até 28.10.94)

Correspondência:
SERVIÇO EDITORIAL/RJ
Av. Pres. Antonio Carlos, 51 - 14º andar
20020-010 - Rio de Janeiro, RJ -
Tel: (021)220-5533 - Fax: (021) 240-1920
EMail: IPEA@VM.LNCC.BR (Internet)
IPEA@BRLNCC (Bitnet)

IPEA
BOLETIM
CONJUNTURAL
Nº 27
OUTUBRO/94

Panorama Conjuntural

Um plano de estabilização é composto por um conjunto de medidas de caráter transitório e de caráter permanente que visam a conduzir a economia a um novo regime no qual estejam presentes estabilidade de preços, crescimento do emprego e da renda e outros objetivos sociais. As medidas de caráter transitório visam tornar mais suave a passagem para a nova situação de estabilidade. O entendimento do que é transitório e do que é permanente, em qualquer plano, é importante para a compreensão de suas chances de sucesso, para a localização do ponto em que se está na trajetória definida para a nova situação de equilíbrio e para a avaliação do quanto dela se desviou.

Para compreender o que é permanente no Plano Real é preciso indagar quais são os objetivos de mais longo prazo do país. O Brasil após mais de uma década de estagnação econômica, como não poderia deixar de ser, precisa crescer e atender os anseios de maior justiça social. Uma condição necessária, para crescer com equidade é estabilizar o nível geral de preços da economia. Esta estabilização não é, no entanto, suficiente para garantir o crescimento sustentado.

O crescimento sustentado da economia só será atingido se os agentes econômicos se convencerem de que haverá estabilidade das "regras do jogo" e se a política econômica adotada for favorável à formação de uma baixa taxa de juros real de longo prazo. No período mais imediato, no entanto, a política econômica tem que fazer frente às fortes pressões de demanda que, diante da impossibilidade de um aumento de oferta no mesmo ritmo no curto prazo, tendem a ameaçar a própria estabilidade.

Programas de estabilização que visam a derrubar rapidamente altas taxas de inflação caracterizam-se, em geral, por um expressivo um aumento da demanda nos meses imediatamente posteriores à sua implantação. Pode-se, até mesmo, dizer que tal fenômeno é inerente a esse tipo de programa, decorrendo principalmente dos efeitos que a eliminação virtualmente instantânea da inflação exerce sobre a renda real dos consumidores e sobre o clima geral de expectativas dos agentes econômicos. A experiência brasileira nos últimos oito anos e a de outros países que implementaram programas semelhantes demonstram claramente esse ponto.

Essa pressão de demanda, em última análise, só se refletirá em retomada do processo inflacionário se os instrumentos de política econômica não forem utilizados com a

necessária presteza e intensidade. A experiência internacional mostra que, nos casos considerados bem-sucedidos, como o da Argentina, Israel e México, políticas monetárias rígidas foram adotadas logo após a implantação dos respectivos programas de estabilização. Além disso, na ocasião, encontravam-se em andamento nesses países uma profunda reestruturação do setor público, incluindo reformas tributária e do padrão de gasto governamental e amplos programas de privatização, com um forte impacto sobre expectativas. No Brasil, pode-se argumentar que o fracasso das principais tentativas de estabilização empreendidas desde 1986 deve-se, em boa parte, à demora com que medidas efetivas de desincentivo ao consumo foram tomadas, ao mesmo tempo em que medidas de ajuste estrutural não receberam a prioridade necessária .

Não há porque imaginar que o atual programa de estabilização fosse apresentar uma trajetória diferente. De fato, a partir de julho, as vendas no comércio e a produção industrial entraram em ritmo de crescimento acelerado. A produção industrial em agosto apresentou um crescimento de 3,6% em relação a julho pelo índice dessazonalizado do IBGE (vide seção 1 deste Boletim), enquanto que o faturamento do comércio geral em setembro (excluindo as vendas de concessionárias de veículos, cujo desempenho foi influenciado pela greve no setor), segundo a FCESP, se elevou em 6,6% em relação a agosto.

Embora para a indústria como um todo ainda seja possível constatar a existência de algum grau de ociosidade na utilização da capacidade instalada, determinados setores — especialmente na área de insumos — passaram a apresentar gargalos que já se traduzem em pressões sobre os preços. Ademais, estes são setores que vêm experimentando, a nível internacional, uma forte pressão de demanda, que tem provocado aumentos nas cotações de commodities no mercado mundial. Ou seja, o recurso a importações se mostraria de pouca eficácia neste caso, embora a valorização cambial venha contribuindo para amenizar o impacto no mercado interno das elevações de preços lá fora, conforme discutido na seção 3 deste Boletim.

As recentes medidas de contenção ao crédito — principalmente a redução dos prazos máximos de crédito ao consumidor e o compulsório não-remunerado de 15% sobre empréstimos do sistema financeiro — e que foram tomadas com vistas a reduzir esse excesso de demanda, mostravam-se portanto como absolutamente necessárias e se enquadram dentro do conjunto de medidas transitórias do Plano Real. No entanto, se por um lado elas refletem o reconhecimento de que o aquecimento da demanda representava um fator de risco para o desenrolar do Plano Real, por outro também revelam, devido a sua natureza, as severas restrições que hoje se colocam para a condução da política econômica. Em termos gerais, a grande maioria das medidas de correção de rumos do Plano Real até o momento têm se caracterizado por seu teor fortemente intervencionista, e num certo sentido até mesmo casuístico, sem que se tenha ainda avançado na direção de uma definição das regras mais permanentes que irão garantir no prazo mais longo a estabilidade da moeda.

A política monetária, em particular, vem se caracterizando pela necessidade de atingir objetivos aparentemente conflitantes: de um lado estão as pressões de demanda a exigir uma política monetária rígida de modo a evitar que esta cresça demasiadamente rápido; de outro, está a questão externa, particularmente dos fluxos financeiros, que tende a gerar uma contínua apreciação do câmbio diante de um diferencial de juros muito elevado. Esses dilemas são ainda agravados pela difícil situação de alguns bancos estaduais que, diante do forte aperto de liquidez provocado pelas medidas de aumento de compulsório sobre depósitos a prazo e de poupança, vêm sendo obrigados a recorrer sistematicamente ao auxílio do Banco Central.

O conflito câmbio-juros, no entanto, já começa a representar uma camisa-de-força para a condução da política monetária diante do quadro de demanda aquecida que está se verificando. Em outubro, apesar dos claros sinais de inflação ascendente (influenciada em

boa medida por fatores sazonais e climáticos), o Bacen trabalhou com uma taxa de juros efetiva inferior à de setembro. Como contrapartida, este estreitamento do raio de ação da política monetária tem colocado um peso excessivo sobre medidas de controle quantitativo do crédito, gerando com isso uma situação em que as taxas de juros para os tomadores de empréstimos têm recebido um impacto relativamente mais elevado do que as taxas de aplicação para os poupadores.

É compreensível que nos primeiros meses do Plano, quando ainda não se conhece o grau de monetização necessário para estabilizar a economia, se lance mão de metas para a taxa de juros real. Na prática, a definição de metas para a base monetária mostrou-se incompatível com um quadro de rápida remonetização e a tentativa de mantê-las certamente teria implicado uma elevação significativa das taxas de juros. No entanto, à medida em que o processo de remonetização se consolide e haja uma maior informação a respeito do comportamento da demanda por liquidez numa situação de estabilidade, o enfoque deve ser alterado para uma maior preocupação com agregados monetários.

Uma definição pouco clara da política monetária reduz o grau de confiança dos agentes econômicos no plano. As medidas transitórias não podem representar um desvio muito grande em relação ao desenho mais permanente que se deseja para a economia. A atual política de depósitos compulsórios não favorece o estabelecimento de valores confiáveis e permanentes para os agregados monetários, na medida em que, sendo exagerada, cria expectativas de que deva ser alterada em algum momento. Além do mais, dificulta a redução da liquidez dos fundos de curto prazo, que passam a receber tratamento favorecido por parte das instituições financeiras como forma de escaparem dos compulsórios. Em suma, ao invés de se estar caminhando na direção de uma estrutura de ativos financeiros compatível com um ambiente de estabilidade, com uma intensificação progressiva da intermediação financeira, as medidas mais recentes apontaram no sentido de agravamento daquelas distorções.

Também a opção por uma âncora cambial, que no caso brasileiro foi reforçada por uma valorização nominal do Real, vem se mostrando de eficácia relativa como instrumento de contenção de pressões inflacionárias. A principal razão para tanto, e que é também o que provavelmente diferencia o Brasil de outros países que optaram pelo câmbio como âncora nominal em seus programas de estabilização, é o grau extremamente baixo de abertura de nossa economia. É possível que uma exposição maior à concorrência externa seja apenas uma questão de tempo, até mesmo para que se possa remover todo o entulho burocrático-administrativo que hoje impede um fluxo maior de importações. Mas, até que isso ocorra, a determinação da taxa de câmbio estará ocorrendo principalmente a partir de fluxos financeiros positivos e de um superávit comercial significativo, e sua tendência será de apreciação. Diante de um setor industrial razoavelmente desenvolvido e de um setor exportador que tem revelado impressionante capacidade de modernização e absorção de progresso tecnológico, parece arriscado apostar numa contínua valorização do câmbio como instrumento de estabilização dos preços. É nesse sentido que devem ser encaradas as críticas segundo as quais o Plano Real estaria ainda carecendo de uma definição da âncora nominal que vai estabilizar a economia.

A âncora cambial tem que receber o auxílio de alguma forma de controle monetário, possivelmente pela definição de metas de crescimento para algum agregado. Isto pode se dar pela definição de um regime de flutuação em bandas para o câmbio, associado a metas monetárias críveis (o que implicaria, por sua vez, na redefinição de uma série de procedimentos segundo os quais o Bacen opera no mercado e que garantem a liquidez e rentabilidade dos ativos financeiros), configurando um horizonte de regras estáveis para os agentes econômicos e acelerando a passagem da estabilização para uma situação de crescimento sustentado, mesmo que, para isso, sejam necessárias medidas de caráter **temporário** *que inibam o ingresso de recursos externos.*

IPEA
BOLETIM
CONJUNTURAL
Nº 27
OUTUBRO/94

As necessidades de crescimento do país, os investimentos em infra-estrutura, os gastos visando obter maior justiça social, e as dificuldades para se obter um profundo ajuste fiscal com reforma simultânea do sistema tributário não tornam provável a redução dos juros reais sem que haja um aumento do financiamento externo do país, o que implicará numa entrada substancial de recursos externos a médio e longo prazos. A atração de recursos externos pelo Brasil terá algumas conseqüências a médio prazo: a taxa de juros real doméstica seguirá de perto a taxa de juros internacional e uma apreciação real permanente do câmbio (em relação aos níveis vigentes no período pré-Plano) será necessária para que ocorra o aumento das importações requerido para financiar o investimento doméstico. Por isso, qualquer medida ampla de controle da entrada de recursos externos só poderá ter um caráter transitório. Além disso, a política monetária não deverá ser conduzida estabelecendo metas para a taxas de juros real, mas sim deixando que esta seja estabelecida livremente pelo mercado.

IPEA
BOLETIM CONJUNTURAL
Nº 27
OUTUBRO/94

Resumo de Projeções

1. PRODUÇÃO INDUSTRIAL

PERÍODO	VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)
1994 - II	6,2
1994 - III	6,2
1994 - IV	5,0

2. BALANÇA COMERCIAL

DISCRIMINAÇÃO	1994 (US$ Bilhões)
Exportação	42,4
Importação	30,0
Saldo Comercial	**12,4**

3. PRODUTO INTERNO

DISCRIMINAÇÃO	VARIAÇÃO ACUMULADA EM 4 TRIMESTRES (%)			
	1994-I	1994-II	1994-III	1994-IV
Agropecuária	0,5	2,6	4,8	6,3
Indústria	6,8	5,3	5,3	4,2
Serviços	3,8	3,2	3,0	2,8
PIB Total	**4,6**	**4,0**	**4,2**	**3,9**

IPEA
BOLETIM CONJUNTURAL
Nº 27
OUTUBRO/94

1

Nível de Atividade

A economia brasileira apresentou durante os primeiros nove meses deste ano um expressivo desempenho. Estima-se que o PIB tenha crescido 4,2% em comparação com igual período de 1993. Com este resultado, a taxa acumulada de quatro trimestres de 4,1% observada até o quarto trimestre de 1993 se elevou para 4,2% no acumulado até o terceiro trimestre deste ano. Destacam-se com contribuição elevada para este desempenho global durante estes nove meses: o setor de lavouras (+9,5%), as indústrias de transformação (+5,9%), e da construção (+1,8%) e os transportes (+3,4%).

Na série dessazonalizada, o PIB registrou, no terceiro trimestre de 1994, um crescimento de 0,5%, influenciado principalmente pela produção do setor industrial, com crescimento de 1,9%.

As previsões para o restante do ano são, com os resultados disponíveis, e nas condições atuais da economia, de relativo aquecimento no nível de atividade, de que o PIB apresentaria na série dessazonalizada crescimento de 0,1% no último trimestre do ano. O ano terminaria com um crescimento do PIB de 3,9%.

Tendo em vista alguns resultados já conhecidos para o mês de outubro, é possível se avaliar que o crescimento do PIB deverá ser um pouco superior ao que estimamos com o modelo, alcançando um número um pouco superior a 4%.

A trajetória do PIB durante este ano acompanha de perto o desempenho da indústria geral (extrativa+transformação), cuja série dessazonalizada acusa um forte crescimento no primeiro trimestre seguido de pronunciada queda no segundo trimestre, voltando a crescer no terceiro trimestre. As perspectivas para os meses restantes são, na série dessazonalizada, de queda nos meses de outubro e novembro e crescimento em dezembro, resultando um quarto trimestre 2,6% inferior ao terceiro. Projeta-se para o ano de 1994 um crescimento de 5%.

Nossas previsões para o ano têm, entretanto, que ser qualificadas. Em primeiro lugar, são baseadas em modelos de séries temporais e, portanto, incorporam apenas as perspectivas já refletidas nos dados mais recentes. Os dados disponíveis, por sua vez, refletem ainda a relativa paralisia que caracterizou a política econômica no período pós-introdução do real. Durante esse período, as autoridades econômicas apenas assistiram à elevação do consumo advinda da simples quebra da inércia inflacionária, pela qual os assalariados, notadamente os de mais baixa renda, auferiram considerável aumento de renda real. Com a estabilidade, adquirir bens de consumo duráveis via crediário de parcelas fixas, mesmo que a taxas de juros elevadas, torna-se um sonho realizável.

No período mais recente, durante os meses de agosto e de setembro e parte de outubro, as autoridades econômicas se pautaram por exacerbar as expectativas ao ameaçarem os consumidores com medidas restritivas ao crédito, sem entretanto efetivá-las. O resultado foi um forte aumento do consumo, que alcançou nos meses de agosto e setembro nível 30% superior a de iguais meses de 1993. As medidas de restrição monetárias e creditícias recém-adotadas certamente amenizarão o consumo no resto do ano, permitindo que se façam os estoques necessários à elevação do consumo no mês de dezembro.

O Plano Real, na sua terceira fase, acusou forte retração da atividade econômica no primeiro mês (julho), movimento aparentemente natural de acomodação na entrada de planos de estabilização. A experiência passada, entretanto, mostra que a estabilização dos preços eleva os salários reais o que, somado ao fim da ilusão monetária de altos rendimentos das aplicações financeiras, provoca aumento do consumo, forte retomada do nível de atividade e retorno acelerado da inflação. No passado esse movimento foi mais rapidamente observado na medida em que houve da parte dos agentes econômicos dúvida quanto à durabilidade da estabilização.

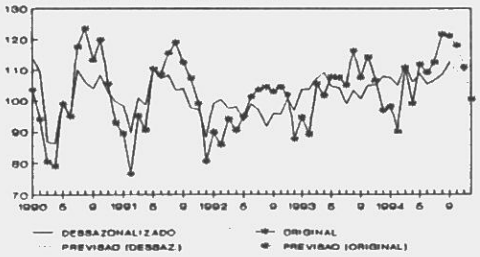
Este plano está sinalizando, já desde seu início, movimento diverso dos anteriores. Em primeiro lugar não se cometeu até o momento qualquer imprudência no que diz respeito aos salários; muito pelo contrário, a equipe econômica tem insistido que seus benefícios decorrerão, no primeiro momento, exclusivamente do fim da inflação; os futuros aumentos reais de salário deverão ser fruto dos aumentos de produtividade e não repassados a preços, evitando assim o retorno da espiral preços-salário tradicional. Em segundo lugar, o ajuste fiscal provisório e emergencial parece ter sido suficiente para que as autoridades econômicas retomassem sua capacidade de fazer política monetária e, portanto, controlar o ritmo de atividade econômica desejado, como o demonstram as medidas recém-anunciadas. O crescimento é desejável e deve prosseguir, mas em ritmo que não ameace a estabilidade.

• PRODUTO INDUSTRIAL

Os indicadores da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE, na série dessazonalizada, mostram que a produção industrial brasileira (indústria geral) reverteu em outubro de 1993 a trajetória de declínio em que se encontrava desde março daquele ano, acumulando até maio deste ano 8,2% de crescimento, com oscilações negativas em fevereiro e abril. Em junho e julho,

GRÁFICO 1.1
INDICADOR IPEA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

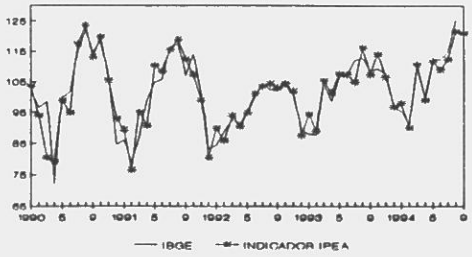
BASE FIXA - MÉDIA DE 1991=100



Fonte: IPEA. Elaboração: IPEA/DIPES.

GRÁFICO 1.2
INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

BASE FIXA - MÉDIA DE 1991=100



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA/DIPES.

volta a ocorrer queda em razão das incertezas da anunciada nova fase do Plano Real. Entretanto, a produção industrial voltou a crescer em agosto (+3,6%) bem como em setembro (+4,1%), segundo as informações da série acrescida da informação estimada pelo *Indicador IPEA* para o mês de setembro (Gráfico 1.1 e Tabela 1.2).

A taxa acumulada de 12 meses que até dezembro de 1993 era de 7,9% sofre pequeno declínio no resultado até o primeiro trimestre de 1994 (+7,5%), voltando a cair nos resultados até o segundo trimestre (+6,1%), se estabilizando no terceiro trimestre (+6,2%).

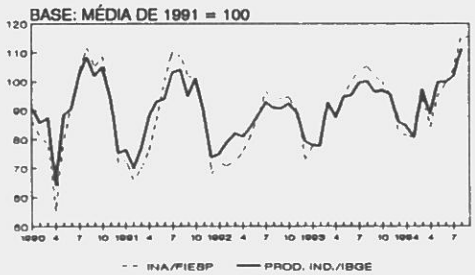
Este crescimento médio na indústria geral encobre, entretanto, taxas de crescimento bastante diferenciadas, segundo os bens sejam de consumo durável ou não-durável, desigualdade esta que se ampliou durante todo o ano de 1993 e que tende a se amenizar a partir da estabilidade. Por categorias de uso, o resultado da taxa acumulada em 12 meses até dezembro de 1993 apontava a categoria de bens de consumo duráveis apresentando crescimento de 27,7%, enquanto os bens de consumo semi-duráveis e não-duráveis cresceram apenas 6,7%. Essa taxa continuou se elevando até alcançar 29,6% até fevereiro, declinando a partir daí, alcançando 19,7% até agosto, último resultado disponível, devendo continuar a declinar no restante do ano. Os bens semi-duráveis e não-duráveis, por sua vez, apresentaram taxas acumuladas de 12 meses declinantes, alcançando no resultado até julho -0,3%; em agosto essa taxa cresce para zero, devendo continuar a se elevar no resto do ano.

A expectativa de que essa tendência se reverta com a estabilidade tem por base o fato de que os grupos de mais baixas rendas com o fim da inflação serão capazes de manter o poder de compra e, assim, de adquirir os chamados bens salários sem a corrosão de renda que sofriam durante o processo inflacionário. Notícia auspiciosa vem dos indicadores da produção de bens de capital cuja produção havia declinado em 1992, cresceu 10,2% em 1993 e na taxa acumulada até agosto apresentava crescimento de 15,3%.

Tais desequilíbrios refletem, certamente: o processo de redistribuição perversa da renda, acarretado pelas altas taxas de inflação; a troca de ativos financeiros por ativos reais provocada pela insegurança generalizada que altas taxas de inflação

GRÁFICO 1.3
ATIVIDADE INDUSTRIAL
PROD. INDUSTRIAL (IBGE) E NÍVEL DE ATIVIDADE (FIESP)

BASE: MÉDIA DE 1991 = 100



Fontes: FIESP e IBGE. Elaboração: IPEA/DIPES.

provocam; e pelo próprio fato de que após três anos de recessão a classe média auferiu renda suficiente para modernizar seus equipamentos domésticos. Com o fim da inflação tal desequilíbrio deverá se tornar menos agudo, já que as classes de renda mais baixas terão mais recursos para sua manutenção básica (bens não-duráveis), enquanto as classes de renda mais altas favorecidas pelos elevados ganhos financeiros terão seus rendimentos diminuídos.

Como forma de tentar antecipar os resultados da indústria elaborados pelo IBGE, o GAC desenvolveu um *Indicador IPEA* (ver Nota Técnica do Boletim Conjuntural nº 24) para a produção industrial - indicador geral. Trata-se de uma regressão dinâmica que estima o indicador da produção física do IBGE - indústria geral (transformação + extrativa mineral) como função de indicadores da produção física de alguns indicadores setoriais, defasados em até seis meses. São os seguintes os resultados desses indicadores, na série dessazonalizada, para setembro, em relação a agosto: produção de automóveis -8,3%, de laminados de aço +0,6%, ferro-gusa -2,1%, aço bruto -1,9%, papelão ondulado +4,1%, consumo de óleo diesel +1,6% e cimento +5,3% (agosto em relação a julho).

Na comparação com igual mês do ano anterior, o resultado do indicador de base fixa acusa crescimento de 10,8% em agosto, enquanto, para setembro, o Indicador IPEA estima esse crescimento em 12%. Por sua vez, a taxa acumulada janeiro-agosto deste ano acusa um crescimento de 5,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior, enquanto para o período janeiro-setembro essa taxa, estimada pelo Indi-

TABELA 1.1
PRODUÇÃO INDUSTRIAL
TAXA DE VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)

CLASSES DE INDÚSTRIAS	EFETIVA			ESTIMADO	PREVISTO
	JUN. 94	JUL. 94	AGO. 94	SET. 94	DEZ. 94
Indústria Geral[a]	6,2	5,7	5,8	6,2	5,0
Extrativa Mineral	5,7	6,0	6,3	6,4	6,7
Indústria de Transformação[a]	6,2	5,7	5,8	6,1	4,9
CATEGORIAS DE USO					
Bens de Capital	14,4	15,4	15,3	15,3	16,0
Bens Intermediários	5,0	4,4	4,5	5,8	3,2
Bens de Consumo	4,0	3,3	3,4	2,6	2,4
Duráveis	22,7	21,0	19,7	18,6	13,1
Não-Duráveis	0,3	-0,3	0,0	-0,1	0,9

Fonte: IBGE (PIM-PF). Elaboração: IPEA/DIPES.
[a]Em setembro a série foi estimada segundo o Indicador IPEA.

TABELA 1.2
INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
BASE: MÉDIA DE 1991 = 100

PERÍODO		INDÚSTRIA GERAL		INDICADOR DO NÍVEL DE ATIVIDADE		INDICADOR IPEA	
		BASE FIXA ORIGINAL	BASE FIXA DESSAZ.	BASE FIXA ORIGINAL [a]	BASE FIXA DESSAZ. [a]	BASE FIXA ORIGINAL	BASE FIXA DESSAZ.
1993	Janeiro	87,9	102,5	77,6	88,3	94,4	103,7
	Fevereiro	87,7	103,1	78,0	90,1	89,0	103,8
	Março	104,4	106,0	93,1	98,6	105,3	107,2
	Abril	98,7	104,9	87,3	99,7	101,5	109,2
	Maio	106,6	105,9	94,7	96,6	107,6	104,8
	Junho	107,4	102,5	100,0	95,5	107,4	104,1
	Julho	112,3	102,6	104,0	94,2	104,9	99,0
	Agosto	113,0	100,6	105,5	92,6	116,2	103,2
	Setembro	108,7	100,9	102,0	93,2	107,4	100,5
	Outubro	109,3	101,6	99,9	89,4	114,2	105,0
	Novembro	107,6	104,3	95,3	93,5	106,5	105,3
	Dezembro	97,0	109,9	82,0	92,7	96,8	107,8
1994	Janeiro	95,3	111,7	81,4	93,0	98,0	107,5
	Fevereiro	91,0	107,2	80,5	93,0	90,0	104,9
	Março	109,8	110,2	94,5	100,4	110,7	111,7
	Abril	100,0	108,1	84,3	96,1	99,0	105,9
	Maio	112,6	109,2	94,9	97,0	111,9	108,8
	Junho	112,5	107,2	99,3	94,7	109,1	105,3
	Julho	115,0	106,9	104,6	94,7	112,4	106,6
	Agosto	125,4	110,8	115,0	101,0	121,7	108,6
	Setembro					121,0	113,1

Fontes: IBGE e Fiesp. Elaboração: IPEA/DIPES. [a] Base: média 89=100.

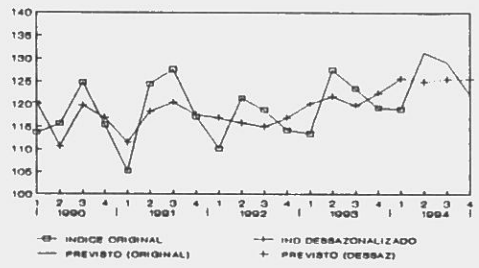
cador IPEA, ficará em 6%. Assim sendo, a taxa acumulada de doze meses que até dezembro do ano passado era de 7,9%, reduz-se em agosto para 6,8% em agosto e em setembro para +6,2% (Gráfico 1.2).

O *Indicador de Nível de Atividade (INA)*, da Fiesp, na série dessazonalizada, apresenta resultados para o nível de atividade industrial para São Paulo compatíveis com os do Indicador IPEA: em comparação com o mês imediatamente anterior aponta para setembro crescimento de 13,3%. Na taxa acumulada até setembro o crescimento é de 3,3% (Tabela 1.2 e Gráfico 1.3).

Os *Indicadores Industriais CNI* elaborados pelo Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria também acusam resultados compatíveis com os do Indicador IPEA: em comparação

com igual mês do ano anterior os resultados para o mês de agosto, último resultado disponível, acusam: vendas reais (+14,5%), emprego total (-2,5%), horas trabalhadas na produção (+0,01%) e da massa salarial real (+3,6%). A utilização da capacidade instalada tem aumentado continuamente, passando de 76% em junho para 76,2% em julho e para 77,9% em agosto. Há de se estranhar que o resultado acumulado no ano das vendas reais apresenta no período janeiro-agosto apenas 0,6% o que, segundo os técnicos da CNI, se deve a problemas com o deflator do mês de março, quando da conversão de cruzeiros reais para a URV.

GRÁFICO 1.4
PRODUTO INTERNO BRUTO
ÍNDICES DE BASE FIXA



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA/DIPES.
Obs.: 1990.1-1994.2 dados observados

• PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

As projeções do GAC para a indústria geral (extrativa mineral+transformação), com informações do IBGE disponíveis até o mês de agosto e complementadas pelo Indicador IPEA para o mês de setembro são de que indústria apresentará, na série dessazonalizada, queda nos meses de outubro e novembro e crescimento em dezembro, resultando na queda de 2,6% no quarto trimestre em relação ao terceiro. Projeta-se para o ano de 1994 um crescimento de 5% (Tabela 1.1).

• EVOLUÇÃO DO CONSUMO

Informações sobre o comércio na região metropolitana de São Paulo da pesquisa da FCESP, utilizadas pelo

TABELA 1.3
COMÉRCIO VAREJISTA EM SÃO PAULO: ÍNDICES DE FATURAMENTO REAL
SÉRIES DESSAZONALIZADAS - MÉDIA DE 1990 = 100

PERÍODO		CONSUMO[a]		BENS DURÁVEIS		BENS SEMI-DURÁVEIS	BENS NÃO-DURÁVEIS
		TOTAL	EXCLUSIVE VEÍCULOS	VEÍCULOS	DEMAIS		
1993	1º Trimestre	68,1	60,0	100,9	49,9	50,9	74,0
	2º Trimestre	72,2	59,3	124,2	47,7	48,6	75,7
	3º Trimestre	71,4	58,1	125,3	49,2	46,9	71,9
	4º Trimestre	75,5	63,0	126,0	53,1	56,4	76,1
1994	1ª Trimestre	78,5	66,9	125,3	57,7	56,5	80,6
	2º Trimestre	78,3	62,4	142,7	55,4	47,2	75,7
1993	Janeiro	62,0	57,6	80,0	47,4	49,4	71,6
	Fevereiro	67,4	60,0	97,4	50,0	49,8	74,4
	Março	74,4	62,2	124,0	52,4	53,4	75,9
	Abril	73,5	60,4	126,7	47,5	46,7	79,3
	Maio	70,4	58,3	119,6	46,6	49,0	74,2
	Junho	72,6	59,2	126,9	49,1	49,7	73,5
	Julho	71,7	58,5	125,2	49,6	45,9	72,8
	Agosto	70,2	57,0	123,7	48,4	47,2	69,8
	Setembro	72,5	59,0	127,1	49,7	47,7	73,1
	Outubro	71,7	61,2	114,6	51,3	51,2	75,4
	Novembro	76,0	62,2	132,0	52,7	55,7	74,8
	Dezembro	77,9	64,8	131,0	54,6	59,7	77,6
1994	Janeiro	76,7	67,4	114,0	58,6	60,7	79,4
	Fevereiro	77,7	65,4	127,7	55,4	55,1	79,9
	Março	81,0	67,9	134,3	59,1	54,1	82,5
	Abril	76,0	63,0	128,4	57,0	48,3	74,9
	Maio	81,7	64,2	152,6	58,4	46,4	77,2
	Junho	77,0	60,1	145,3	50,8	47,0	74,9
	Julho	78,3	64,0	136,4	59,0	46,9	75,7
	Agosto	90,5	74,9	153,4	77,3	59,0	78,4

Fonte: FCESP. Elaboração: IPEA/DIPES. Obs.: Índices de Faturamento Nominal deflacionados pelo IPCA-SP. [a] Não inclui Material de Construção.

TABELA 1.4
PRODUTO INTERNO BRUTO E TAXA DE INVESTIMENTO
TAXA ACUMULADA EM QUATRO TRIMESTRES

SETORES	OBSERVADO						ESTIMADO	PREVISTO
	MAR.93	JUN.93	SET.93	DEZ.93	MAR.94	JUN.94	SET.94	DEZ.94
Agropecuário	3,4	0,9	-0,4	-1,2	0,5	2,6	4,8	6,3
Indústria	-4,7	0,1	4,6	6,8	6,8	5,3	5,3	4,2
Serviços	-0,1	0,9	2,3	3,5	3,8	3,2	3,0	2,8
PIB Total	-1,5	0,6	2,9	4,1	4,6	4,0	4,2	3,9
Taxa de Investimento[a] (% do PIB)	13,8	14,0	14,2	14,5	14,9	15,2	15,5	

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA/DIPES. [a] Nos últimos quatro trimestres.

GAC como *proxy* do consumo interno, apóiam claramente a análise da evolução da produção industrial. A série dessazonalizada mostra oscilações no consumo em relação aos meses anteriores, ao longo do ano de 1994, com forte elevação no mês de agosto; este quadro parece já ter-se atenuado, a considerar os resultados preliminares de setembro em que o crescimento foi de apenas 2%. O quadro, entretanto, da evolução do consumo quando comparado com iguais meses do ano anterior é de forte aumento, acumulando no período janeiro-setembro deste ano um crescimento de 14% em relação a igual período de 1993.

Este resultado positivo para o comércio geral (+14%) foi ainda mais acentuado para as vendas de bens duráveis (+20%), enquanto a venda de bens não-duráveis cresceu apenas 5,3%. (Tabela 1.3)

Estes resultados refletem claramente a elevação do salário real médio a partir da nova lei salarial, que foi capaz de conter a corrosão inflacionária que os salários vinham sofrendo anteriormente, a proteção dos salários reais graças à conversão dos salários em URV e a adição de renda real com o fim do imposto inflacionário que recaía fortemente sobre os assalariados de mais baixa renda. O impacto da implantação do Plano Real permitiu um salto adicional no consumo graças às facilidades de acesso ao crediário. Este movimento, por parte principalmente das classes de mais baixa renda, provocou uma explosão de consumo nos meses de agosto e setembro, fortemente baseado em compras no crediário. Informações atualizadas até a terceira semana de outubro indicam que o aumento do consumo baseado em crediário continuou, em nível semelhante a agosto. As medidas de contenção de crédito recém-tomadas deverão atenuar esse movimento até o final do ano.

• PIB E INVESTIMENTO

As previsões de safra para 1994 apontam para um excelente desempenho do setor agropecuário. Segundo o IBGE, a produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá crescer 8,6% em comparação com 1993. Com este resultado projeta-se para 1994 uma taxa de crescimento de 6,3% para atividade agropecuária. Para o setor de serviços prevê-se uma taxa de +2,8% e para o industrial um crescimento de 4,2% (Tabela 1.4).

Com o objetivo de acrescentar mais alguns meses de informações para cálculo do PIB o GAC desenvolveu mais dois Indicadores IPEA (ver nota técnica no Boletim 26): um deles referente a produção da indústria de transformação e outro para a construção. Com isso foi possível contar com informação para setembro para estas duas variáveis.

Considerando estes resultados e atualizando os de alguns outros setores de atividade,é possível estimar em 3,9% o crescimento do PIB de 1994 (Tabela 1.4).

O indicador dessazonalizado do PIB aponta para um pequeno crescimento do PIB no terceiro (+0,3%) e no quarto (+0,1%) trimestres.

O IBGE fez uma ampla revisão das Contas Nacionais para o período posterior a 1990. A mais forte alteração ocorreu nas informações relativas à formação bruta de capital fixo, notadamente no item Construção que foi substancialmente reduzido em relação aos valores anteriormente divulgados. Com isso as taxas de investimento para essa década se reduziram conforme a tabela acima.

De qualquer forma a taxa de 1992, de apenas 13,7%, continua sendo a menor taxa de investimento média anual de todo o período de industrialização brasileira do pósguerra. Observa-se, entretanto, que a partir do quarto trimestre daquele ano sua trajetória declinante se reverteu. Dessa maneira, a formação bruta de capital fixo em relação ao PIB cresce progressivamente de uma taxa de 13,5% no terceiro trimestre de 1992 para 16,1% no primeiro trimestre de 1994; nos últimos dois trimestres essa taxa declinou para 15,8 e 15,6%, mas deverá terminar o ano de 1994 em torno de 16%.

Mais importante ainda é observar que a maior parcela dessa taxa foi composta de máquinas e equipamentos, notadamente de importados. Esta composição da formação de capital certamente explica uma parcela importante dos aumentos de produtividade efetivos observados na atividade industrial nos anos de 1993 e 1994.

2

Emprego e Salários

Os indicadores de emprego já disponíveis para o mês de setembro indicam uma melhora no mercado de trabalho. Os dados da Fiesp mostram para este mês resultado positivo, o que não ocorria desde janeiro deste ano, apesar do crescimento na atividade econômica. A série dessazonalizada também aponta uma ligeira recuperação em setembro, que não se verificava desde dezembro do ano passado. Para o ano, no entanto, o nível de emprego continua abaixo do ocorrido em 93. As taxas de desemprego total da Fundação Seade, após apresentarem uma elevação contínua desde janeiro, começam a declinar a partir de maio. No que se refere à taxa de desemprego aberto, esta começa a cair em abril. Os resultados dessazonalizados sinalizam uma elevação tanto para o desemprego total quanto para o aberto desde julho deste ano, embora se situem abaixo dos verificados para o ano anterior, pelo menos no que se refere ao desemprego total.

Com relação aos salários médios reais, todas as informações indicam movimento semelhante, ou seja, aumento em relação ao mesmo período do ano anterior. O salário mínimo ainda constitui uma exceção, dado que se situa ligeiramente abaixo do nível verificado no ano passado.

• EVOLUÇÃO DO EMPREGO

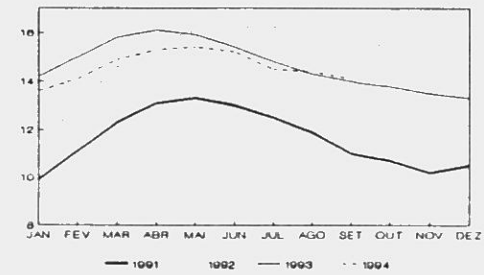
O emprego industrial para São Paulo, medido pela pesquisa semanal da Fiesp, apresenta no mês de setembro, uma variação positiva de 0,4% em relação ao mês anterior, significando a admissão de 8.311 trabalhadores. Em nível setorial, esse resultado positivo ocorreu na maioria dos sindicatos pesquisados pela Fiesp. Apesar desta recuperação, desde o início de 1994 já foram eliminados 51.474 postos de trabalho, enquanto nos últimos 12 meses, este total chega a 85.456. Os resultados para a primeira semana de outubro confirmam a recuperação de setembro, indicando crescimento em relação à última semana do mês anterior. Somente agora o emprego começa a responder ao crescimento na produção. O nível de emprego na série dessazonalizada para os nove meses do ano continua, no entanto, abaixo do verificado no mesmo período do ano passado, apontando uma tendência de queda que já chega a 2,8% (Gráfico 2.1 e II.2A dos Indicadores, ao final deste Boletim).

As informações fornecidas pela Fundação Seade para a Grande São Paulo, também mostram melhoras no mercado de trabalho para o mês de setembro. As taxas de desemprego total e aberto[1] passam, respectivamente, de 14,4 e 8,9% em agosto, para 14,1 e 8,7% em setembro (Gráficos 2.2 e 2.3). Comparando com o mesmo período do ano passado, os resultados mostram que nesses nove meses houve uma queda em relação à taxa de desemprego total (14,6 contra 15,1%), embora a taxa de desemprego aberto se situe acima do nível de 1993 (9,2 contra 9,0%). Esta recuperação no nível de emprego, ocorrida em setembro, foi generalizada para todos os setores de atividade, com destaque para o setor de serviços. A indústria gerou 11.000 novos postos, registrando aumento em praticamente todos os seus ramos de atividade (à exceção do segmento metal-mecânico), o comércio expandiu seu nível ocupacional em 16.000 postos, o setor de serviços criou 51.000 postos de trabalho, enquanto as atividades classificadas sob a rubrica Outros que inclui construção civil e serviços domésticos, geraram 17.000 novas ocupações, correspondendo a um total de 95.000 novos postos de trabalho na Grande São Paulo. Os resultados dessazonalizados das taxas de desemprego indicam, em setembro, uma elevação em relação ao mês imediatamente anterior: 14,5 contra 14,1% para o desemprego total e 9,1 contra 8,8% para o desemprego aberto (Gráficos II.5B e II.5D dos Indicadores, na parte final deste Boletim). A tendência para o desemprego total é de ficar abaixo do verificado

GRÁFICO 2.1
NÍVEL DE EMPREGO INDUSTRIAL - SP
SÉRIE DESSAZONALIZADA - PESQUISA SEMANAL
BASE: DEZEMBRO DE 1980 = 100

Fontes: Fiesp. Elaboração: IPEA/DIPES.

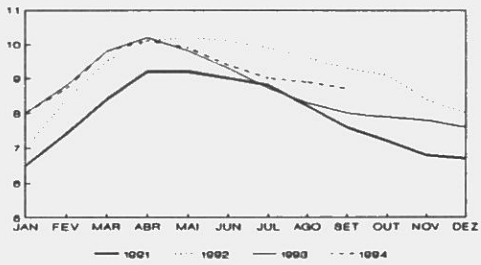
GRÁFICO 2.2
TAXA DE DESEMPREGO - TOTAL



Fonte: Seade. Elaboração: IPEA/DIPES.

1
A Fundação Seade trabalha com duas taxas de desemprego: total e aberto. Define-se como desemprego aberto "as pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias". O desemprego oculto engloba "as pessoas que realizaram de forma irregular algum trabalho remunerado ou pessoas que realizaram trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás (desemprego oculto pelo trabalho precário)" e "as pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses (desemprego oculto pelo desalento e outros)". A taxa de desemprego total indica a proporção da População Economicamente Ativa (PEA) que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. A taxa de desemprego aberto restringe-se às pessoas nessa situação.

GRÁFICO 2.3
TAXA DE DESEMPREGO - ABERTO



Fonte: Seade. Elaboração: IPEA/DIPES.

GRÁFICO 2.4
SALÁRIO MÉDIO REAL NA INDÚSTRIA - SP
PESQUISA MENSAL

Fonte: Fiesp. Elaboração: IPEA/DIPES. Deflator: INPC.

no ano passado. Já para o desemprego aberto, a tendência é de crescimento em relação a 1993.

Segundo a PME do IBGE, a taxa de desemprego aberto de 5,5% verificada em agosto manteve-se estável em comparação ao mês de julho, embora se encontre acima do nível ocorrido em agosto de 1993 (5,3%). Por setor de atividade, a taxa de desemprego se elevou nos setores de comércio e de serviços, enquanto nos setores da indústria e da construção civil houve queda. Das regiões metropolitanas pesquisadas, houve crescimento na maioria, com destaque para Porto Alegre; já em Salvador e em Belo Horizonte a taxa caiu, em comparação com o mês de julho. Na média dos oito meses do ano, a taxa de desemprego aberto encontra-se abaixo da verificada no mesmo período do ano anterior (5,5 contra 5,8%). Na série dessazonalizada, há uma ligeira elevação em agosto (5,7%) em relação ao mês anterior (5,6%), porém a tendência é de que a taxa de desemprego seja inferior à do ano passado.

Os dados da PIM-DG do IBGE[2] mostram uma queda no emprego industrial para o mês de julho. No resultado acumulado no ano, o declínio chega a 2,5%, enquanto na série acumulada em 12 meses a queda é de 1,8%. As informações desagregadas por gênero industrial para o acumulado no ano revelam queda para 18 dos 22 gêneros. Já no acumulado em 12 meses, esta queda se manifesta para 17 gêneros, destacando-se como resultados positivos Mecânica, Material de Transporte, Madeira (este somente no resultado acumulado no ano), Mobiliário e Couros e Peles.

• EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS

O salário médio real da indústria paulista, segundo as informações da Pesquisa Mensal da Fiesp (Gráfico 2.4), encontra-se, em agosto, 9,3% acima do mesmo mês do ano anterior. O salário nos oito meses de 1994 é 8,9% superior ao verificado no mesmo período de 1993. Em função disso, a massa salarial real cresceu 5,5% em relação a agosto de 1993 e 6,1% no acumulado do ano, mesmo com queda no emprego. Após a entrada do real, o salário médio tem permanecido num nível abaixo do que vigorava durante o período da URV. No entanto, este tem permanecido significativamente acima do que era pago antes da implantação da URV.

Para a PME do IBGE, o rendimento médio real das pessoas ocupadas no trabalho principal cresceu em julho de 1994, tanto em relação ao mês de junho como em relação ao mesmo mês do ano anterior. Na comparação com igual período de 1993, nota-se que houve crescimento para todos os setores de atividade, com exceção da indústria. Por posição na ocupação houve crescimento em empregados sem carteira assinada, por conta própria e em empregadores, enquanto em relação a empregados com carteira assinada houve uma ligeira queda. Na comparação com junho deste ano, o crescimento foi generalizado para todos os setores de atividade e também houve crescimento generalizado por posição na ocupação.

As informações de salário médio real divulgadas pela PIM-DG do IBGE, também apresentam variação positiva neste ano em relação ao ano passado, com o acumulado no ano registrando crescimento de 7,5% e o acumulado em 12 meses também aumentando 7,5%. Esses resultados positivos ocorreram em todas as regiões do país. Desagregando-se o comportamento das atividades industriais, na série acumulada no ano e em 12 meses houve crescimento em todos os gêneros.

2 As estimativas das observações omissas (junho e julho de 1992 e maio e junho de 1993) foram feitas usando o programa "STAMP", considerando tendência estocástica e sazonalidade usando variáveis dummies.

3

Inflação

A taxa de inflação mensal média do trimestre julho-setembro (Tabela 3.1), quando mensurada pela média do INPC, IPC-Fipe e IGP-DI, foi de 3,42%, refletindo o impacto da entrada em vigor da terceira etapa do plano de estabilização. Embora elevada, esta taxa não espelha o comportamento da inflação ao longo do trimestre, já que este caracterizou-se por uma tendência claramente declinante, com a média das taxas mensais declinando de 6,72% em julho para 2,38% em agosto e 1,26% em setembro. É interessante notar que, em termos de médias trimestrais, houve uma convergência significativa nas taxas de variação dos três índices, apesar das disparidades observadas mês a mês devido às diferenças de metodologia. O comportamento do IPC-r, utilizado para indexação dos salários nas datas-base, exibe a mesma tendência dos demais índices mas apresenta taxas de variação mais elevadas nos primeiros dois meses devido ao período de coleta com limites no dia 15 de cada mês (as taxas de variação do IPC-r no trimestre foram 6,08% em julho, 5,46% em agosto e 1,51% em setembro).

Esta redução significativa das taxas de inflação resulta da reforma monetária que introduziu o real na economia. Após uma etapa intermediária, em que se procurou promover um realinhamento de preços relativos através da adoção da URV como indexador único, o governo promoveu a desindexação da economia, ao mesmo tempo em que alterava substancialmente a regra de fixação da taxa de câmbio, interrompendo o processo de acumulação de reservas que vinha alimentando a inflação no período recente. Ainda que a avaliação do papel da URV nesse processo apresente divergências, é inegável que a transição para uma conjuntura de inflação baixa realizou-se com um grau de tensões distributivas significativamente menor do que o observado em planos de estabilização anteriores. Por outro lado, o fato de que a adoção da URV pelo comércio somente tenha sido autorizada no final de junho levou a uma forte aceleração dos preços ao consumidor antes da introdução da nova moeda, a qual aparece nos índices do primeiro mês do real por conta do resíduo estatístico.

A tendência dos preços nestes primeiros meses do plano de estabilização foi de inequívoca estabilidade associada a choques localizados que, no entanto, terminaram por afetar os índices de preços com intensidade superior à desejável. É o caso, por exemplo, do forte aumento de produtos *in natura* que, devido às geadas de junho, apresentaram no trimestre variação superior a 70% para um índice Fipe acumulado próximo a 10% (ver Tabela 3.3), dos aumentos de aluguéis, com variação de 33,9% no trimestre conforme captado pelo índice da Fipe, ou ainda dos serviços pessoais, que apresentaram no trimestre um crescimento de 35,4%.

O impacto dos preços de produtos *in natura* nas taxas de inflação desses primeiros meses do Real pode ser avaliado na Tabela 3.2, que descreve o comportamento dos preços no atacado. Ressaltando que os dados referentes a julho se referem ao índice em cruzeiro real, observa-se que, para uma variação do IPA-DI média no trimestre de 9,4%, os gêneros alimentícios tiveram crescimento de 20,7%. Mais significativamente, de acordo com a abertura do IPA-OG, enquanto a variação média mensal no trimestre dos produtos industriais situava-se em 5,8%, os produtos agrícolas apresentavam crescimento de 19,2%.

GRÁFICO 3.1
TAXA MENSAL DE INFLAÇÃO - IGP-DI

Fonte: FGV. Elaboração: IPEA/DIPES.

TABELA 3.1
PRINCIPAIS ÍNDICES DE PREÇOS - 1993/94
TAXA DE VARIAÇÃO MENSAL MÉDIA NO TRIMESTRE (%)

ÍNDICE	INSTITUIÇÃO	4º TRIM. 93	1º TRIM. 94	2º TRIM. 94	3º TRIM. 94
INPC	IBGE	35,94	41,65	44,59	3,63
IPC-SP	FIPE/USP	36,52	40,13	47,34	3,21
IGP-DI	FGV	36,10	43,14	43,31	3,44
Média		36,19	41,64	45,07	3,42
Variação sobre o trimestre anterior		2,71	5,45	3,43	-41,64

Elaboração: IPEA/DIPES.

TABELA 3.2
ÍNDICE DE PREÇO NO ATACADO - 1994 (TERCEIRO TRIMESTRE)
TAXA DE VARIAÇÃO MENSAL (%)

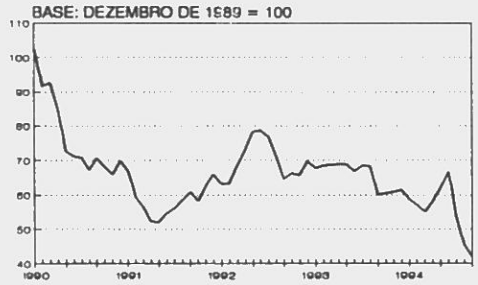
DISCRIMINAÇÃO	JULHO[a]	AGOSTO	SETEMBRO	JUL./SET.
Disponibilidade Interna	23,12	4,40	1,79	9,37
Bens de Consumo	27,33	9,68	4,62	13,47
Duráveis	21,71	-0,34	-0,11	6,61
Utilidades Domésticas	21,95	-0,32	-0,09	6,69
Outros	21,19	-0,40	-0,16	6,42
Não-Duráveis	28,07	10,93	5,15	14,31
Gêneros Alimentícios	36,27	18,93	8,39	20,66
Bens de Produção	21,11	1,76	0,26	7,31
Oferta Global	24,62	3,98	1,61	9,60
Produtos Agrícolas	41,97	13,36	5,21	19,19
Produtos Industriais	18,45	-0,02	-0,13	5,75
Indústria de Transformação	21,61	-0,10	-0,14	6,65

Fonte: FGV/Ibre. Elaboração: IPEA/DIPES. [a]Índices de Julho de 1994 calculados em CR$.

GRÁFICO 3.2
RELAÇÃO DE TROCAS AGRICULTURA/ INDÚSTRIA

Fonte: FGV/Ibre. Elaboração: IPEA/DIPES.

GRÁFICO 3.3
RELAÇÃO DE PREÇO DE ALIMENTAÇÃO VAREJO E ATACADO



Fontes: IBGE (INPC) e FGV/Ibre (IPA-DI).
Elaboração: IPEA/DIPES. Obs.: Maio e junho de 1992 é IPC.

De um modo geral, o padrão das variações de preços no período pós-Real tem sido aquele antecipado por modelos teóricos de estabilização: uma forte pressão nos preços de setores competitivos (variação real no trimestre, acima do índice da Fipe, de 4,5%) e de serviços (crescimento real de 7,9% no trimestre). Os setores oligopolizados, por outro lado, apresentam uma variação real negativa diante da média do índice (-6,7% no trimestre), o mesmo ocorrendo com a variação real dos preços administrados [-2,6%, que seria ainda mais negativa não fosse o impacto das tarifas de ônibus captado pelos índices em julho (ver Tabela 3.3)].

No caso daqueles agregados que apresentaram crescimento real (os competitivos e serviços), a razão deve ser buscada tanto nas regras de formação de preços num ambiente de inflação elevada quanto no aumento da renda real disponível que acompanha a interrupção súbita do processo inflacionário. Ainda assim é importante reconhecer que, particularmente no caso de alimentos, houve um impacto adverso significativo por conta das geadas. Já no caso dos aluguéis, seu crescimento após a introdução do Real se deve à considerável defasagem que vinham experimentando por conta da lei que limitava os reajustes a períodos de seis meses.

O declínio dos preços (em termos relativos) de produtos caracterizados por estruturas de mercado concentradas se explica basicamente pelos aumentos excessivos praticados às vésperas da introdução do Real, bem como pelo acirramento da concorrência no varejo decorrente do aumento do conteúdo informativo dos preços numa conjuntura de maior estabilidade. Nesse particular, são significativas as variações (ante o índice médio da Fipe, cf. Tabela 3.3) no trimestre dos preços de alimentos industrializados (-9,8%), artigos de limpeza (-11,3%) e produtos de higiene e beleza (-11,2%).

• PERSPECTIVAS

A partir de outubro duas ordens de pressões sobre os preços passaram a ameaçar a manutenção da inflação em patamares reduzidos. Em primeiro lugar, fatores de natureza sazonal associados ao período de entressafra e acentuados por condições climáticas adversas decorrentes de uma estiagem prolongada têm pressionado os preços dos alimentos — especialmente semi-

TABELA 3.3
IPC - FIPE: VARIAÇÕES TRIMESTRAIS E ACUMULADO EM 12 MESES

GRUPOS E ITENS	VARIAÇÃO NO TRIMESTRE								VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES	
	4º TRIM. 93		1º TRIM. 94		2º TRIM. 94		3º TRIM. 94			
	NOMINAL (%)	"REAL" (%)	NOMINAL (%)	"REAL" (%)	NOMINAL (%)	"REAL" (%)	NOMINAL (%)	"REAL" (%)	NOMINAL (%)	"REAL" (%)
ÍNDICE GERAL	154,46	0,00	175,19	0,00	219,84	0,00	9,93	0,00	2362,06	0,00
1.COMPETITIVOS	154,56	0,04	178,85	1,33	215,33	-1,41	14,86	4,48	2470,83	4,42
Alimentos Semi-Elaborados[a]	161,95	2,95	182,61	2,69	189,47	-9,49	4,33	-5,09	2135,78	-9,19
Alimentos *in natura*	152,43	-0,80	244,63	25,23	134,08	-26,81	70,57	55,17	3373,43	41,08
Alimentação fora do Domicílio	148,11	-2,49	198,30	8,40	236,92	5,34	17,26	6,67	2823,97	18,76
Mobiliário	-	-	197,70	8,18	237,77	5,61	19,33	8,55	1099,91	-
Vestuário	149,83	-1,82	130,32	-16,30	321,14	31,67	-3,32	-12,05	2242,84	-4,84
Calçados	162,10	3,00	138,63	-13,29	221,78	0,61	12,34	2,19	2160,89	-8,17
Outros[b]	140,57	-5,46	187,78	4,57	243,96	7,54	12,66	2,48	2582,66	8,96
2.ADMINISTRADOS	151,13	-1,31	162,75	-4,52	215,94	-1,22	7,11	-2,56	2133,01	-9,30
Serviços Públicos	156,31	0,73	160,74	-5,25	215,82	-1,26	2,92	-6,38	2072,13	-11,78
Manutenção do Veículo[c]	148,27	-2,43	171,91	-1,19	213,15	-2,09	1,34	-7,81	2042,40	-12,98
Transportes[d]	147,04	-2,92	162,26	-4,70	226,19	1,99	19,40	8,62	2423,37	2,49
Diversos[e]	153,65	-0,32	135,94	-14,27	166,33	-16,73	4,05	-5,35	1558,44	-32,64
Outros[f]	171,07	6,53	180,45	1,91	269,87	15,64	4,46	-4,97	2837,35	19,30
3.OLIGOPOLISTA	162,16	3,03	176,85	0,60	228,52	2,72	2,52	-6,74	2344,60	-0,71
Alimentos Industrializados[g]	156,31	0,73	181,76	2,39	238,64	5,88	-0,77	-9,74	2326,67	-1,44
Artigos de Limpeza[h]	156,31	0,73	185,11	3,60	225,48	1,76	-2,49	-11,30	2219,31	-5,80
Eletroeletrônicos	-	-	171,15	-1,47	208,24	-3,63	9,97	0,04	819,15	-
Imagem e Som	-	-	180,34	1,87	204,90	-4,67	9,70	-0,21	837,68	-
Outros Artigos de Residência[i]	149,69	-1,87	188,06	4,67	208,35	-3,59	3,91	-5,48	2204,50	-6,40
Veículo[j]	148,78	-2,23	208,80	12,21	240,04	6,32	19,03	8,28	3009,46	26,30
Fumo e Bebidas	187,87	13,13	137,36	-13,75	234,19	4,49	2,80	-6,49	2247,49	-4,65
Higiene e Beleza	161,56	2,79	184,09	3,23	227,12	2,28	-2,41	-11,22	2272,21	-3,65
Remédios	167,31	5,05	183,59	3,05	178,78	-12,84	5,41	-4,11	2127,75	-9,52
Outros[l]	149,12	-2,10	197,58	8,13	229,42	3,00	2,67	-6,61	2407,28	1,84
4.SERVIÇOS	142,84	-4,57	181,19	2,18	216,98	-0,89	18,63	7,91	2467,72	4,29
Serviços Residenciais[m]	150,18	-1,68	160,91	-5,19	213,07	-2,12	14,94	4,56	2248,84	-4,60
Aluguel	131,04	-9,20	161,62	-4,93	227,03	2,25	33,90	21,80	2546,75	7,50
Serviços Pessoais	167,63	5,18	195,80	7,49	224,51	1,46	35,43	23,20	3379,20	41,31
Serviços Médicos	157,06	1,02	199,74	8,92	225,81	1,87	13,86	3,57	2758,24	16,09
Educação	151,06	-1,33	214,23	14,18	200,09	-6,18	0,83	-8,28	2287,07	-3,05
Outros[n]	145,49	-3,52	201,96	9,73	203,58	-5,08	11,52	1,45	2409,60	1,93

Fonte:Dados brutos da Fipe. Obs.:"real"=deflacionado pelo índice geral. Elaboração:IPEA/DIPES. [a] Exceto leite. [b] Inclui flores, locação de fita e livro não-didático. [c] Inclui álcool, gasolina, combustível em viagem e emplacamento. [d] Inclui passagem intermunicipal. [e] Inclui loterias, correio, ficha telefônica e cartório. [f] Inclui linha telefônica e futebol. [g] Inclui leite. [h] Inclui lâmpadas e velas. [i] Inclui cama, mesa e banho e utensílios domésticos. [j] Inclui aquisição, produtos para veículos, óleo, estacionamento e seguro de veículo. [l] Inclui seguro de vida e recreação e cultura(exceto locação de fitas, livro não-didático, passagem intermunicipal, combustível em viagem, clubes e futebol). [m] Inclui condomínio. [n] Inclui clubes, conserto e lavagem de veículos.

elaborados, como carne e feijão. Os produtos semi-elaborados, que em setembro registravam no índice da Fipe variação de 0,4%, apresentam já na segunda quadrissemana de outubro um crescimento de 6,9%. Em nível de atacado e produtor (cf. a seção de Política Agrícola neste Boletim), as variações são ainda mais acentuadas: o feijão carioquinha pelo critério ponta-a-ponta estaria crescendo na segunda semana de outu-

bro (diante dos preços da segunda semana de setembro) 61,9% no atacado e 54,2% para o produtor; no caso da carne estas variações seriam, respectivamente, de 26,2 e 24,5%, apresentando ainda efeitos adicionais sobre os preços de frango e suínos. Essas pressões se compõem com aquelas decorrentes do aumento sazonal dos preços do vestuário (entrada da coleção primavera-verão) e, devido à própria seca, não serão contrabalançadas na magnitude esperada pela redução nos preços dos alimentos *in natura*.

Em segundo lugar, o forte aquecimento da demanda decorrente da queda instantânea da inflação a partir de julho passou a gerar pressões sobre a indústria, cuja possibilidade de expandir a produção vêm esbarrando em alguns gargalos setoriais na área de insumos, embora ainda exista capacidade ociosa nos setores produtores de bens finais. Tais pressões são ainda reforçadas por um movimento de alta nos preços de várias *commodities* no mercado internacional. Este quadro de demanda aquecida, alimentado pelo fim do imposto inflacionário que se traduz num aumento de renda real disponível para as camadas de renda mais baixa, e pela retomada do crédito para consumo, vinha gerando dificuldades adicionais no relacionamento varejo-indústria, na medida em que esta última procura repassar algumas pressões de custo sob a forma de retirada de descontos ou redução de prazos ou aumento dos custos de financiamento. Como pano de fundo, o movimento de importações vem reagindo mais lentamente do que o esperado, frustrando as expectativas de que, com a valorização cambial e a redução quase generalizada de alíquotas, ocorreria um "choque de oferta" que compensaria o aumento esperado da demanda.

Diante desse quadro, e tendo em vista que pressões de natureza temporária como as que vêm afetando o setor de alimentos somente se traduzem em elevação permanente da inflação se sancionadas por políticas monetárias expansionistas, foram adotadas no final de outubro, medidas restritivas severas na área do crédito, destinadas a refrear o crescimento da demanda, sinalizando para a sociedade o forte compromisso dos formuladores da política econômica com a estabilidade do nível geral de preços. Esta postura é essencial diante da permanência de mecanismos de indexação de salários que apesar de restritos ao período mínimo de um ano vêm sendo contornados pela concessão generalizada de abonos e antecipações, e que podem consolidar um patamar de inflação desnecessariamente elevado. Em última instância, a tendência da inflação será determinada pela capacidade das autoridades econômicas de definirem regras claras na áreas cambial e monetária que sinalizem para o sistema econômico a existência de uma âncora nominal que, por sua vez, será tão mais efetiva quanto maior for a sustentação dada por um ajuste fiscal estrutural.

4

Setor Externo

Em setembro, pelo terceiro mês consecutivo, a taxa de câmbio efetiva real apresentou significativa valorização (4,6%), acumulando nos últimos três meses uma apreciação de 19,2%. Apesar da valorização do câmbio, as exportações apresentaram, nos nove primeiros meses do ano, um crescimento de 12,2% em relação ao mesmo período do ano passado, com a série dessazonalizada apontando um movimento de alta. As projeções do GAC para os grandes agregados da balança comercial indicam um superávit comercial em 1994 de US$ 12,4 bilhões, com exportações de US$ 42,4 bilhões e importações de US$ 30 bilhões.

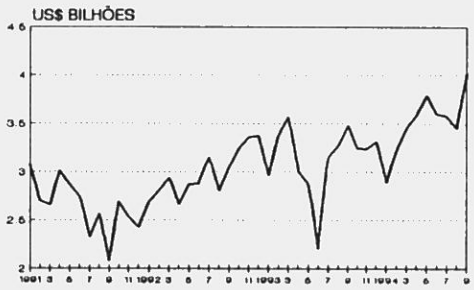
No *front* externo, observa-se uma retomada mais vigorosa do crescimento nos países industrializados. Atualmente, a recuperação já se encontra consolidada nos países anglo-saxões, enquanto na Europa continental observa-se uma trajetória consistente de fortalecimento dos indicadores do nível de atividade. Também no Japão, que experimentou no início da década de 90 a mais profunda e prolongada recessão do pós-guerra, a economia começa, ainda que lentamente, a se recuperar. Apesar da recuperação observada na maioria dos países da OECD, não se verificou qualquer sinal de recrudescimento das pressões inflacionárias, sendo bastante otimistas as previsões em relação à inflação tanto em 1994 como em 1995. Com relação ao comércio mundial, a previsão é de que ocorra um crescimento a taxas mais elevadas do que as observadas no início da década, com um crescimento da demanda dirigida para o Brasil de 7,2% em 1994 e 6,9% em 1995.

• BALANÇA COMERCIAL

Nos primeiros nove meses do ano, a balança comercial apresentou um superávit de US$ 11,2 bilhões, com exportações de US$ 32,3 bilhões e importações de US$ 21,1 bilhões. Estes resultados significaram um crescimento do saldo comercial, das exportações e das importações de 10,3, 12,2, e 13,2%, respectivamente, com relação a igual período de 1993 (Tabela 4.1).

Esse excelente desempenho das exportações, quando analisado agregadamente, segundo dados divulgados pelo boletim *ICEG* da Universidade Santa Úrsula para o período janeiro/julho, pode ser creditado exclusivamente ao efeito-preço — que no período apresentou

GRÁFICO 4.1
EXPORTAÇÕES TOTAIS
SÉRIE DESSAZONALIZADA



Fontes: MEFP/Decex. Elaboração: IPEA/DIPES.

TABELA 4.1
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - JANEIRO/JUNHO DE 1994
EM US$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	SETEMBRO 1994	JAN./SET. 1994	VARIAÇÃO PERCENTUAL SET. 94 / SET. 93	VARIAÇÃO PERCENTUAL JAN/SET. 94 / JAN/SET. 93
Exportações	**4.162**	**32.283**	**20,81**	**12,19**
Básicos	1.137	8.242	27,47	15,05
Industrializados	2.964	23.564	11,32	10,04
Semimanufaturados	673	4.993	38,19	23,31
Manufaturados	2.291	18.571	12,80	6,95
Transações Especiais	61	477	74,29	142,13
Importações	**2.703**	**21.135**	**21,92**	**13,22**
Petróleo Bruto	235	1.568	47,80	-5,26
Demais	2.468	19.567	19,92	15,02
Saldo Comercial	**1.459**	**11.148**	**18,81**	**10,29**

Fonte: MICT/CTIC. Elaboração: IPEA/DIPES.

um crescimento de 11,7% —, já que a contribuição do *quantum* exportado foi negativa, tendo este registrado uma queda de 2,2%. Considerando os dados desagregadamente, no entanto, observa-se que apenas os produtos manufaturados, os mais afetados por uma valorização do câmbio, apresentaram queda do *quantum* exportado (7,4%), quando comparado com igual período da ano anterior, enquanto que os básicos e os semimanufaturados registraram elevação tanto nos preços quanto no *quantum* exportado.

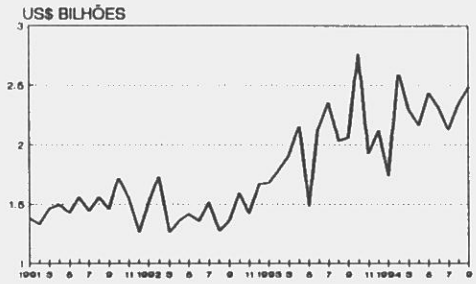
As exportações de manufaturados, na série dessazonalizada, após registrarem tendência de alta nos primeiros meses do ano, apresentaram ligeira queda em junho e em julho, voltando novamente a registrar significativa elevação em agosto e setembro, quando atingiram US$ 4,2 bilhões, US$ 1 bilhão superior ao valor observado em fevereiro (Gráfico 4.1). Também os ganhos de produtividade observados no processo recente de recuperação, aliados aos ganhos financeiros propiciados pelos adiantamentos dos contratos de câmbio, atuaram no sentido de compensar o movimento de valorização do câmbio e certamente contribuíram para aumentar a competitividade das exportações brasileiras.

Com relação ao destino das exportações, observa-se um crescimento destas em nossos principais mercados: UE (19,0%), Estados Unidos (13,1%) e ALADI (7,2%).

Em nível de produtos com elevada participação na pauta, destacam-se, entre os que apresentaram maior crescimento, as *commodities* (especialmente o complexo soja, café em grão, suco de laranja e açúcar) e, no caso dos industrializados, máquinas para terraplenagem e perfuração e veículos de carga.

Já as importações, exclusive petróleo, mantiveram a tendência de alta observada em 1993, tendo apresentado nos nove primeiros meses do ano um crescimento de 15,0% com relação ao mesmo período do ano passado, enquanto na série dessazonalisada oscilaram bastante, situando-se em um patamar médio pouco superior a US$ 2,2 bilhões, 11,2% mais elevado do que o observado nos últimos nove meses do ano passado (Gráfico 4.2).

GRÁFICO 4.2
IMPORTAÇÕES EXCLUSIVE PETRÓLEO
SÉRIE DESSAZONALIZADA



Fontes: MF/Decex. Elaboração: IPEA/DIPES.

Esta mudança no patamar das importações, exclusive petróleo, pode ser explicada tanto pelo bom desempenho da economia como pela sua crescente abertura. Por categoria de uso, o crescimento no período janeiro/julho foi liderado pelo setor de consumo durável — que não inclui equipamento de transporte — com um aumento de 65% sobre igual período do ano passado, seguido por bens de capital, com crescimento de 28%.

As projeções do GAC para os grandes agregados da balança comercial — efetuadas através de modelos de séries temporais e de modelos condicionados à taxa de câmbio — apontam um saldo comercial em 1994 de US$ 12,4 bilhões, com exportações de US$ 42,4 bilhões e importações de US$ 30 bilhões (Tabela 4.2). Tais resultados significariam uma queda do saldo comercial de 4,2% e um crescimento das exportações, das importações e da corrente de comércio de 9,8, 16,9 e 12,6%, respectivamente, sobre os valores observados no mesmo período do ano passado.

• POLÍTICA CAMBIAL

Em setembro, pelo terceiro mês consecutivo, a taxa de câmbio efetiva real para o total das exportações apresentou sensível apreciação (4,6%), acumulando no

TABELA 4.2
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - 1993/94
EM US$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	1993 EFETIVO	1994 PREVISTO	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Exportações	**38.597**	**42.384**	**9,81**
Básicos	9.367	10.460	11,67
Industrializados	28.923	31.275	8,13
Semimanufat.	5.445	6.849	25,79
Manufaturados	23.478	24.426	4,04
Transações Especiais	307	649	111,40
Importações	**25.659**	**29.993**	**16,89**
Petróleo Bruto	2.139	2.680	25,29
Demais	23.520	27.313	16,13
Saldo Comercial	**12.938**	**12.391**	**-4,23**

Fonte: MICT/CTIC. Elaboração: IPEA/DIPES.

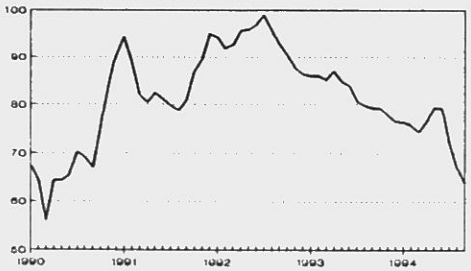
último trimestre uma valorização de 19,2%. Esse movimento é explicado exclusivamente pela apreciação da taxa de paridade do cruzeiro em relação à moeda norte-americana, dado que o dólar sofreu no período uma desvalorização ante a cesta de moedas consideradas nas estimativas do GAC. A valorização da taxa de câmbio efetiva real ocorrida no período é resultado, em grande parte, da política de não-intervenção no mercado de câmbio adotada pelo Banco Central após o Plano Real, diferente da política anterior, quando atuava no mercado procurando manter estável a taxa de câmbio real. Dado o ainda expressivo superávit comercial, que só seria neutralizado em conta corrente pelo pagamento dos juros da dívida externa de responsabilidade do Banco Central, o excesso de oferta de dólares tem resultado em uma contínua apreciação do real, que levou o Banco Central a tomar uma série de medidas objetivando a elevação da demanda por dólares, como a autorização para a liquidação futura de qualquer operação cambial, inclusive as financeiras, a supressão da exigência de guias de importação para o câmbio contratado, bem como a permissão para a contratação antecipada de câmbio para pagamento de empréstimos e financiamentos no exterior. Adicionalmente, acabou com a exigência do importador pagar 20% à vista do valor do bem importado em operações de prazo superior a 360 dias, aumentando ainda de US$ 1 milhão para US$ 5 milhões o limite para remessas destinadas ao investimento brasileiro no exterior sem análise prévia do Banco Central, além de criar um fundo de investimentos no exterior. Tais medidas, no entanto, não foram suficientes para reverter o quadro de excesso de oferta de dólares, o que obrigou o Banco Central a intervir algumas vezes no mercado, a fim de evitar uma deterioração considerada excessiva do câmbio. Na última reunião do Conselho Monetário Nacional, realizada em 20 de outubro, novas medidas foram adotadas com o objetivo de liberar o mercado de câmbio flutuante e de turismo e de reduzir o ingresso de capitais externos. Entre as medidas adotadas, destacam-se a redução para a grande empresa do prazo do adiantamento de contrato de câmbio (ACC) de 180 para 90 dias, enquanto para alguns produtos considerados estratégicos (aço, papel e celulose, fios e produtos químicos) esse prazo foi reduzido para 30 dias. Ainda com relação aos ACC, foi instituída a obrigatoriedade de os exportadores indicarem os produtos que vão exportar, quando do fechamento da operação, tendo em vista acabar com o mercado secundário de ACC. Para os importadores foi criado um depósito compulsório para todos os novos recursos que os bancos receberem dos importadores. Também os turistas não terão mais limites nem com a compra de dólares, nem com gastos com cartão de crédito, assim como ficam liberadas, entre outras, as remessas para pagamento de escolas, tratamentos médicos, transferências de herança e de patrimônio, aposentadorias e pensões e contribuições previdenciárias. Com relação às restrições à entrada de recursos externos, elevou-se o IOF para aplicações em renda fixa de 5 para 9%, e para a captação em bônus de 3 para 7%, sendo que as aplicações em bolsa, até então isentas, passarão a pagar um IOF de 1%. Adicionalmente, os bancos que captarem recursos externos para repassar a seus clientes só poderão renovar as operações em um prazo de 450 dias, ante o prazo anterior que era de 90 dias.

Contribuiu ainda para a valorização da taxa de câmbio efetiva real, ainda que em menor escala, a significativa elevação dos preços agrícolas no período, que explica a quase totalidade da elevação do IPA-OG, utilizado como deflator desse indicador. O atraso cambial acumulado desde agosto de 1992 — quando esse indicador começou a apresentar tendência de apreciação — já alcançava 35,3% em setembro, enquanto com relação aos valores médios de 1992 este era de 31,3% (Gráfico 4.3).

Quando se considera a taxa de câmbio efetiva real para manufaturados — os mais afetados por oscilações acentuadas no câmbio —, verifica-se que a defasagem cambial pós-real é substancialmente inferior à sugerida pela taxa de câmbio efetiva real para o total das exportações. Em setembro, a apreciação desse indicador foi de 2,6%; e a acumulada nos três últimos meses, de 12,6%. Com relação a agosto de 1992, a defasagem acumulada no período era de 24,8%, enquanto considerando a média dos valores observados em 1992 esta era de 21,6% (Gráfico 4.4).

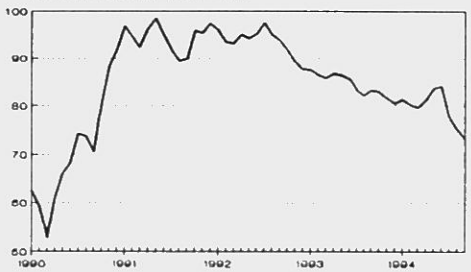
A relação câmbio efetivo/salário, que serve como uma *proxy* da rentabilidade das exportações, que havia apresentado uma recuperação de 9,3% nos dois primeiros meses do ano, voltou a demonstrar tendência de queda a partir de então, registrando uma valorização de 16,3% entre fevereiro e junho e mais 12,4% no acumulado julho/agosto. Considerando-se que desde 1992 esse indicador apresentava tendência de queda, a valorização da relação câmbio efetivo/salário em agosto, com relação a agosto de 1992, era de 37,9% — resultado bem superior ao atraso registrado pela taxa de câmbio efetiva real para manufaturados no mesmo

GRÁFICO 4.3
TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL
TOTAL DAS EXPORTAÇÕES
BASE: MÉDIA DE 1988 = 100



Fontes: IFS (FMI) e CE (FGV). Elaboração: IPEA/DIPES.

GRÁFICO 4.4
TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL
MANUFATURADOS
BASE: MÉDIA DE 1988 = 100



Fontes: IFS (FMI) e CE (FGV). Elaboração: IPEA/DIPES.

período —, enquanto com relação aos valores médios de 1992 esta era de 40,3%. É importante ressaltar, no entanto, que a significativa apreciação apontada por esse indicador é explicada não apenas pela valorização do câmbio, como também pelo aumento do salário médio real, fenômeno comum em períodos que se seguem a um quadro recessivo e que veio acompanhado de ganhos de produtividade, principalmente a partir da recuperação observada desde de outubro de 1992. Nesse sentido, o atraso cambial acumulado por esse indicador em setembro não pode ser interpretado como uma redução de igual magnitude na rentabilidade das exportações, ainda que, dado a sua ordem de grandeza, sirva de evidência de alguma deterioração dessa variável no período.

Ainda com relação aos indicadores de competitividade, deve-se salientar que os preços dos produtos exportados, tanto as *commodities* como os manufaturados, sofreram sensível elevação no período janeiro/julho, conforme salientado na seção anterior. Como uma elevação de preços tem o mesmo efeito que uma desvalorização do câmbio, ainda que não atingindo homogeneamente todos os produtos, é possível que esse fenômeno tenha pelo menos para alguns setores atenuado o efeito da valorização do câmbio em termos da competitividade de nossas exportações.

Depois do último pacote de medidas visando estimular a demanda por dólares, o diretor da área externa do Banco Central disse que a política a ser praticada daqui para a frente seguirá uma faixa de flutuação do valor do dólar frente ao real, ainda que não tenha explicitado a taxa de paridade central nem as bandas de variação. Deixou claro, no entanto, que a taxa de paridade central poderá ser alterada se houver a percepção por parte do Banco Central que os fundamentos do mercado estiverem levando essa taxa para um outro patamar. Na medida em que uma política de taxas de câmbio fixa com bandas de flutuação requer a fixação da taxa de paridade central e das bandas com pisos e tetos claramente definidos, a nova política sinalizada, aparentemente, está mais próxima de uma política de taxas flutuantes do que de taxa fixa.

• ECONOMIA MUNDIAL

A ausência de sincronia, que caracterizou o recente processo de recuperação dos países da OECD, está se transformando em um processo de crescimento global sincronizado. Esse fenômeno é explicado pelo fato de que, paralelamenta à forte expansão registrada pelos países anglo-saxões, também os países da Europa continental têm apresentado uma trajetória consistente de fortalecimento dos indicadores do nível de atividade, enquanto o Japão vem apresentando também uma recuperação, ainda que lenta, após a mais profunda e prolongada recessão do pós-guerra. Segundo as últimas estimativas disponíveis, o PIB na área da OECD deverá crescer 2,7% em 1994 e 2,8% em 1995. Para o próximo ano, está prevista alguma desaceleração do ritmo de crescimento dos países anglo-saxões que, no entanto, deverá ser mais do que contrabalançada por uma expansão mais acentuada dos demais países do grupo. Apesar da recuperação observada na maioria dos países da OECD, não se verificou ainda sinal mais consistente de recrudescimento das pressões inflacionárias, que em nível dos países do G-7 tem se mantido razoavelmente estável nos últimos meses em um patamar da ordem de 2,3%. Essas baixas taxas podem ser explicadas tanto pelas elevadas margens de capacidade ociosa, com exceção dos Estados Unidos, como pelas altas taxas de desemprego, principalmente na Europa continental, o que tem resultado, de uma maneira geral, em ausência de pressões sobre o custo unitário da mão-de-obra, de certa forma neutralizando o impacto da elevação no preço das *commodities* observada desde o início do ano. A médio prazo, as expectativas predominantes são de ausência de pressões inflacionárias — pelo menos nos países não anglo-saxões — até o final de 1994 e ainda ao longo de 1995. Esse otimismo se deve basicamente a três fatores: a) previsões de taxas de crescimento pouco superiores à taxa de crescimento tendencial, o que não deverá provocar reduções significativas nas atuais margens de capacidade ociosa, b) taxas de desemprego extremamente elevadas, que deverão permanecer acima da taxa "natural" por algum período de tempo; e c) estabilização dos preços das *commodities*, que apresentaram um significativo incremento no primeiro semestre do ano.

A situação mais delicada é a dos Estados Unidos, onde existem indícios de que a economia estaria operando a plena, ou quase plena, capacidade enquanto a taxa de desemprego teria alcançado a taxa considerada "natural". No entanto, deve-se levar em consideração que o processo recente de recuperação caracterizou-se por um forte crescimento nos investimentos em bens de capital, que responderam por 1/3 do crescimento da demanda final no período, bem como por ganhos expressivos de produtividade, abrindo espaço para o crescimento a curto e médio prazos. Por outro lado, observou-se no período um elevado diferencial entre o crescimento dos preços e do custo unitário da mão-de-obra, permitindo margem extra de proteção contra a inflação, isolando as margens de lucro de outras pressões de custo. Para as três grandes economias do mundo, as projeções das taxas de inflação para 1994 e 1995 são bastante otimistas: para os Estados Unidos está prevista uma inflação de 2,7% em 1994 e 3,3% em 1995, e para a Alemanha 3,0 e 2,3%, respectivamente, enquanto para o Japão as previsões são de uma inflação inferior a 1% nesses dois anos.

Quanto às taxas de juros, pode-se afirmar, com alguma segurança, que o período de taxas de juros de curto prazo extremamente baixas que vigoraram nos últimos anos ao longo do início do processo de recuperação das economias industrializadas chegou ao fim. Nos Estados Unidos, desde fevereiro deste ano, o FED já elevou as taxas de juros de curto prazo em 1,75 ponto percentual. Um aperto adicional na política monetária só poderá ser evitado caso a economia de sinais inequívocos de desaquecimento e se essa redução do ritmo de crescimento se refletir na eliminação das pressões inflacionárias. Quanto à Alemanha, observou-se nos últimos 12 meses um forte crescimento da demanda por moeda e por crédito, paralelamente a um significativo corte da taxa oficial de juros de curto prazo. Assim procedendo, o Bundesbank de fato promoveu a recuperação da economia alemã, colocando em certo

risco, no entanto, a estabilidade dos preços. Apesar das projeções otimistas com relação à inflação, é provável que o Bundesbank tente recuperar o controle da oferta monetária, o que só poderá ocorrer com uma elevação da taxa oficial de juros de curto prazo, que poderá alcançar 0,5 ponto percentual.

No Japão, apesar de a recuperação não estar ainda suficientemente forte para que se possa descartar uma nova redução da taxa de juros de curto prazo, o Banco Central tem procurado evitar novos cortes de juros, promovendo a recuperação da economia através de uma política fiscal expansionista. Assim, as previsões são da manutenção das taxas de juros de curto prazo japonesas até o final de 1995 no atual patamar de 1,8% a.a. Deve-se ressaltar, no entanto, que a recuperação do G-7 está ocorrendo, apesar do ajuste fiscal que vem sendo implementado, com maior ou menor intensidade em todos os países, com exceção do Japão. Assim esta recuperação está sujeita a um freio por parte da política fiscal maior do que aquele observado no mesmo estágio da recuperação do início da década. Nesse sentido, deverá se verificar a adoção de políticas monetárias menos restritivas do que aquelas observadas no início dos anos 80.

Com relação ao comércio mundial, as estimativas indicam para 1994 um crescimento do volume das importações mundiais de 7,2%, que se poderá reduzir para um patamar próximo de 6% em 1995, como resultado principalmente da redução do ritmo de crescimento dos países anglo-saxões, em particular dos Estados Unidos. A estimativa da demanda dirigida para o Brasil — medida pela taxa de crescimento do volume de importações de cada grupo de países, ponderada pelas respectivas participações na pauta de exportações brasileiras — deverá atingir 7,2% em 1994 e 6,9% em 1995.

Para o Brasil, o cenário da economia mundial pode ser considerado como bastante favorável. A retomada mais vigorosa das economias dos países industrializados representa um fenômeno bastante positivo, na medida em que significa uma maior demanda por importações por parte desses países e, portanto maior demanda por exportações brasileiras, principalmente se considerarmos que, individualmente, os Estados Unidos são o nosso principal parceiro comercial, enquanto, como grupo, a UE ocupa a mesma posição. Com relação às taxas de juros, embora se tenha observado um significativo aumento nas taxas de juros americanas de curto prazo — que balizam a *libor* para os empréstimos denominados em dólares que constituem uma parcela substancial da dívida de médio e longo prazos brasileira —, deve-se salientar que estas não deverão continuar a apresentar elevações muito significativas a curto e médio prazos, dada a esperada desaceleração do ritmo de crescimento da economia e a política fiscal contracionista praticada nos Estados Unidos. Adicionalmente, deve-se mencionar que boa parte da dívida de médio e longo prazos com os bancos comerciais renegociada recentemente paga juros fixos, pelo menos nos seis primeiros anos do acordo, não sendo afetada por essa alta nas taxas de juros. Assim, pelo menos a curto e médio prazos, deve-se esperar uma ausência de pressões sobre os encargos do serviço da dívida brasileira de médio e longo prazos, em sua maior parte denominada em dólares.

Por fim, vale a pena mencionar a significativa elevação dos preços das *commodities* desde o final de 1993, que, segundo o índice de preço da revista *The Economist*, totalizava mais de 30% nos nove primeiros meses do ano. Esse fenômeno obviamente favorece as nossas contas externas, na medida em que o Brasil é um exportador líquido de *commodities*, embora tenha um impacto adverso sobre a inflação.

5

Política Monetária

A condução da política monetária ao longo do trimestre julho-setembro foi marcada pela necessidade de atingir objetivos aparentemente conflitantes: de um lado estão as pressões naturais de um plano de estabilização (especialmente quando ele é bem- sucedido, como é o caso do Plano Real, em promover uma redução abrupta e significativa das taxas de inflação) a exigir uma política monetária rígida, de modo que se evite um crescimento demasiadamente rápido da demanda; de outro, está a questão externa, particularmente dos fluxos financeiros, que tende a gerar uma contínua apreciação do câmbio diante de um diferencial de juros muito elevado em relação às taxas externas.

Nestes primeiros meses do plano, este conflito esteve parcialmente obscurecido pelo processo de remonetização natural da economia, que levou a uma expansão da base monetária entre junho e setembro da ordem de 300% (estoque medido pelos saldos em final de período). Embora intenso, esse crescimento da base monetária reduziu-se significativamente ao longo do trimestre: de 137% em julho para 25% em agosto e 36% em setembro. Sua intensidade, no entanto, foi suficiente para fazer com que as metas definidas no início da terceira fase do plano de estabilzação fossem rapidamente superadas.

Diante das dificuldades evidentes de se definir *a priori* o volume de demanda de moeda na economia após a redução das taxas de inflação, a superação dos limites fixados em lei não chega a ser preocupante, e nem estaria indicando descontrole por parte das autoridades monetárias. De fato, ao se analisar os fatores condicionantes da base monetária, nota-se uma mudança radical no padrão de expansão monetária em relação ao primeiro semestre (ver Tabela 5.1). No período janeiro/junho, para uma variação de R$ 6,2 bilhões da base (variação de saldos em final de período), observou-se uma pressão de R$ 15,1 bilhões das operações do setor externo, parcialmente compensada por colocações líquidas de títulos (R$ 9,5 bilhões) e por um pequeno superávit das contas do Tesouro no Banco Central (R$ 0,7 bilhão). No trimestre julho/setembro, por outro lado, para uma expansão de R$ 9,6 bilhões da base, observam-se um impacto praticamente nulo das operações do setor externo, um impacto contracionista de R$ 2,4 bilhões das contas do Tesouro no Bacen, e um impacto expansionista decorrente do resgate líquido de títulos públicos federais próximo a R$ 14,3 bilhões.

O comportamento das taxas de juros refletiu a preocupação do Bacen em manter a atratividade das aplicações financeiras, com a taxa média do *over* no trimestre mantida, em termos reais (utilizando o IGP-DI centrado como deflator), em nível ligeiramente superior ao observado no trimestre anterior (ver Tabela 5.2). A questão da taxa real de juros, no entanto, deve ser analisada com cautela, seja porque num primeiro momento ocorre um movimento divergente dos índices de preços que obscurece a percepção de qual seria a taxa real da economia, seja porque a estabilização gera um movimento de realocação de *portfolios* em direção aos ativos reais, o qual exigiria taxas reais mais elevadas para manter as pressões inflacionárias sob controle. Em qualquer dos casos, a análise das taxas reais de juros torna-se ainda mais difícil devido às medidas de elevação dos compulsórios sobre depósitos a prazo e cadernetas de poupança adotadas ao final de agosto (e agora reforçadas pelo compulsório sobre empréstimos do sistema financeiro), cujo efeito foi aumentar a cunha fiscal entre as taxas para o aplicador e para o tomador de empréstimos. A atuação do Banco Central no mercado aberto a partir de setembro foi no

TABELA 5.1
FATORES CONDICIONANTES DA BASE MONETÁRIA 1994
(EM R$ MILHÕES)[a]

FATORES CONDICIONANTES	JAN./JUN.	JUL./AGO.	SET.	JUL./SET.	JAN./SET.
Tesouro Nacional[b]	-675	-1.463	-927	-2.390	-3.065
Operações com o Setor Externo	15.126	174	-3	171	15.297
Operações com Títulos Públicos Federais[c]	-9.478	9.104	5.189	14.293	4.815
Depósitos do DER-RER	348	42	119	161	509
Assistência Financeira de Liquidez	-45	18	233	251	206
Depósitos do FAF/Curto Prazo	808	-450	-85	-535	273
Depósitos de Instituições financeiras	-67	-1.272	-1.094	-2.366	-2.433
Outras Contas	218	83	-58	25	243
Variação da Base Monetária	6.235	6.236	3.374	9.610	15.845

Fonte: Banco Central do Brasil. Nota: Média dos fluxos acumulados no mês (dias úteis). [a]Valores anteriores a Jul./94 convertidos pela URV diária; fluxos acumulados no mês a partir de variações de saldos em final de período. [b]Não inclui operações com títulos. [c]Valores negativos correspondem a colocações líquidas.

TABELA 5.2
JUROS E RENTABILIDADE DOS HAVERES FINANCEIROS - 1994
(EM %)

HAVERES	JAN./MAR. 94			ABR./JUN. 94			JUL./SET. 94		
	TAXA NOMINAL	TAXA REAL[a]	MÉDIA MENSAL REAL	TAXA NOMINAL	TAXA REAL[a]	MÉDIA MENSAL REAL	TAXA NOMINAL	TAXA REAL[a]	MÉDIA MENSAL REAL
TR[b]	180,60	-4,42	-1,47	213,96	3,45	1,15	9,88	3,40	1,13
CDB[d]	203,82	3,49	1,16	229,81	8,68	2,89	13,81	7,09	2,36
"Over"[c]	196,80	1,10	0,37	226,49	7,58	2,53	15,59	8,77	2,92

Fontes: Banco Central do Brasil e Andima. [a] Deflator IGP-DI centrado (projeção de variação para outubro = 3 %). [b] A partir de taxas líquidas no 1º dia útil de cada mês. [c] A partir do acumulado no mês. [d] Para o mês de junho segundo variação dos CDI-Over.

sentido de impedir que o aperto de liquidez decorrente destas medidas se traduzisse em elevação das taxas de juros para o aplicador, possivelmente uma medida relacionada à preocupação de não provocar pressões adicionais sobre o câmbio.

A dívida pública mobiliária federal fora do Bacen (Tabela 5.3) apresentou um crescimento de 5,3% no trimestre, alcançando R$ 64,3 bilhões no final de setembro. O crescimento esteve concentrado em títulos do Banco Central(+20,6%), enquanto a dívida do Tesouro no mercado declina 3,8% no período, basicamente pela redução do estoque de NTNs de R$ 30,2 bilhões para R$ 26,3 bilhões. Este crescimento da dívida pública no mercado está provavelmente relacionado à troca de títulos estaduais na carteira de bancos estaduais por títulos federais, e sua magnitude foi suficiente para absorver parcela significativa do impacto do processo de remonetização sobre a dívida pública.

Na composição dos haveres financeiros (Tabela 5.4), observa-se um crescimento de 20% no trimestre para o agregado mais amplo (M4), o qual foi influenciado basicamente por correções de natureza contábil na conversão para a nova moeda. O crescimento do M1 no período foi de 112,8%, elevando sua participação no total de haveres financeiros de 6 para 10%. Este crescimento foi parcialmente compensado por uma redução na participação de títulos federais (de 24 para 21% do total) e títulos estaduais (de 10 para 6%), de modo que o peso do M2 registrasse um declínio em relação ao total de ativos financeiros de 48 para 44% no período.

• PERSPECTIVAS

Decorridos quase quatro meses desde a implantação do Real, e diante do inegável sucesso inicial do programa de estabilização, começam a aparecer mais claramente os dilemas com que se defronta a política monetária. A definição de metas para a base monetária mostrou-se incompatível com um quadro de rápida remonetização, e a tentativa de manter as metas certamente teria implicado uma elevação significativa e possivelmente desnecessária das taxas de juros. Por outro lado, este efeito de elevação dos juros teria representado um impacto adicional sobre a valorização do câmbio devido ao estímulo que eles representam para o ingresso de capitais. Estes dilemas são ainda agravados pela difícil situação de alguns bancos estaduais que, diante do forte aperto de liquidez provocado pelas medidas de aumento de compulsório sobre depósitos a prazo e de poupança, vêm sendo obrigados a recorrer sistematicamente ao auxílio do Banco Central.

O conflito câmbio-juros, no entanto, começa a representar uma camisa-de-força para a condução da política monetária diante do quadro de demanda aquecida que está se verificando. Em outubro, apesar dos claros sinais de inflação ascendente (influenciada em boa

TABELA 5.3
DÍVIDA MOBILIÁRIA FEDERAL NO MERCADO (FORA DO BANCO CENTRAL)
(SALDOS EM R$ MILHÕES E %)

COMPOSIÇÃO	SETEMBRO DE 1994		JUNHO DE 1994		VARIAÇÃO
	R$	%	R$	%	(%)
Títulos do Tesouro	**36.909**	57,4	**38.353**	**62,8**	**-3,77**
NTN	26.246		30.155		-12,96
LFT	9.602		8.156		17,73
BTN	36		42		-14,29
LTN	1.025		-		-
Títulos do Banco Central	**27.400**	42,6	**22.729**	**37,2**	**20,55**
BBC	17.978		-		-
LBC	9.422		22.729		-58,55
TOTAL	**64.309**	**100,0**	**61.082**	**100,0**	**5,28**

Fonte: Banco Central. Nota: Valores de Jun/94 convertidos pela URV do final do período.

TABELA 5.4
HAVERES FINANCEIROS - M4
(SALDOS EM R$ MILHÕES E %)

COMPOSIÇÃO	SETEMBRO 1994		JUNHO 1994		VARIAÇÃO
	R$	%	R$	%	%
M1	16.343	10	7.681	6	113
FAF	8.870	5	7.934	6	12
DER	3.684	2	2.575	2	43
Títulos Federais[a]	33.263	21	32.498	24	2
Títulos Estaduais e Municipais[a]	9.151	6	13.833	10	-34
Poupança	41.500	26	29.696	22	40
Títulos Privados	48.753	30	40.643	30	20
TOTAL	161.564	100	134.862	100	20

Fonte: Banco Central do Brasil. Nota: Valores convertidos pela URV de final de período. [a] Exclui títulos em carteira das instituições e nos FAF.

medida por fatores sazonais e climáticos), o Bacen trabalhou com uma taxa de juros efetiva inferior a setembro. Como contrapartida, o estreitamento do raio de ação da política monetária coloca um peso excessivo sobre medidas de controle quantitativo do crédito, gerando com isso uma situação em que o lado da oferta recebe um impacto relativamente mais elevado do que a demanda.

A opção por uma âncora cambial, que no caso brasileiro veio reforçada por uma valorização nominal do real, vem se mostrando de eficácia relativa como instrumento de contenção de pressões inflacionárias. A principal razão para que isso ocorra, e que é também o que provavelmente diferencia o Brasil de outros países que optaram pelo câmbio como âncora nominal em seus programas de estabilização, é o grau extremamente elevado de fechamento de nossa economia. É possível que uma exposição maior à concorrência externa seja apenas uma questão de tempo, até mesmo para que se possa remover todo um entulho burocrático-administrativo que hoje impede um fluxo maior de importações. Mas, até que isso ocorra, a determinação da taxa de câmbio estará ocorrendo principalmente a partir dos fluxos financeiros, e sua tendência será de apreciação. Diante de um setor industrial razoavelmente desenvolvido e de um setor exportador que tem revelado impressionante capacidade de modernização e absorção de progresso tecnológico, parece arriscado apostar numa contínua valorização do câmbio como instrumento de estabilização dos preços.

Portanto, a âncora cambial tem que receber o auxílio de alguma forma de controle monetário, possivelmente pela definição de metas de crescimento para algum agregado. Ou seja, a definição de um regime de flutuação em bandas para o câmbio, associado a metas monetárias críveis (o que implicaria, por sua vez, a redefinição de uma série de procedimentos segundo os quais o Bacen opera no mercado garantindo a liquidez e rentabilidade dos ativos financeiros), poderia configurar um horizonte de regras estáveis para os agentes econômicos e assim acelerar a passagem da estabilização para uma situação de crescimento sustentado, mesmo que, para isso, sejam necessárias medidas de caráter **temporário** que inibam o ingresso de recursos externos.

6

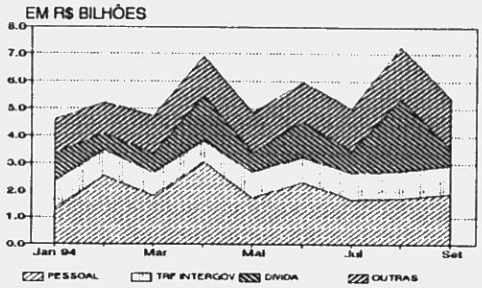
Política Fiscal

• O COMPORTAMENTO DA DESPESA

As despesas fiscais do Tesouro Nacional, que excluem resgates e amortização da dívida pública, mantiveram-se relativamente constantes, num patamar próximo de R$ 18 bilhões, nos dois últimos trimestres (Tabela 6.1). Destaca-se, no período julho-setembro, a redução do gasto com pessoal, uma vez que os efeitos dos reajustes de isonomia e da dupla folha de abril haviam se concentrado no trimestre anterior. Por outro lado, as transferências intergovernamentais, o serviço e encargos da dívida e as demais despesas fiscais apresentaram crescimento no terceiro trimestre de, respectivamente, 14,8, 13,9 e 25,0%.

Vale ressaltar ainda que, além do efeito de redução da despesa proveniente da demora na aprovação do orçamento para 1994, observa-se uma significativa redução nas despesas com os juros da dívida pagos ao mercado que, de uma média em torno dos R$ 500 milhões ao mês observada até julho, reduziu-se para R$ 331 milhões em agosto e para R$ 231 milhões em setembro (Tabela 6.3).

GRÁFICO 6.1
DESPESAS FISCAIS DO TESOURO NACIONAL



Fonte: MF/STN. Elaboração: IPEA/DIPES.

• A EVOLUÇÃO DA RECEITA DA UNIÃO

A receita administrada pela Secretaria da Receita Federal que, dos tributos de competência da União, exclui apenas a Contribuição Social sobre a Folha de Salários, apresentou, no terceiro trimestre de 1994 uma ligeira queda (3,9%) em relação ao trimestre anterior (Tabela 6.2). No entanto, o montante de US$ 18,4 bilhões alcançado na arrecadação do terceiro trimestre deste ano, foi 18,8% superior ao mesmo trimestre de 1993. Esse resultado contribuiu para que a receita acumulada de janeiro a setembro deste ano apresentasse um crescimento de 14,2% em relação ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 6.2).

O bom desempenho da arrecadação federal nos últimos meses deve-se, conforme análise da Secretaria da Receita Federal, sobretudo, à queda da inflação e ao aquecimento das vendas, principalmente, dos bens duráveis resultantes do Plano Real. O fim do "efeito Tanzi" foi, certamente, um dos fatores que contribuíram para o crescimento da receita, uma vez que o período de apuração da base de cálculo dos principais tributos como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e, em maior grau, a Cofins e a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) deixou de sofrer os efeitos da corrosão inflacionária. Esses três tributos apresentaram crescimento no terceiro trimestre de, respectivamente, 2,2, 34,1 e 17,8% em relação ao segundo trimestre de 1994.

TABELA 6.1
EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS DESPESAS DO TESOURO - 1994
(EM R$ BILHÕES)

PERÍODO	PESSOAL E ENCARGOS	TRANSF. INTERGOV.	SERVIÇO E ENCARGOS DA DÍVIDA	DEMAIS DESPESAS	DESPESAS FISCAIS[a]	RESGATE E AMORT. DA DÍVIDA	TOTAL DAS DESPESAS
1º Trim. 1994	5,7	2,9	2,3	3,2	14,6	17,9	32,5
2º Trim. 1994	7,1	2,7	3,6	3,6	17,8	47,7	65,5
3º Trim. 1994	5,3	3,1	4,1	4,5	17,8	12,7	30,5
Julho	1,7	1,0	0,8	1,2	5,0	4,1	9,1
Agosto	1,7	1,0	2,6	1,7	7,3	5,6	12,9
Setembro	1,9	1,1	0,6	1,6	5,4	3,0	8,4
Acumulado no ano	18,2	8,6	10,0	11,3	50,2	78,3	128,5

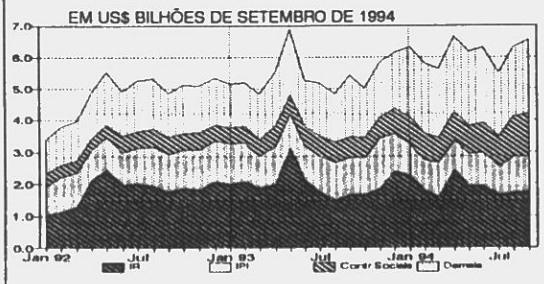
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Elaboração: IPEA/DIPES. [a] Despesas que, segundo a terminologia da STN, fazem parte do Fluxo Fiscal do Tesouro Nacional.

Ao longo dos meses de julho, agosto e setembro, o melhor desempenho na arrecadação federal foi o das Contribuições Sociais que passaram de US$ 1,7 bilhões em julho para US$ 2,2 bilhões em agosto e US$ 2,5 bilhões em setembro. Por outro lado, a arrecadação do IOF, como já se esperava, caiu em agosto 28,7% em relação a julho, passando para um patamar de US$ 0,3 bilhão e daí manteve-se praticamente constante em setembro.

Não se pode deixar ainda de considerar, na explicação do bom desempenho da arrecadação ao longo deste ano, a continuidade das ações de combate à evasão e sonegação; a entrada em vigor do IPMF a partir de janeiro deste ano, que gerou uma arrecadação de US$ 4,4 bilhões (de janeiro à setembro); e o julgamento favorável à União, da constitucionalidade da Cofins, no final do ano passado induzindo à retomada do fluxo de pagamentos mensais por um elevado número de contribuintes que até então questionavam judicialmente essa contribuição. Em decorrência disto, a arrecadação dessa contribuição neste ano correspondeu a quase o dobro daquela verificada no mesmo período do ano anterior, elevando sua participação na receita total de 11%, em 1993, para 16% em 1994.

Em relação ao IPMF, é surpreendente sua arrecadação "pós-Plano Real". Esperava-se inicialmente que houvesse uma queda brusca na receita desse imposto, já que os agentes econômicos passariam a fazer menos operações bancárias. No entanto, a arrecadação não só deixou de apresentar esta retração, como mostrou até mesmo um crescimento de 13,0% em agosto contra julho no volume arrecadado. Uma possível explicação seria que, dadas a queda brusca da inflação e as incertezas quanto à política monetária nos primeiros meses do Plano, ocorreu intensa movimentação de ativos financeiros, decorrente de alterações de *portfolio* de grandes investidores. Adicionalmente, há quem argumente que, com a redução significativa da inflação, tornou-se muito mais difícil a utilização de artifícios contábeis que poderiam reduzir artificialmente a base tributária, permitindo a redução do imposto a ser recolhido. Em princípio, pode-se até argumentar que tal efeito valha para qualquer tributo, não só para o IPMF, respondendo também por parte do crescimento da arrecadação após julho.

GRÁFICO 6.2
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO FEDERAL



Fonte: MF/SRF. Elaboração: IPEA/DIPES.

• A EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL

O Tesouro Nacional conseguiu apresentar, nos últimos três meses (julho/setembro), sucessivos superávits no resultado do fluxo fiscal (Tabela 6.3). Enquanto no primeiro e segundo trimestres houve um déficit médio de, respectivamente, R$ 0,3 e R$ 0,8 bilhão, no terceiro trimestre o resultado foi positivo de R$ 0,4 bilhão. No total do ano, porém, observa-se ainda um déficit de R$ 2,2 bilhões. Se o valor dos superávits se mantiver crescente, como tem ocorrido ao passar de R$ 0,2 bilhão em julho para 0,4 em agosto e 0,5 em setembro, é possível que o resultado acumulado em 1994 seja superavitário. Esse resultado se deve sobretudo ao crescimento da arrecadação federal, conforme acima discutido.

• AS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

Uma forma alternativa de se calcular o déficit público é através das chamadas contas "abaixo da linha" ou contas de financiamento. A idéia é que, se o déficit, numa definição mais grosseira, corresponde ao montante em que os gastos excedem as receitas tradicionais

TABELA 6.2
EVOLUÇÃO REAL DA RECEITA DA UNIÃO, PRINCIPAIS TRIBUTOS - 1994
(EM US$ MILHÕES DE SETEMBRO DE 1994)

PERÍODO	IMPOSTO DE RENDA				IPI	IPMF	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS[a]	RECEITA DA UNIÃO[b]
	TOTAL	PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA	RETENÇÃO NA FONTE				
1º Trimestre 1994	5,6	0,2	1,4	4,0	3,0	1,4	5,3	17,8
2º Trimestre 1994	6,3	0,8	2,0	3,4	3,0	1,5	5,6	19,1
3º Trimestre 1994	5,1	0,4	1,7	3,1	3,1	1,5	6,5	18,4
Julho de 1994	1,6	0,1	0,4	1,1	0,9	0,5	1,7	5,5
Agosto de 1994	1,7	0,1	0,6	1,0	1,1	0,5	2,2	6,3
Setembro de 1994	1,8	0,1	0,6	1,0	1,1	0,5	2,5	6,6
Total em 1994	17,1	1,5	5,1	10,6	9,0	4,4	17,5	55,3

Fonte: Secretaria da Receita Federal - SRF . Elaboração: IPEA/DIPES.Valores deflacionados pelo IGP-DI e convertidos em dólar pela taxa de câmbio do mês de referência. [a] Inclui o Finsocial/Cofins, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o PIS/Pasep. [b] Inclui todas as demais receitas administradas pela SRF e exclui a Contribuição Previdenciária.

TABELA 6.3
RESUMO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO - 1994
(EM R$ BILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	MÉDIAS 1º TRIM. 94	MÉDIAS 2º TRIM. 94	MÉDIAS 3º TRIM. 94	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	ACUMULADO EM 1994
RECEITAS	15,0	23,3	11,6	14,2	9,7	10,8	149,8
Receita Líquida (excl.Incentivos)	4,4	4,8	5,1	4,7	5,2	5,4	42,8
Op.de Crédito (incl.Títulos e CP)	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	2,1
Emssão de Títulos	5,0	6,9	4,3	4,7	3,9	4,1	48,5
DESPESAS	10,8	21,8	10,2	9,1	12,9	8,4	128,5
Pessoal e Encargos	1,9	2,4	1,8	1,7	1,7	1,9	18,2
Transf.Intergovernamentais	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	1,1	8,6
Encargos da Dívida Mobiliária	0,6	1,0	1,1	0,7	2,2	0,3	8,1
Pagos ao mercado	0,4	0,6	0,4	0,5	0,3	0,2	4,3
Pagos ao BACEN	0,1	0,4	0,7	0,1	1,9	0,1	3,8
Resg.da Div.Mobiliária e Contratada	6,0	15,9	4,2	4,1	5,6	3,0	78,3
RESULTADO DO FLUXO FISCAL[a]	-0,3	-0,8	0,4	0,2	0,4	0,5	-2,2
RESULTADO DO FLUXO DE CAIXA	4,2	1,5	1,4	5,1	-3,2	2,4	21,3

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração:IPEA/DIPES. [a] Exclui a remuneração das disponibilidades, o resultado do Bacen, as operações de crédito da União e os resgates da dívida mobiliária federal.

do governo (tributos e outras receitas correntes), seu valor, em dado período, corresponderá ao montante de financiamento (empréstimos novos, emissão de títulos, etc.) por ele levantado nesse período. Alternativamente, pode-se dizer que tal montante equivale à variação do endividamento líquido do governo no mesmo período. Tal abordagem recebe a denominação genérica de Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP).

O Banco Central, dado o monitoramento que efetua do sistema financeiro público e privado, encontra-se em posição única para acompanhar a evolução dessas contas. Ao contrário do cálculo efetuado a partir da Execução Financeira do Tesouro Nacional, as NFSP abrangem também o Banco Central, o sistema previdenciário, as estatais e as administrações estaduais e municipais, sendo, portanto, uma medida mais completa do déficit público que as apresentadas na Tabela 6.3. Uma vez que mede o financiamento levantado junto ao sistema financeiro, não são considerados no seu cálculo os pagamentos devidos e não efetuados pelo governo, que se constituem também numa forma, hoje muito utilizada, de financiamento.

A Tabela 6.4 apresenta a evolução recente das NFSP em seus conceitos operacional (que exclui a correção monetária embutida no pagamento dos juros) e primário (que não considera o pagamento dos juros reais, medindo as necessidades de financiamento "expurgadas" do efeito do endividamento pregresso). Vale lembrar que, nesse caso, os valores positivos (necessidades de financiamento positivas) correspondem a déficits e os negativos a superávits

Após a última revisão realizada pelo Bacen, o setor público brasileiro, que encerrou o ano de 1993 com um déficit, no conceito operacional, correspondente a 0,88% do PIB, revertendo a situação favorável em que se encontrava no primeiro semestre daquele ano. O

TABELA 6.4
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO
(EM % do PIB)

CATEGORIAS	1991 JAN-DEZ	1992 JAN-DEZ	1993 JAN-JUN	1993 JAN-DEZ	1994 JAN-JUN
OPERACIONAL	0,19	2,59	-2,43	0,88	0,01
Governo Federal e Banco Central	0,08	1,09	-1,76	0,62	0,17
Estados e Municípios	-0,68	0,64	-0,57	0,10	-0,14
Estatais	0,80	0,86	-0,10	0,16	-0,02
PRIMÁRIO	-2,75	-0,64	-3,86	-1,69	-1,69
Governo Federal e Banco Central	-1,01	-0,59	-3,01	-0,66	-0,41
Estados e Municípios	-1,41	-0,03	-0,44	-0,51	-0,69
Estatais	-0,33	-0,02	-0,41	-0,52	-0,58
PIB[a]	164	1.847	6.873	44.875	309.791

Fonte: Bacen/Depec. [a] Estimativa Bacen/Depec, em CR$ bilhões a preços do último mês do período considerado. Obs.: Valores positivos correspondem a déficits e negativos a superávits.

primeiro semestre de 1994 fechou praticamente equilibrado, tendo apresentado um déficit de 0,01% do produto interno. Estados e municípios consistentemente contribuem para reduzir, no conceito agregado, o impacto deficitário da União. No primeiro semestre do corrente ano, o saldo positivo de suas contas, juntamente com o das empresas estatais, praticamente cancelou o déficit do governo federal de 0,17%. Tais dados não querem necessariamente dizer que esta significativa redução de um déficit operacional de 2,59% do PIB em 1992 para os já mencionados 0,88% em 1993 deveu-se primordialmente ao esforço de ajustamento fiscal de estados e municípios e que o governo federal para ele contribuiu de forma marginal. De fato, os números espelham muito mais o desequilíbrio da repartição da receita pública entre níveis de governo *vis-à-vis* a responsabilidade com a realização do gasto herdada da Constituição de 1988, amplamente desfavorável à União, e o fato de que os pagamentos de juros da dívida pública concentram-se nesta última esfera de governo. Conforme mencionado na análise da execução financeira do Tesouro, é de se esperar que, com a redução dos gastos com serviços e encargos da dívida verificados a partir de julho, a tendência neste segundo semestre seja de melhoria ainda maior no resultado operacional.

Desconsiderando os pagamentos de juros reais, no conceito primário, o quadro melhora: o setor público passa a apresentar um superávit de 1,69% do PIB ao final do ano passado, resultado que se repete no primeiro semestre deste ano. Por permitir descontar o efeito decorrente da concentração na União de boa parte do serviço da dívida do setor público, torna-se claro, no conceito primário, que o esforço de ajuste na área federal foi significativo e contribuiu mais para o ajustamento do setor público consolidado que estados, municípios e estatais.

7

Política Agrícola

• INTRODUÇÃO

Em contraste com o que vinha acontecendo até então, os preços dos alimentos passaram a pressionar os índices de inflação a partir de meados de setembro. Neste Boletim, apresentamos dados que mostram essa alta dos preços dos alimentos e conjecturamos sobre o comportamento provável dos preços agrícolas nos próximos meses.

Além disso, discutimos o Plano de Safra anunciado pelo governo em agosto último, alertando para o risco de, dependendo do tamanho da safra, o governo ter de apoiar a comercialização agrícola numa proporção tal que conflite com as metas de política fiscal e monetária.

• OS PREÇOS AGRÍCOLAS E SUA ALTA RECENTE

Conforme mostra o índice da Fipe, a forte elevação dos preços dos alimentos que ocorreu em outubro limitou-se aos "produtos semi-elaborados" (Tabela 7.1). Nesse item, incluem-se o feijão e a carne bovina — cuja oferta corrente foi negativamente afetada em função da seca —, além de outras proteínas animais, cujos preços foram puxados pelos da carne bovina.

Os índices de preços da FGV, em nível de atacado, não tinham ainda detectado o fenômeno até setembro (ver Tabela 7.2), a exemplo, aliás, do que ocorreu com os índices da Fipe.

Dados de preços em nível de produtor, atacado e varejo para produtos específicos confirmam o caráter restrito (embora de impacto significativo) da alta recente dos preços agrícolas. Os cálculos "ponta-a-ponta" mostram taxas de aumento de preços realmente muito altas nos casos do feijão, do boi gordo e do suíno (Tabelas 7.3 e 7.4).

A não ser por problemas como o que ocorreu — de ordem climática —, e que afetou atividades específicas como a pecuária bovina e o feijão, não era de se esperar uma pressão altista dos preços dos alimentos nesta época do ano. Além da valorização cambial e da queda dos preços externos do milho e da soja, o mercado dispõe de estoques elevados, seja em EGF seja diretamente nas mãos do governo (ver Tabela 7.5). No caso dos estoques penhorados em EGF, existe o problema da necessidade de subvencionar a sua colocação em

TABELA 7.1
FIPE: TAXAS DE VARIAÇÃO MENSAL DE PREÇOS A NÍVEL DE VAREJO
(EM %)

ANO/MÊS	ÍNDICE GERAL	ALIMENTAÇÃO (GERAL)	ALIMENTAÇÃO NO DOMICÍLIO			ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO (PESO: 3,6)
			PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (PESO: 10,7)	PRODUTOS IN NATURA (PESO: 4,6)	PRODUTOS SEMI-ELABORADOS (PESO: 11,8)	
1994 Jul.	6,95	8,87	4,74	35,02	1,65	15,10
Ago.	1,95	2,74	-3,25	24,38	1,08	1,40
Set.	0,82	-0,27	-2,00	1,57	0,38	0,47
Out. 1a quadrissem.	1,36	1,05	-1,60	1,14	3,54	0,83
Out. 2a quadrissem.	1,99	2,83	-1,03	2,67	6,92	1,97

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Elaboração: IPEA-Dipes. Nota: As taxas referentes ao mês de julho foram obtidas com os preços de julho em reais e os de junho em URV.

TABELA 7.2
FGV: TAXAS DE VARIAÇÃO MENSAL DE PREÇOS DE ALIMENTOS A NÍVEL DE ATACADO
(EM %)

ANO/MÊS	IGP-DI	IPA-OG	PRODUTOS AGRÍCOLAS					PRODUTOS INDUSTRIAIS		
			GERAL	LEGUMES E FRUTAS	CEREAIS E GRÃOS	ANIMAIS E DERIVADOS	LAVOURAS PARA EXPORTAÇÃO	GERAL	PRODUTOS ALIMENTARES	
									ORIGEM VEGETAL	ORIGEM ANIMAL
Jul. 1994	24,71	24,62	41,97	59,91	32,39	23,35	61,06	18,45	25,73	20,85
Ago.	3,34	3,98	13,36	73,80	-1,92	5,60	1,68	-0,02	0,48	-0,21
Set.	1,55	1,61	5,21	16,95	2,54	1,67	0,95	-0,13	-0,94	1,82

Fonte: FGV. Elaboração: IPEA-Dipes.

Esta seção contou com a colaboração de Sérgio Ricardo Gomes Arruda e Fernando de Almeida Coimbra Junior.

TABELA 7.3

SÃO PAULO: PREÇOS AGRÍCOLAS A NÍVEL DE PRODUTOR, ATACADO E VAREJO, EM REAIS - JUN./OUT. 94

TAXAS DE VARIAÇÃO NOMINAL QUADRISSEMANAIS (%)

MÊS/SEMANA	ARROZ			FEIJÃO CARIOQUINHA			MILHO		SOJA		
	SEQUEIRO (PRODUTOR)	AGULHINHA		PRODUTOR	ATACADO	VAREJO	PRODUTOR	ATACADO	GRÃO (PRODUTOR)	ÓLEO	
		ATACADO	VAREJO							ATACADO	VAREJO
Médias Móveis											
Jul.I	6,0	3,4	11,4	1,5	21,6	-8,2	6,2	2,8	4,1	7,3	11,3
II	8,1	1,8	12,4	20,4	33,7	4,0	8,0	2,7	5,3	6,0	12,7
III	8,7	0,9	12,6	31,6	27,5	21,2	10,2	2,9	2,1	0,8	12,5
IV	12,3	1,3	6,3	38,1	23,6	21,0	13,9	4,4	1,1	0,3	7,1
Ago.I	12,2	-0,0	1,7	25,2	7,7	15,3	1,3	3,3	-1,1	-2,4	3,3
II	11,2	-1,8	-2,4	9,2	-3,4	9,6	0,5	3,6	-3,2	-3,0	0,2
II	9,6	-3,4	-6,8	-4,4	-9,2	1,9	0,2	2,3	-3,3	-1,1	-2,3
IV	7,6	-7,6	-5,2	-13,6	-14,2	-0,7	-0,4	-0,6	-2,9	-2,1	-1,6
V	5,5	-7,0	-0,9	-17,1	-13,9	-4,8	-0,3	-1,6	-1,5	-1,8	-1,0
Set.I	2,5	-6,4	-1,3	-16,5	-13,8	-9,8	-0,4	-2,6	-1,3	-2,5	-0,8
II	2,1	-5,7	-0,4	-12,5	-9,7	-13,5	-0,6	-2,6	-0,3	-3,7	-1,3
III	-0,2	-2,4	-1,4	-9,2	-4,4	-12,8	-0,4	-1,2	-0,7	-3,2	-2,4
IV	1,3	-1,6	-4,2	3,3	10,8	-7,0	0,0	0,3	-0,5	-2,3	-3,2
Out.I	4,2	1,6	-2,9	21,6	35,8	5,1	1,3	1,8	0,2	0,3	-3,7
II	4,2	2,4	-2,3	36,2	51,3	25,1	3,0	3,8	0,6	2,4	-2,9
III	5,2	2,4	-1,6	44,5	57,7	36,6	5,2	5,7	0,8	3,6	-1,6
Ponta-a-Ponta											
Jul.I	8,4	-0,6	7,6	40,6	50,8	22,8	9,9	5,4	2,9	5,9	13,1
II	13,1	1,4	13,7	47,7	37,5	26,0	11,9	1,3	6,4	-0,4	10,8
III	11,0	0,5	12,0	36,2	6,0	37,3	14,4	3,7	-3,0	-6,1	8,8
IV	3,1	4,0	-6,6	-4,6	8,3	2,9	4,7	7,2	-1,6	2,1	-3,1
Ago.I	8,3	-5,9	-9,9	-2,3	-12,8	2,8	-0,5	1,0	-5,7	-4,9	-2,1
II	9,2	-5,9	-4,0	-14,5	-12,2	2,8	-0,4	2,4	-2,6	-2,7	-2,1
II	5,1	-5,9	-6,8	-20,9	-17,6	-0,9	0,0	-1,3	-3,3	1,4	-2,0
IV	7,7	-12,7	0,3	-16,1	-14,3	-7,5	-0,5	-4,3	0,2	-2,1	0,0
V	0,0	-3,1	7,9	-16,6	-11,6	-13,5	-0,4	-2,9	-0,3	-3,5	0,0
Set.I	-2,7	-3,1	-5,4	-11,6	-11,6	-17,0	-0,9	-1,8	-1,7	-5,6	-1,1
II	3,5	-3,1	-3,8	-4,1	0,0	-15,9	-0,5	-1,3	0,7	-3,4	-4,2
III	-1,4	0,0	-3,5	-3,2	7,6	-4,0	0,0	1,4	-1,3	0,0	-4,3
IV	6,2	0,0	-4,1	34,2	50,0	11,5	1,4	3,0	0,3	0,0	-3,2
Out.I	8,8	9,7	0,0	61,9	85,7	32,3	4,1	4,2	1,3	4,8	-3,2
II	3,7	0,0	-1,3	54,2	61,9	64,4	6,5	6,7	2,3	4,8	-1,1
III	2,4	0,0	-1,0	28,4	35,0	40,0	8,9	8,7	-0,6	4,8	1,1

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria de Agricultura de São Paulo e *Folha de S. Paulo*. Elaboração:IPEA-Dipes.
Nota: As médias móveis apresentadas medem a variação percentual dos preços médios das quatro últimas semanas em relação aos preços médios das quatro semanas anteriores. Os índices "ponta-a-ponta" medem a variação dos preços entre a semana em referência e a 4a. semana precedente.

mercado ou a sua passagem para as mãos do governo, mas é de se acreditar que o governo já tivesse uma solução orçamentária para o caso de necessidade de lançar mão desses estoques.

É possível, contudo, que esses estoques não sejam suficientes para refrear as pressões de alta dos preços agrícolas em face de prejuízos ao plantio causados pela seca, na hipótese de manter-se por mais tempo a irregularidade climática que vem ocorrendo este ano.

• O PLANO DE SAFRA E SEUS EFEITOS

Em função sobretudo da valorização cambial, que atingiu de forma particularmente adversa a rentabilidade da agricultura, preocupou-se o governo em intro-

TABELA 7.4

SÃO PAULO: PREÇOS AGRÍCOLAS A NÍVEL DE PRODUTOR, ATACADO E VAREJO, EM REAIS - JUN./OUT. 94

TAXAS DE VARIAÇÃO NOMINAL QUADRISSEMANAIS (%)

MÊS/SEMANA	BOI			FRANGO			OVO			SUÍNO		
	PROD.	ATACADO (TRASEIRO)	VAREJO (ACÉM)	PROD.	ATACADO	VAREJO	PROD.	ATACADO	VAREJO	PROD.	ATACADO	VAREJO
Médias Móveis												
Jul.I	4,4	3,5	21,6	7,9	0,0	18,2	34,7	-1,3	3,4	9,2	7,4	31,8
II	-5,7	-7,7	6,1	7,9	-2,9	15,4	30,1	0,3	8,4	6,3	-0,1	30,7
III	-11,5	-13,7	-2,5	6,3	-5,5	13,1	22,8	-0,4	5,1	4,6	-4,7	15,3
IV	-12,0	-11,4	-4,4	2,0	-7,9	0,0	18,6	0,6	3,1	5,9	-3,3	5,5
Ago.I	-4,9	-5,4	-3,4	-0,0	-12,1	-7,2	15,4	0,6	0,4	7,1	-0,7	3,5
II	2,7	1,2	0,8	0,8	-11,7	-7,5	13,6	0,9	-3,5	5,5	2,4	-2,0
II	7,8	5,8	1,6	1,2	-10,3	-8,2	12,0	-1,1	-4,3	3,8	3,3	-0,3
IV	9,5	7,0	2,6	1,7	-7,4	-1,8	6,5	-2,2	-4,8	1,0	0,0	-2,2
V	7,3	6,2	4,0	1,2	-1,6	1,4	2,0	-4,1	-4,6	0,5	-3,0	-4,3
Set.I	3,5	5,2	3,3	-0,8	0,5	1,9	-3,7	-10,0	-4,2	1,7	-3,3	-1,8
II	0,8	5,0	2,2	-2,9	1,6	2,8	-10,7	-12,8	-7,3	3,5	-1,3	-1,8
III	-0,5	6,0	-1,9	-2,9	1,9	0,9	-17,5	-18,2	-12,1	6,4	7,3	0,8
IV	1,7	9,1	-4,4	-2,1	1,3	-0,5	-23,9	-22,9	-15,4	10,2	17,0	3,7
Out.I	6,8	16,0	-4,2	0,0	1,8	-0,7	-27,5	-21,2	-19,2	14,0	24,7	3,3
II	13,2	20,9	-4,1	3,8	5,5	1,8	-29,2	-19,1	-18,4	15,8	26,9	10,2
III	20,0	23,6	1,8	10,1	11,0	9,0	-24,3	-13,6	-13,2	16,7	19,1	14,8
Ponta-a-Ponta												
Jul.I	-19,8	-18,4	-4,5	8,5	-0,8	21,1	23,8	0,0	4,0	-0,9	-5,6	16,8
II	-16,1	-17,2	-10,7	0,1	-8,9	0,6	16,8	0,0	10,7	5,6	-10,8	19,8
III	-9,3	-9,2	-2,2	1,5	-10,0	2,2	14,9	-0,0	-0,4	7,4	-3,2	-6,9
IV	4,5	2,2	0,4	0,0	-12,0	-19,2	4,7	2,3	-1,0	0,8	7,9	-2,4
Ago.I	9,3	5,4	-0,4	0,0	-17,4	-10,1	11,0	0,0	-6,5	3,3	5,6	6,8
II	13,6	7,6	5,7	3,3	-6,9	-0,9	9,6	1,3	-5,8	-0,2	0,0	-4,6
II	10,0	8,1	0,8	3,3	-4,0	-0,9	8,8	-7,8	-3,8	0,7	0,0	-0,3
IV	5,3	7,0	4,3	0,0	0,0	5,9	-2,6	-2,2	-2,9	0,2	-5,3	-9,7
V	1,0	2,6	5,2	-1,7	5,6	1,9	-6,9	-7,8	-6,0	1,5	-6,7	-2,3
Set.I	-1,7	3,5	3,1	-4,8	1,1	0,9	-13,6	-22,1	-4,1	4,7	-1,3	5,1
II	-1,3	7,0	-3,4	-4,8	0,0	2,8	-19,3	-19,3	-16,0	7,7	8,0	0,0
III	-0,3	11,0	-12,0	0,0	1,1	-1,9	-30,8	-23,9	-22,2	11,4	30,3	0,3
IV	9,9	15,0	-4,9	1,7	3,2	-3,7	-33,0	-26,5	-19,1	16,8	32,9	9,4
Out.I	19,0	30,6	3,8	3,4	3,2	0,0	-27,6	-14,1	-19,4	19,9	28,4	3,4
II	24,5	26,2	-3,2	10,2	14,7	12,6	-24,8	-9,0	-11,9	15,2	17,3	27,5
III	26,6	22,5	12,4	25,0	22,9	27,6	-7,3	-1,8	0,0	15,2	2,7	19,7

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria de Agricultura de São Paulo e *Folha de S. Paulo*.
Elaboração: IPEA-Dipes. Nota: As médias móveis apresentadas medem a variação percentual dos preços médios das quatro últimas semanas em relação aos preços médios das quatro semanas anteriores. Os índices "ponta-a-ponta" medem a variação dos preços entre a semana em referência e a 4a. semana precedente.

duzir, no Plano de Safra anunciado em agosto último, incentivos compensatórios nas áreas de crédito rural e preços mínimos, não obstante as restrições de ordem fiscal e monetária impostas pelo programa de estabilização. Julgou-se, assim, que os maiores gastos públicos com subsídios à agricultura seriam mais facilmente manejáveis no contexto da política fiscal, evitando-se seu efeito inflacionário — pois se trata, na verdade, de estabelecer prioridades de gasto —, do que um eventual "choque agrícola" negativo, que aumentasse a dependência de importação de alimentos no país.

Na área de crédito rural, o volume de recursos a ser ofertado pelo custeio da próxima safra supera em R$ 2 bilhões o volume do ano passado. Os agricultores deverão ter à disposição nos bancos oficiais e privados R$ 5,650 bilhões para custear a safra. Desse total, R$ 2 bilhões serão "recursos equalizáveis", ou seja, recur-

TABELA 7.5

QUANTIDADES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS VINCULADAS A EGF E EM ESTOQUES DA CONAB, EM TONELADAS E EM PERCENTAGENS DAS QUANTIDADES PRODUZIDAS

PRODUTOS	EGF POSIÇÃO ACUMULADA DO ESTOQUE[a] (POSIÇÃO EM 15.08.94) (A)	ESTOQUES DA CONAB (POSIÇÃO EM 15.09.94) (B)	QUANTIDADES PRODUZIDAS EM 1994 (C)	EGF MAIS ESTOQUES DA CONAB COMO PERCENTAGENS DAS QUANTIDADES PRODUZIDAS (A+B)/C
Algodão				
a)caroço	66.621	-	1.359.389	4,9
b)pluma	29.332	4.278	448.598	7,5
Arroz	3.206.013	1.346.832	10.592.338	43,0
Feijão	12.766	5.732	3.285.848	0,6
Milho	4.656.312	2.178.703	32.251.940	21,2
Soja	1.004.437	n.d.	24.856.421	4,0
Trigo	215.008	788.723	2.288.520	43,9

[a]Quantidades vinculadas a parcelas ou operações de EGF, vencidas e vincendas, abatidas, além das amortizações, as substituições de produtos por títulos de garantias relativos a parcelas ou a operações vincendas, de forma que se tenha posição real da quantidade de produto ainda vinculada. Fonte: Banco do Brasil, IBGE e Conab. Elaboração: IPEA-Dipes. n.d.: Dado não disponível.

sos captados pelos bancos (inclusive os privados) e aplicados na agricultura, com a cobertura, pelo Tesouro, da diferença entre o custo de captação e o de aplicação.

Para viabilizar a tomada de crédito, não obstante a manutenção da TR acrescida dos juros de 11% ao ano, o governo manteve o sistema de equivalência-produto no crédito rural (adotado para a safra 1993/94), pelo qual a dívida do agricultor se estabelece em quantidades fixas do produto financiado, calculada com base no preço mínimo. Incluiu-se a soja na pauta dos produtos amparados pela política de preços mínimos e admitiu-se a possibilidade de rever os valores dos preços mínimos em 1º de fevereiro de 1995, o que certamente ocorrerá.

Levando-se em conta a queda dos preços externos de algumas *commodities* agrícolas (milho e soja, especialmente), a valorização cambial e o provável reajuste dos preços mínimos na época da safra, pode-se prever que, dependendo do tamanho da safra — cujo plantio, até agora, vem sendo prejudicado pela falta de chuvas —, o apoio do governo à comercialização agrícola em 1995, através do EGF, assumirá proporções muito grandes, estendendo-se a culturas como a soja. Esta é, sem dúvida, uma questão que deverá merecer maior atenção por parte do governo, dependendo do andamento da safra, pois esse apoio pode conflitar com as metas de política fiscal e monetária vigentes no primeiro semestre do ano que vem.

NOTAS TÉCNICAS

■ A TENTATIVA DE AJUSTE FISCAL ATRAVÉS DO FUNDO SOCIAL DE EMERGÊNCIA

IPEA
BOLETIM CONJUNTURAL
Nº 27
OUTUBRO/94

NOTAS TÉCNICAS

A Tentativa de Ajuste Fiscal através do Fundo Social de Emergência

José Roberto Rodrigues Afonso* e Luiz Gonzaga de Carvalho**

O objeto desta nota é estudar o Fundo Social de Emergência (FSE) sob diversos aspectos, apresentando um histórico de sua proposição e criação e analisando seus efeitos na estrutura orçamentária da União.

• A PROPOSTA INICIAL

Em meio aos trabalhos da Revisão Constitucional, ao final de 1993, o Ministério da Fazenda lançou as bases de um programa de estabilização que culminou com a recente criação do Real. A etapa inicial do programa compreendia "o estabelecimento em bases permanentes do equilíbrio das contas do governo, eliminando a principal causa da inflação".

O discurso trilhava o mesmo caminho que havia levado, um ano antes, à proposta de criação do imposto provisório sobre movimentações financeiras (IPMF) e, mais remotamente, à adoção de inúmeros "pacotes" contendo alterações tributárias e restrições de natureza orçamentária e creditícia. Desta vez, a crise fiscal da União também foi atribuída "ao aumento da rigidez das contas públicas" - ou melhor, "...parcela crescente das receitas públicas vem sendo progressivamente vinculada a despesas específicas, diminuindo não só o montante de recursos livres mas também os graus de liberdade do governo para remanejar gastos".

Para o Ministério da Fazenda a expressão do desequilíbrio fiscal estaria na primeira proposta orçamentária para 1994 que encaminhara ao Congresso em agosto de 1993: com "uma previsão de déficit de aproximadamente US$ 26 bilhões". Reestimadas as receitas ("esforços de combate à sonegação") e despesas (por ajuste ou cortes),recalculou-se o que denominaram "déficit potencial inicial" em US$ 22,2 bilhões. Dada a necessidade de se recorrer a um "mecanismo emergencial de ajuste", foi proposta emenda constitucional que criasse o Fundo Social de Emergência (FSE).

Na proposição original, o FSE vigoraria no biênio 1994/95 e teria objetivo "de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica". Em síntese, visava à formação de uma grande massa de recursos a ser aplicada "... no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e outros programas de relevante interesse econômico e social".

Para atenuar a rigidez orçamentária e aumentar a carga tributária, o projeto do Ministério da Fazenda pretendia redirecionar ao fundo 15% da arrecadação de todos impostos e contribuições federais, mais a receita decorrente da cobrança de um adicional de 5% sobre as alíquotas daqueles tributos. Estimava, assim, o total de recursos do FSE em 3,5% do PIB (US$ 15,8 bilhões), dos quais 23% provenientes da arrecadação do adicional tributário e 17% da diminuição das transferências obrigatórias aos estados e municípios.

• A EMENDA REVISTA

No Congresso Revisor foram travados intensos debates em torno da proposta, que resultaram numa atenuação do alcance e conteúdo das propostas originais. Em comum acordo com o Executivo, o Relator Geral da Revisão, ao final de janeiro de 1994, apresentou substitutivo que criava o FSE na forma de disposições constitucionais transitórias, mantendo os objetivos e os prazos propostos pelo Ministério da Fazenda, mas modificando muito a natureza das fontes de recursos.

As receitas do FSE provenientes de acréscimo da tributação foram limitadas às mudanças na legislação ordinária que constituíam o tradicional "pacote" baixado nos últimos dias de 1993 e às majorações de alíquotas propostas no corpo da própria proposta de Emenda. Decidido que não seriam alteradas as proporções dos impostos de renda (IR) e produtos industrializados (IPI) destinadas aos fundos de participação (FPE e FPM) e de investimentos regionais como paliativos, o remanejamento para o FSE das receitas tributárias já existentes foi ampliado para 20% e também foi vinculado ao fundo todo produto do imposto de renda retido na fonte pela própria União (basicamente incidente sobre a renda paga aos seus servidores).

Os debates no Plenário da Revisão se concentraram no aumento da carga tributária, cuja receita adicional seria destinada integralmente ao FSE, não mais respeitando as vinculações originais (fundos de repartição, educação, seguridade social ou amparo ao trabalhador). Em Plenário também foi decidido o veto ao uso de medida provisória para regular o FSE. Em comparação com o primeiro substitutivo do Relator, foram rejeitadas a limitação aos gastos com pessoal e a autorização para o Executivo ajustar automaticamente os orçamentos de 1994 e 1995 durante sua execução.

O "pacote" baixado nos últimos dias de 1993, na forma de um conjunto de medidas provisórias, não foi aprovado integralmente pelo Congresso Nacional que, inclusive, impediu o aumento do IRPJ. As mudanças aprovadas na legislação dos impostos sobre propriedade territorial rural (ITR), operações financeiras

* Do BNDES.
** Do GEIPOT.

(IOF) e renda (IR) - com destaque para o aumento das alíquotas aplicadas às pessoas físicas (IRPF) - renderiam, nas previsões do governo, cerca de US$ 1,4 bilhão em 1994. Vale destacar que só com o aumento das alíquotas do IR sobre pessoas físicas de 25 para 26,6% e, no caso das rendas mensais acima de US$ 10 mil, para 35%, o governo estimava arrecadar a mais cerca de US$ 600 milhões por ano.

Para efeito de operacionalizar a vinculação de tais recursos ao FSE, em Plenário foram introduzidas na Emenda Constitucional vinculações parciais do produto total da arrecadação dos respectivos impostos. Também foi peculiar a decretação, no próprio texto da Emenda, da majoração das alíquotas das contribuições sociais incidentes sobre os lucros (CSLL) e sobre as receitas (PIS) devidas pelas instituições financeiras, cujo Plenário limitou a exigência até dezembro de 1995.

Aprovada em duas votações pelo Plenário, a proposta de instituição do fundo de emergência foi sancionada, em caráter excepcional (antes do final dos trabalhos da Revisão), através da Emenda Constitucional de Revisão nº 1, em 1/3/1994.

A pretexto da urgência para aprovar o fundo emergencial, entende-se que foi perdida a oportunidade de já se realizar alterações definitivas. Um caso típico respeita à exclusão permanente do IR retido na fonte pela própria União da base de cálculo dos fundos de participação. Há muito se reclamava o mesmo tratamento que a Constituição dispensa aos IR retidos por estados e municípios e integralmente incorporados aos seus cofres. A proposta era, inclusive, prevista em muitos projetos de reforma tributária apresentados na primeira fase da Revisão. Também a majoração do IRPF e das contribuições sociais das instituições financeiras poderiam ter caráter permanente em vista da reduzida incidência sobre a renda individual comparativamente a outros países em desenvolvimento e desenvolvidos (cf. Tanzi, 1992) e a diminuição dos recolhimentos do setor financeiro na década de 90 (IRPJ, PIS e Cofins).

Além do mais, o ajuste do FSE, por sua natureza provisória e caráter emergencial, contribuiu para o adiamento das discussões sobre uma reforma fiscal de maior envergadura e profundidade. Em particular, a emenda do FSE inibiu outras alterações tributárias no curso do processo revisional ao especificar, expressamente, os tributos federais que teriam a incidência ampliada e/ou as receitas vinculadas ao FSE no biênio 1994/95. Aprovada e sancionada antes das demais propostas, a emenda do FSE limitou possíveis mudanças na discriminação das competências tributárias da União até o final de 1995. Por hipótese e a título de exemplo, a transferência do ITR aos municípios, a extinção da contribuição sobre o lucro das empresas, a fusão da Cofins e do PIS, dentre outras propostas, não poderiam ser aprovadas para entrar em vigor antes de 1996, porque parte das receitas daqueles tributos tinha sido vinculada ao FSE.

• OS ORÇAMENTOS DO FUNDO

Na prática, o FSE não foi organizado como um fundo tradicional — nem contábil e muito menos com personalidade jurídica própria. Representou apenas a criação de uma mera fonte de recursos vinculados do Tesouro Nacional no âmbito do seu orçamento, ainda que "com destinação regulamentada constitucionalmente". Como as aplicações do FSE são as mais amplas possíveis (de programas sociais típicos a quaisquer outros de "relevante interesse"), este singular arranjo institucional já bastava para atender ao objetivo principal de formação de uma grande massa de recursos que pudesse ser alocada com amplo grau de liberdade, teoricamente reduzindo a rigidez orçamentária. O resultado, de fato, é revelado pelo exame da estrutura de fontes e de destinações do FSE nas propostas orçamentárias para 1994 e 1995.[1]

Na última proposta orçamentária para 1994, enviada pelo Executivo já em maio deste ano e aprovada pelo Congresso em meados de outubro, o total de recursos do FSE foi previsto em R$ 17,2 bilhões, dos quais apenas R$ 1,9 bilhão era proveniente de receitas tributárias adicionais. Para 1995, a previsão de receita sobe um pouco, para cerca de R$ 18,2 bilhões, e a participação do incremento esperado da tributação passa de 11 para 13% do total do FSE.

No biênio, se confirmadas as previsões, o aumento de arrecadação esperado (R$ 4,3 bilhões) mal renderá o que o IPMF arrecadará só em 1994. Como demonstrado na Tabela 1, a Emenda de Revisão serviu basicamente para realocar receitas federais já existentes.

Se a desvinculação de receitas mobilizou um montante elevado de recursos (R$ 31 bilhões no biênio), por outro lado, resultou num pitoresco balanço entre fontes e usos do FSE - vide Tabelas 2.a e 2.b . Confrontadas receitas e despesas nos orçamentos, o FSE retirou liquidamente recursos apenas de duas vinculações. Primeiro, o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, que financia o seguro-desemprego e os investimentos do BNDES: as perdas orçadas com a "revinculação" das contribuições ao PIS/PASEP se aproximam de R$ 3,1 bilhões no biênio. Segundo, os Fundos de Participação dos Estados, Municípios e para Investimentos Regionais: a previsão é de que as transferências diminuam em R$ 245 bilhões entre 1994 e 1995. Agregadas, estas duas parcelas explicam apenas 16% do orçamento bienal do FSE.

No caso das dotações orçamentárias dos programas sociais mais importantes da União - Seguridade Social e Educação -, o que é retirado pelo lado da desvinculação de suas receitas originais mais do que é devolvido na alocação do FSE.

À parte os recursos do FAT, em 1994, as parcelas das contribuições da seguridade social, redirecionadas para o fundo de emergência, equivalem a R$ 8,0 bilhões, sendo que as funções de governo que contemplam tais ações recebem R$ 13,1 bilhões do FSE; em 1995, os valores orçados são, respectivamente, de R$ 8,9 e R$ 12,4 bilhões. Ou seja, no biênio, pelas propostas orçamentárias elaboradas pelo Executivo, as funções relativas à seguridade social recebem de volta do FSE toda

1 Para uma adequada comparação, as dotações originais de 1994 foram atualizadas pela variação do IGP-DI para preços de abril de 1994 e convertidas pela URV média desse mês.

receita "revinculada" de suas contribuições originais com um acréscimo de 51%.

A mesma situação ocorre com a Educação. Entre 1994 e 1995, cerca de R$ 2,3 bilhões originalmente vinculados ao setor são redirecionados para o FSE. Em compensação, este realoca tudo aquilo e mais 61% para a correspondente função. Só em 1995, a educação receberá mais do que o dobro dos recursos desvinculados do setor.

Já a distribuição por categoria de despesa (vide Tabela 3) é marcada pela destinação de metade dos recursos do FSE para custeio dos gastos com pessoal e encargos. É verdade, no entanto, que a maior parte dessas despesas se refere a pagamentos a servidores inativos e pensionistas, servindo a Emenda Constitucional do FSE, indiretamente, para atenuar as restrições impostas em lei federal para destinação de recursos da Cofins e CSLL a estes encargos.

Ao menos em termos da configuração do orçamento federal, o FSE não pode ser acusado de retirar dotações dos programas sociais básicos, nem de financiar ações de governo que pudessem ser adiadas. A crítica que surgiu na imprensa quanto ao FSE financiar ações que não são propriamente sociais, ou gastos públicos não essenciais, não levou em conta sua peculiar e inovadora sistemática orçamentária. Desconhecem os críticos que a Emenda de Revisão incluiu no FSE não apenas receitas novas e anteriormente vinculadas, como também parcela expressiva dos recursos que o Tesouro Nacional já podia alocar livremente - os chamados Recursos Ordinários. No biênio 1994/95, a previsão é de que esta fonte gere R$ 9,5 bilhões ou cerca de 27% do total orçado do FSE (quase quatro vezes mais do que é retirado dos fundos de participação e mais que o dobro do aumento esperado da tributação).

A confusão reflete o fato de que muitas ações do orçamento fiscal não contam com fontes vinculadas ou em volume expressivo. É o caso típico dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos Ministérios Militares, da Justiça e das Relações Exteriores. Como provavelmente não foi possível fechar a proposta orçamentária destes órgãos (inclusive financiar suas despesas correntes) com os recursos do Tesouro, que continuaram de livre aplicação após instituído o FSE, este teve que aportar parte, pequena, de seus recursos (que antes eram ordinários) àqueles órgãos. Às demais funções de governo (à parte as da seguridade social e educação) são alocados R$ 5,6 bilhões no biênio, apenas 16% do total do FSE e 40% a menos que os Recursos Ordinários vinculados ao fundo.

Portanto, o fato de um fundo dito social financiar gastos que não são propriamente sociais não significa que foram transferidos recursos das áreas sociais para as demais. Essa confusão em torno dos números reflete, provavelmente, a incompreensão da sofisticada e complexa concepção do FSE.

TABELA 1
COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVISTAS DO FUNDO SOCIAL DE EMERGÊNCIA - 1994/95

ORIGENS	ARRECADAÇÃO ESTIMADA (R$ MILHÕES)		VIGÊNCIA
	1994	1995	
REMANEJAMENTO DE RECEITAS JÁ EXISTENTES	15.335	15.781	
1 - 20% da arrecadação de impostos e contribuições da União[a]			1/3/94 a 31/12/95
1.1 - Impostos	4.642	3.627	
1.2 - Contribuições	9.638	10.191	
2 - Imposto de renda retido na fonte pela União, suas autarquias e fundações	565	1.389	1/3/94 a 31/12/95
3 - PIS das instituições financeiras (alíquota de 0,65%)[b]	490	574	1/6/94 a 31/12/95
RECEITAS ADICIONAIS	1.885	2.398	
4 - Elevação da alíquota da CSLL das instituições financeiras, de 23 para 30%	227	347	1/6/94 a 31/12/95
5 - Elevação da alíquota do PIS das instituições financeiras, de 0,65 para 0,75%[b]	75	88	1/6/94 a 31/12/95
6 - Alteracoes na legislação:[c]			1/1/94 a 31/12/95
6.1 - ITR (limitado a 86,2% do total arrecadado)	227	215	
6.2 - IR (limitado a 5,6% do total arrecadado)[d]	1.017	1.054	
6.3 - IOF	339	694	
TOTAL	17.220	18.179	

Fonte: Propostas Orcamentárias da União para 1994 (valores atualizados pelo IGP-DI) e 1995.

[a]Salvo a prevista nos itens 2, 4 e 6. Não incide sobre as parcelas relativas aos fundos constitucionais (FPM, FPE, FE e FEx).

[b]Estimado o produto da elevação da carga pela proporção simples das alíquotas anterior e nova.

[c]Contém parcela de recursos desvinculados da partilha com estados, DF e municípios: em 1994, ITR = R$ 113 milhões e IR = R$ 448 milhões e, em 1995, ITR = R$ 107 milhoes e IR = R$ 464 milhões.

[d]Alteração das alíquotas do IRPF (de 15% e 25%, para 15%, 26,6% e 35%) e de outras incidências do IR na fonte sobre fundos estrangeiros e dividendos. Valor estimado pelo limite máximo fixado na Emenda.

• PERSPECTIVAS

A despeito das mudanças na concepção inicial, é inegável que o FSE cumpriu seu papel precípuo de contribuir para o ajuste fiscal temporário da União, isto é, de constituir mais um instrumento para redução, e não supressão, do seu déficit. Promoveu um peculiar remanejamento de recursos, que viabilizou, de alguma forma, a revisão da primeira proposta orçamentária para 1994 do Executivo. Para 1995, resta uma dúvida: a Emenda não dispensou a exigência de lei complementar para o funcionamento dos fundos, lei esta que não foi sequer proposta até outubro de 1994.

Não foi possível examinar as execuções orçamentárias e, principalmente, a financeira do FSE nos seus primeiros meses porque não foram publicadas informações com tal especificidade ou detalhamento. É dispensável argüir que o desempenho de caixa pode diferir do previsto nas propostas orçamentárias e, especialmente em relação à despesa, pode-se contratar e efetivamente liberar às custas da fonte FSE menos do que foi autorizado no orçamento.

A repressão fiscal através do contingenciamento das dotações e, principalmente, do controle das liberações tem sido uma tendência notória e marcante do Tesouro Nacional nos anos 90. No início de 1994, a utilização de tal instrumento de contenção de gasto foi facilitada pelos atrasos do Executivo na revisão da proposta orçamentária, inclusive a pretexto de adaptá-la à versão final do FSE, e do Congresso Nacional na aprova-

TABELA 2.A
FONTES E USOS DO FSE NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - 1994

FONTES DE RECURSOS	R$ Milhões (A)	Participação %	USOS POR FUNÇÕES	R$ Milhões (B)	Participação %	R$ Milhões (B-A)
Seguridade (conceito restrito)	8.059	46,8	Seguridade (conceito restrito)	13.101	76,1	+5.042
20% Contribuições Seguridade Social	7.335	42,6	Assistência e Previdência	9.050	52,6	
20% Depósitos Judiciais - FINSOCIAL	497	2,9	Saúde e Saneamento	4.051	23,5	
CSLL adicional de instituições financeiras	227	1,3				
Contribuições para o PIS/PASEP	1.810	10,5	Trabalho	251	1,4	-1.559
20% arrecadação normal	1.244	7,2				
Receita de instituições financeiras	566	3,3				
Seguridade (conceito amplo)	9.869	57,3	Total Seguridade (conceito amplo)	13.352	77,5	+3.483
Impostos/Contribuições sem vinculação a Educação	1.170	6,8	Educação	1.327	7,7	+157
18% dos impostos, inclusive receitas adicionais	1.067	6,2				
Contribuição Salário-Educação (parcela da União)	103	0,6				
Impostos sem vinculação ao Desenv.Reg.(FNO/FNE/FCO)	49	0.2				—49
Outras Contribuições Econômicas	253	1.5	Demais Funções de Governo	2.541	14,7	+2.288
Impostos sem repartição aos Estados/Municipios	818	4.8				-818
ITR - receita adicional	113	0,7				
IR - receita adicional	448	2.9				
IR - Fonte União	249	1.1				
Outros (ITR normal/IOF-ouro)	8	0.1				
Contribuição Sal.-Educ. sem repartição Estados/Municipios	204	1.2				-204
Vinculações Fiscais	2.494	14,5	Total Fiscal	3.868	22,5	+1.374
Recursos ordinários da União, inclusive receitas adicionais	4.857	28,2				-4 857
TOTAL DAS FONTES	17.220	100,0	TOTAL DOS USOS	17.220	100,0	0

Fonte: Projeto de Lei no 23/93, com alterações da Mensagem no 112, de 03/05/94 (valores corrigidos para abril/94 pela variação do IGP-DI e convertidos para reais pela URV media de abril/94 = CR$ 1.104,0627).

ção desse projeto. Após implantado o real, o equilíbrio de caixa do Tesouro Nacional foi beneficiado pelo rápido e expressivo crescimento da receita tributária federal a partir de agosto que, vale mencionar, nada teve a ver com Fundo Social de Emergência.

É possível que a política financeira geral do Tesouro Nacional também seja válida para o FSE em particular, dadas as circunstâncias impostas pela reforma monetária que exige a completa eliminação do financiamento inflacionário do governo. Facilitar a administração de caixa pode até ter sido uma função do FSE mais útil do que sua simples tentativa de quebrar a rigidez orçamentária. Coincidência ou não, a repressão fiscal na execução financeira agregada (Tesouro Nacional e Previdência Social) atingiu seu ápice em 1994 se tomada uma série dos fluxos mensais desde 1988: por exemplo, as liberações para atender outras despesas correntes e de capital — mais vulneráveis aos cortes e atrasos — entre janeiro e setembro de 1994 diminuíram 13% em relação aos pagamentos feitos em 1993 e 30% em comparação ao gasto médio neste período entre 1989 e 1993.[2]

Enfim, mesmo que o ajuste fiscal promovido pelo FSE tenha sido limitado por seu caráter temporário e emergencial e pelas resistências dos parlamentares, e ainda que seus efeitos sobre a execução financeira possam até virtualmente terem sido mais importantes que o da reestruturação orçamentária, essa experiência serviu, acima de tudo, para demonstrar a necessidade de se ampliar cada vez mais o leque das mudanças a serem propostas no âmbito da reforma fiscal. Dentre outras, ficou a lição de que importa discutir prioritariamente

TABELA 2.B
FONTES E USOS DO FSE NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - 1994

FONTES DE RECURSOS	R$ Milhões (A)	Participação %	USOS POR FUNÇÕES	R$ Milhões (B)	Participação %	R$ Milhões (B-A)
Seguridade (conceito restrito)	8.898	48,9	Seguridade (conceito restrito)	12.433	68,4	+3.535
20% Contribuições Seguridade Social	8.231	45,3	Assistência e Previdência	10.782	59,3	
20% Depósitos Judiciais - FINSOCIAL	320	1,7	Saúde e Saneamento	1.651	9,1	
CSLL adicional de instituições financeiras	347	1,9				
Contribuições para o PIS/PASEP	1.854	10,2	Trabalho	263	1,4	-1.591
20% arrecadação normal	1.192	6,6				
Receita de instituições financeiras	662	3,6				
Seguridade (conceito amplo)	10.752	59,1	Total Seguridade (conceito amplo)	12.696	69,8	+1.944
Impostos/Contribuições sem vinculação a Educação	1.126	6,2	Educação	2.416	13,3	+1.290
18% dos impostos, inclusive receitas adicionais	1.029	5,7				
Contribuição Salário-Educação (parcela da União)	97	0,5				
Impostos sem vinculação ao Desenv.Reg.(FNO/FNE/FCO)	73	0,4				-73
Outras Contribuições Econômicas	157	0,9	Demais Funções de Governo	3.067	16,9	+2.910
Impostos sem repartição aos Estados/Municipios	1.188	6,5				-1.188
ITR - receita adicional	107	0,6				
IR - receita adicional	464	4,2				
IR - Fonte União	611	1.7				
Outros (ITR normal/IOF-ouro)	6					
Contribuição Sal.-Educ. sem repartição Estados/Municipios	195	1.1				-195
Vinculações Fiscais	1.383	15,1	Total Fiscal	5.483	30,2	+2.744
Recursos ordinários da União, inclusive receitas adicionais	4.688	25,8				-4 688
TOTAL DAS FONTES	18.179	100,0	TOTAL DOS USOS	18.179	100,0	0

Fonte: Projeto de Lei no 3/94, de 31/08/94.

2
As outras despesas incluem desembolsos de recursos vinculados ou ordinários e liquidação de restos a pagar. Foram descontadas as transferências do Tesouro Nacional recebidas pela Previdência Social. Os fluxos mensais foram deflacionados pelo IGP-DI (fontes dos dados primários: STN e INSS).

a questão da despesa pública *vis-à-vis* a da receita. Em caráter excepcional, o FSE tentou diminuir a vinculação, excessiva segundo alguns, de receitas. Porém, o equacionamento definitivo da crise fiscal exige, acima de tudo, que sejam rediscutidas as obrigações constitucionais e legais impostas ao Poder Público, de forma compatível com a capacidade de arrecadação. Não se deve deixar de ter em mente que a estrutura da receita e sua tão combatida rigidez apenas refletem o padrão de gastos da União.

• BIBLIOGRAFIA

TANZI, Vito *et alii*.(1992). *Brazil: Issues for Fundamental Tax Reform*. Apr/1992, mimeo.

TABELA 3
DISTRIBUIÇÃO DO FSE POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA - 1994/95

DISCRIMINAÇÃO	1994		1995	
	R$ Milhões	%	R$ Milhões	%
DESPESAS CORRENTES	16.428	95,4	16.743	92,1
Pessoal e Encargos Sociais	9.270	53,8	8.990	49,5
Encargos Previdenciários da União(EPU)	4.752	27,6	5.922	32,6
Demais	4.518	26,2	3.068	16,9
Outras Despesas Correntes	7.158	41,6	7.753	42,6
Benefícios Previdenciários	4.014	23,3	4.225	23,2
Demais	3.144	18,3	3.528	19,4
DESPESAS DE CAPITAL	792	4,6	1.436	7,9
Investimentos	645	3,7	1.174	6,5
Inversões Financeiras	147	0,9	206	1,1
Outras Despesas de Capital	-	-	56	0,3
TOTAL	17.220	100,0	18.179	100,0

IPEA
INDICADORES E PREVISÕES

INDICADORES

TABELA I.1

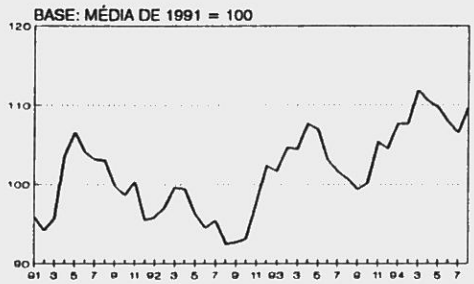
INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: PRODUÇÃO FÍSICA

COM AJUSTE SAZONAL E PARA DIAS ÚTEIS - BASE FIXA: MÉDIA DE 1991 = 100

PERÍODO	INDÚSTRIA GERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFOR-MAÇÃO	EXTRATIVA MINERAL	BENS DE CAPITAL	BENS INTERME-DIÁRIOS	BENS DE CONSUMO (TOTAL)	BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS
Jan. 1993	101,7	101,8	99,0	95,4	100,0	106,4	103,8	106,9
Fev.	104,7	104,9	98,1	97,7	103,6	108,1	105,0	108,7
Mar.	104,5	104,7	98,3	101,6	103,3	106,6	104,4	107,0
Abr.	107,7	108,0	98,5	106,9	106,2	109,0	116,7	107,6
Mai	107,0	107,3	99,3	104,3	107,0	107,2	109,2	106,8
Jun.	103,1	103,1	100,4	99,6	103,9	103,0	109,5	101,8
Jul.	101,7	101,7	101,8	97,9	102,3	102,2	107,9	101,1
Ago.	100,7	100,6	103,3	105,0	100,3	99,5	110,7	97,5
Set.	99,3	99,1	105,6	104,3	98,0	99,2	109,6	97,3
Out.	100,2	100,1	104,2	102,1	101,0	98,8	113,6	96,1
Nov.	105,4	105,4	103,6	107,8	106,1	103,5	122,4	100,0
Dez.	104,6	104,6	104,1	109,4	103,5	104,0	121,1	100,9
Jan. 1994	107,7	107,8	103,3	112,3	106,4	106,9	125,1	103,6
Fev.	107,7	107,7	106,2	110,1	107,3	106,5	121,5	103,7
Mar.	111,9	112,0	107,1	119,6	110,2	109,7	132,5	105,5
Abr.	110,6	110,7	108,0	113,6	111,9	106,5	126,6	102,7
Mai.	109,8	109,9	107,2	118,0	110,3	105,2	128,3	100,9
Jun.	108,0	108,1	107,5	117,4	106,6	105,3	120,9	102,5
Jul.	106,6	106,6	107,2	117,1	104,5	105,0	122,5	101,8
Ago.	109,6	109,6	109,4	122,9	106,1	108,3	123,8	105,5

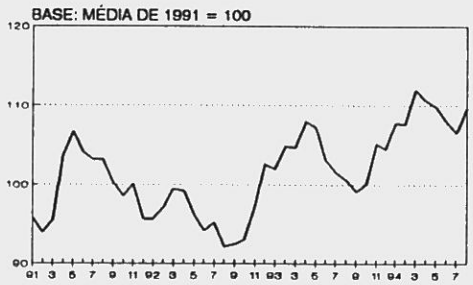
Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.1A
INDÚSTRIA GERAL
SÉRIE DESSAZONALIZADA E AJUSTADA PARA DIAS ÚTEIS
BASE: MÉDIA DE 1991 = 100



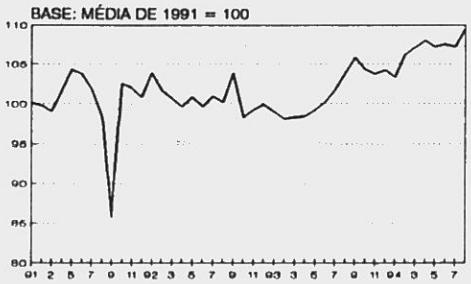
Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.1B
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
SÉRIE DESSAZONALIZADA E AJUSTADA PARA DIAS ÚTEIS
BASE: MÉDIA DE 1991 = 100



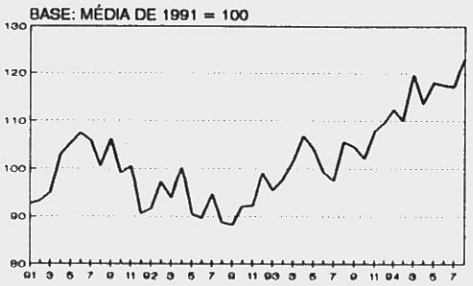
Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.1C
EXTRATIVA MINERAL
SÉRIE DESSAZONALIZADA E AJUSTADA PARA DIAS ÚTEIS
BASE: MÉDIA DE 1991 = 100



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.1D
BENS DE CAPITAL
SÉRIE DESSAZONALIZADA E AJUSTADA PARA DIAS ÚTEIS
BASE: MÉDIA DE 1991 = 100



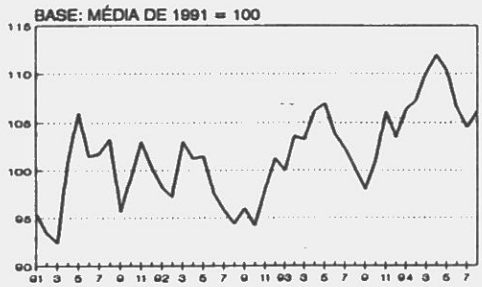
Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.1E

BENS INTERMEDIÁRIOS

SÉRIE DESSAZONALIZADA E AJUSTADA PARA DIAS ÚTEIS

BASE: MÉDIA DE 1991 = 100



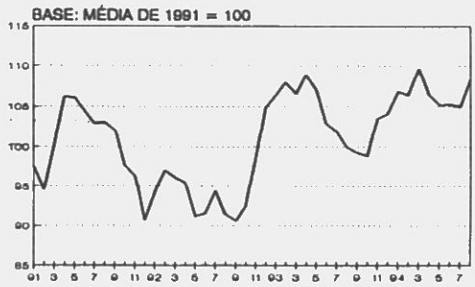
Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.1F

BENS DE CONSUMO (TOTAL)

SÉRIE DESSAZONALIZADA E AJUSTADA PARA DIAS ÚTEIS

BASE: MÉDIA DE 1991 = 100



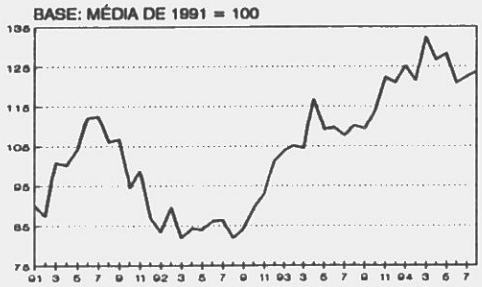
Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.1G

BENS DE CONSUMO DURÁVEIS

SÉRIE DESSAZONALIZADA E AJUSTADA PARA DIAS ÚTEIS

BASE: MÉDIA DE 1991 = 100



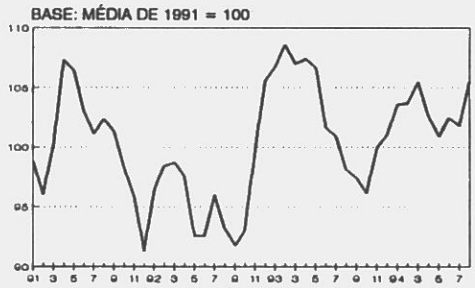
Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.1H

BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS

SÉRIE DESSAZONALIZADA E AJUSTADA PARA DIAS ÚTEIS

BASE: MÉDIA DE 1991 = 100



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA I.2

COMÉRCIO VAREJISTA DE SÃO PAULO: ÍNDICES DE FATURAMENTO REAL

SÉRIES DESSAZONALIZADAS - MÉDIA DE 1990=100

PERÍODO	CONSUMO GERAL		BENS DURÁVEIS		BENS SEMI-DURÁVEIS	BENS NÃO DURÁVEIS
	TOTAL	EXCLUSIVE VEÍCULOS	VEÍCULOS	OUTROS		
Janeiro 1993	62,0	57,6	80,0	47,4	49,4	71,6
Fevereiro	67,4	60,0	97,4	50,0	49,8	74,4
Março	74,4	62,2	124,0	52,4	53,4	75,9
Abril	73,5	60,4	126,7	47,5	46,7	79,3
Maio	70,4	58,3	119,6	46,6	49,0	74,2
Junho	72,6	59,2	126,9	49,1	49,7	73,5
Julho	71,7	58,5	125,2	49,6	45,9	72,8
Agosto	70,2	57,0	123,7	48,4	47,2	69,8
Setembro	72,5	59,0	127,1	49,7	47,7	73,1
Outubro	71,7	61,2	114,6	51,3	51,2	75,4
Novembro	76,0	62,2	132,0	52,7	55,7	74,8
Dezembro	77,9	64,8	131,0	54,6	59,7	77,6
Janeiro 1994	76,7	67,4	114,0	58,6	60,7	79,4
Fevereiro	77,7	65,4	127,7	55,4	55,1	79,9
Março	81,0	67,9	134,3	59,1	54,1	82,5
Abril	76,0	63,0	128,4	57,0	48,3	74,9
Maio	81,7	64,2	152,6	58,4	46,4	77,2
Junho	77,0	60,1	145,3	50,8	47,0	74,9
Julho	78,3	64,0	136,4	59,0	46,9	75,7
Agosto	90,5	74,9	153,4	77,3	59,0	78,4

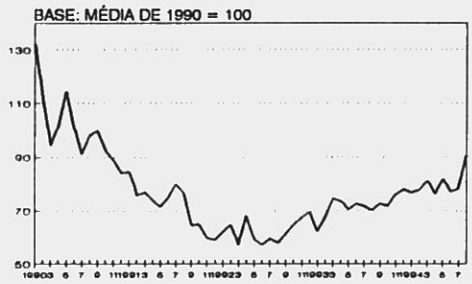
Fonte: Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP). Elaboração: IPEA-Dipes. Obs.: Metodologia apresentada em Nota Técnica no *Boletim Conjuntural* nº 7, junho 1989, de autoria de Vagner L. Ardeo. Índices de Faturamento Nominal deflacionados pelo IPCA-SP.

GRÁFICO I.2A

ÍNDICES DE FATURAMENTO REAL

SÉRIE DESSAZONALIZADA

BASE: MÉDIA DE 1990 = 100



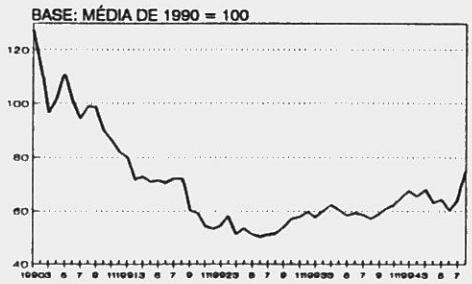
Fonte: FCESP. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.2B

ÍND. DE FATURAMENTO REAL EXCL. VEÍCULOS

SÉRIE DESSAZONALIZADA

BASE: MÉDIA DE 1990 = 100



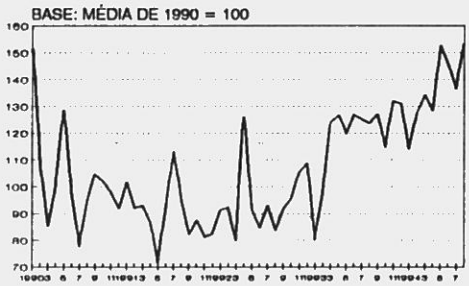
Fonte: FCESP. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.2C

BENS DURÁVEIS - VEÍCULOS

SÉRIE DESSAZONALIZADA

BASE: MÉDIA DE 1990 = 100



Fonte: FCESP. Elaboração: IPEA-Dipes.

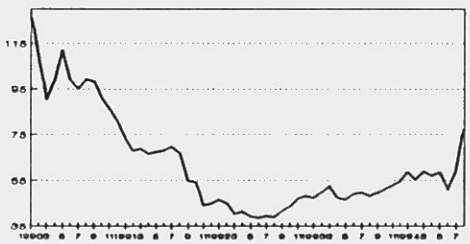
GRÁFICO I.2D

BENS DURÁVEIS - EXCLUSIVE VEÍCULOS

SÉRIE DESSAZONALIZADA

BASE: MÉDIA DE 1990 = 100

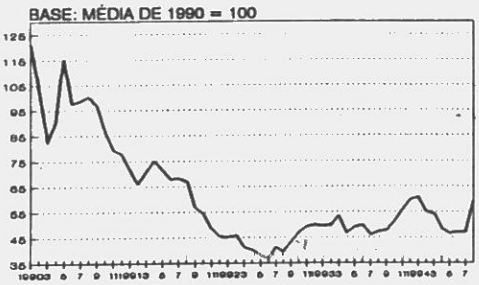
GRAFICO I.2D



Fonte: FCESP. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.2E
BENS SEMIDURÁVEIS
SÉRIE DESSAZONALIZADA

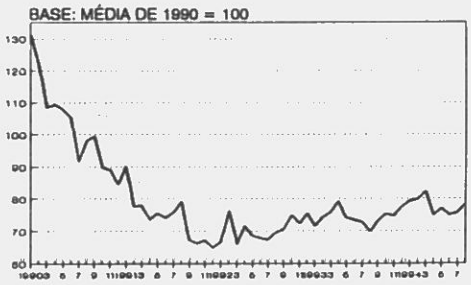
BASE: MÉDIA DE 1990 = 100



Fonte: FCESP. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.2F
BENS NÃO-DURÁVEIS
SÉRIE DESSAZONALIZADA

BASE: MÉDIA DE 1990 = 100



Fonte: FCESP. Elaboração: IPEA-Dipes.

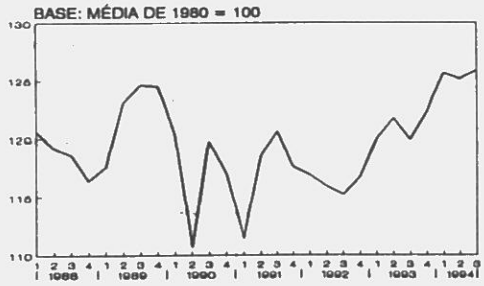
TABELA I.3
PRODUTO INTERNO BRUTO REAL: ÍNDICE TRIMESTRAL
SÉRIES DESSAZONALIZADAS - BASE: MÉDIA DE 1980 = 100

TRIMESTRE	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	PIB TOTAL		
				ÍNDICE	VARIAÇÃO PERCENTUAL	
					TRIMESTRE	4 TRIMESTRES
1989.I	133,8	103,8	128,3	117,3	0,9	-0,8
II	133,6	112,3	131,3	122,5	4,5	0,2
III	128,9	115,2	133,6	124,6	1,7	0,9
IV	131,9	113,8	134,1	124,3	-0,2	3,2
1990.I	122,7	109,3	132,8	120,4	-3,1	4,4
II	125,5	92,8	126,9	110,7	-8,1	1,1
III	129,9	106,7	131,6	119,7	8,2	-1,1
IV	132,9	101,0	131,4	117,0	-2,3	-4,4
1991.I	127,6	92,4	128,8	111,4	-4,8	-6,7
II	127,8	103,9	133,2	118,5	6,3	-2,8
III	134,8	104,9	134,7	120,6	1,8	-1,6
IV	135,5	99,9	133,3	117,6	-2,5	0,2
1992.I	138,3	97,9	132,9	116,9	-0,6	3,2
II	137,3	95,8	132,6	115,9	-0,8	1,0
III	138,0	95,4	132,0	115,2	-0,6	-0,4
IV	138,6	98,2	132,9	117,0	1,5	-0,8
1993.I	137,2	102,3	135,9	120,0	2,6	-1,1
II	137,6	104,2	137,6	121,7	1,4	0,6
III	133,5	102,2	136,7	120,0	-1,4	2,8
IV	136,1	104,6	138,5	122,3	1,9	4,1
1994.I	146,4	107,3	141,3	125,6	2,7	4,6
II	146,5	107,2	139,4	125,1	-0,4	4,0
III	141,8	109,2	140,1	125,8	0,5	4,2

Fonte: IBGE/Decna. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.3A
PIB REAL TRIMESTRAL
ÍNDICE TRIMESTRAL DESSAZONALIZADO

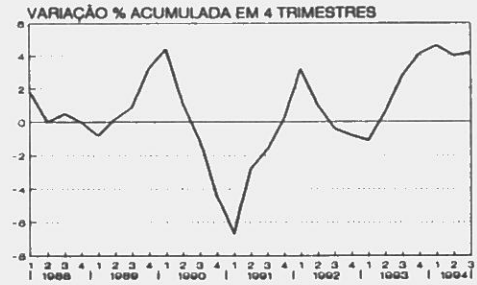
BASE: MÉDIA DE 1980 = 100



Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.3B
PIB REAL TRIMESTRAL

VARIAÇÃO % ACUMULADA EM 4 TRIMESTRES



Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA I.4

PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL E PIB "PER CAPITA"[a]

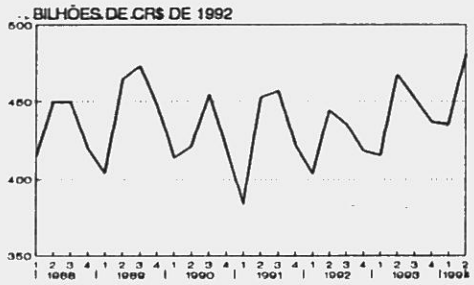
VALORES A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

TRIMESTRE	PIB TOTAL 10^9 CR$ CORRENTES	PIB TOTAL 10^9 CR$ 1992	PIB *PER CAPITA* CR$ CORRENTES	PIB *PER CAPITA* 10^3 CR $1992	VAR. % ACUM. EM 12 MESES
1990.I	2,97	413,89	20,76	2,90	2,6
II	5,89	421,47	41,06	2,94	-0,7
III	8,82	454,42	61,22	3,15	-3,1
IV	12,29	420,74	84,92	2,91	-6,1
1991.I	18,50	383,69	127,31	2,64	-8,2
II	28,41	452,59	194,73	3,10	-4,2
III	40,91	456,69	279,28	3,12	-3,0
IV	69,22	421,76	470,64	2,87	-1,4
1992.I	128,31	403,49	869,10	2,73	1,6
II	249,40	444,31	1.682,74	3,00	-0,7
III	458,87	435,05	3.084,15	2,92	-2,1
IV	864,59	418,50	5.788,74	2,80	-2,3
1993.I	1.726,54	415,46	11.517,27	2,77	-2,7
II	4.203,13	467,20	27.935,00	3,11	-1,0
III	9.537,17	452,04	63.153,64	2,99	1,3
IV	23.166,78	436,77	152.843,39	2,88	2,6
1994.I	64.896,67	435,38	426.585,26	2,86	3,0
II	209.903,12	480,45	1.374.689,65	3,15	2,4

Elaboração: IPEA-Dipes. Observação: Houve revisão do cálculo para série iniciada em 1980. Quem necessitar da informação anterior a 1990 poderá solicitá-la ao GAC. [a] Séries revistas em outubro de 1994 segundo as contas consolidadas para a nação-Brasil, 1980-1993 (IBGE).

GRÁFICO I.4A

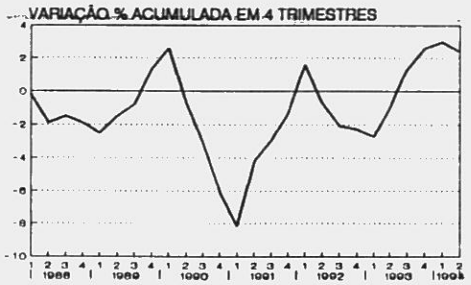
PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL



Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.4B

PIB REAL *PER CAPITA*



Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA I.5

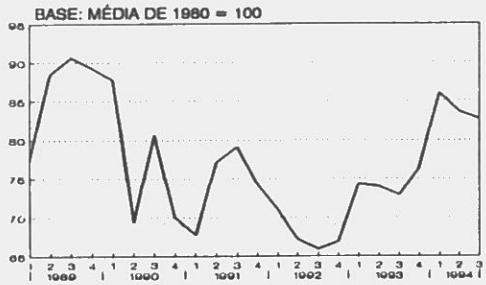
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO - FBCF[b]

ÍNDICE TRIMESTRAL - SÉRIE DESSAZONALIZADA - BASE: MÉDIA DE 1980 = 100

TRIMESTRE	FBCF	CONSTRUÇÃO CIVIL	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS				
			NACIONAIS			IMPORTADOS	ABSORÇÃO DE BENS DE CAPITAL
			PRODUÇÃO DOMÉSTICA	EXPORTAÇÃO	ABSORÇÃO		
1992.I	70,9	88,5	66,9	177,3	49,3	82,4	57,3
II	67,2	84,6	63,7	182,5	44,8	79,8	53,2
III	65,9	84,4	61,9	197,3	40,4	79,1	49,7
IV	66,9	86,2	64,2	201,1	42,4	72,0	49,5
1993.I	74,3	91,5	68,1	222,2	43,5	105,1	58,4
II	74,0	90,7	69,8	194,4	50,0	87,6	59,0
III	72,9	86,1	70,8	204,0	49,6	108,4	63,8
IV	76,3	91,4	73,2	220,4	49,8	110,7	64,4
1994.I	86,0	94,3	80,1	229,4	56,3	121,2	71,9
II	83,6	89,7	78,6	254,5	50,6	144,9	73,3
III[a]	82,7	89,2	81,0	258,3	52,8	131,1	71,7

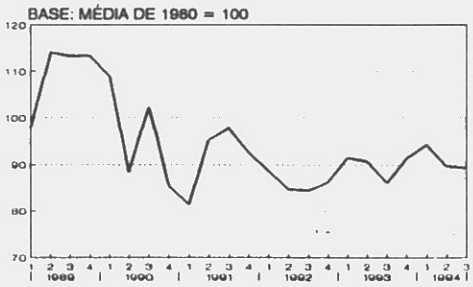
Elaboração: IPEA-Dipes. [a]Estimado. [b]Série revista, a partir das Contas Consolidadas para a Nação-Brasil, 1980-1993 (IBGE).
Obs.: Metodologia apresentada em Nota Técnica no *Boletim Conjuntural* nº 3, abril 1988, de autoria de Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco e série histórica revista apresentada em Nota Técnica no *Boletim Conjuntural* nº 14, julho 1991, de autoria de Virene Matesco.

GRÁFICO I.5A
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO
ÍNDICE TRIMESTRAL DESSAZONALIZADO
BASE: MÉDIA DE 1980 = 100



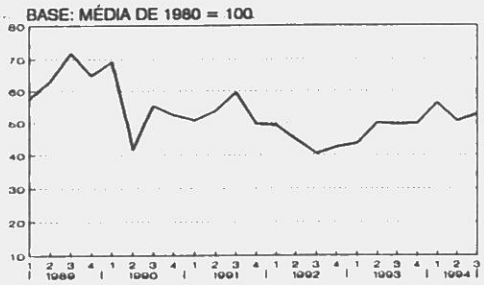
Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.5B
CONSTRUÇÃO CIVIL
SÉRIE DESSAZONALIZADA
BASE: MÉDIA DE 1980 = 100



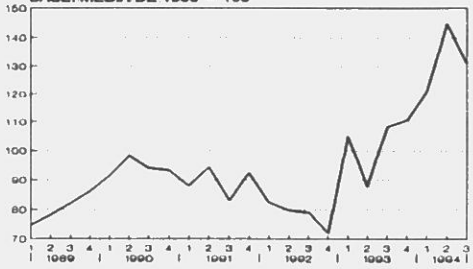
Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.5C
ABSORÇÃO DE MÁQ. E EQUIP. NACIONAIS
SÉRIE DESSAZONALIZADA
BASE: MÉDIA DE 1980 = 100



Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO I.5D
ABSORÇÃO DE MÁQ. E EQUIP. IMPORTADOS
SÉRIE DESSAZONALIZADA
BASE: MÉDIA DE 1980 = 100



Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA II.1A
TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO
SÉRIE ORIGINAL - PERCENTUAL DA PEA

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	MÉDIA ANUAL
1987	3,19	3,38	3,28	3,39	3,97	4,43	4,47	4,22	4,03	3,96	3,63	2,86	3,73
1988	3.80	4,33	4,30	4,08	4,04	3,90	3,84	4,16	3,84	3,65	3,32	2,92	3,85
1989	3,87	3,99	4,18	3,94	3,37	3,37	3,17	3,22	3,22	3,06	2,49	2,36	3,35
1990	3,30	3,43	4,04	4,78	5,27	4,90	4,53	4,50	4,25	4,21	4,25	3,93	4,28
1991	5,23	5,41	5,89	5,76	5,70	4,86	3,82	4,03	4,35	4,26	4,45	4,15	4,83
1992	4,86	6,36	6,21	5,86	6,53	6,19	5,83	5,90	5,74	5,77	5,82	4,50	5,80
1993	5,99	5,77	5,88	6,12	6,11	5,68	5,23	5,33	5,05	4,89	4,74	4,39	5,43
1994	5,54	5,37	5,90	5,37	5,18	5,42	5,46	5,49					

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes. Obs.: Dados não divulgados pelo IBGE nos meses de junho e julho de1992.

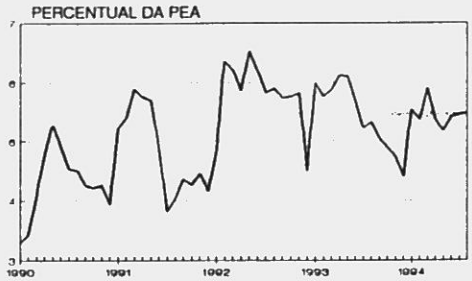
TABELA II.1B
TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO
SÉRIE DESSAZONALIZADA - PERCENTUAL DA PEA

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1987	3,22	3,20	2,96	3,09	3,61	4,19	4,34	4,12	4,07	4,20	4,19	3,95
1988	3,83	4,11	3,86	3,66	3,62	3,68	3,78	4,12	3,92	3,90	3,84	3,98
1989	3,89	3,80	3,73	3,48	2,97	3,18	3,17	3,25	3,34	3,30	2,87	3,15
1990	3,29	3,28	3,59	4,18	4,58	4,63	4,60	4,63	4,47	4,59	4,86	5,15
1991	5,15	5,20	5,24	4,98	4,90	4,59	3,92	4,19	4,64	4,68	5,07	5,37
1992	4,72	6,12	5,53	5,06	5,62	5,86	6,04	6,19	6,16	6,32	6,56	5,77
1993	5,79	5,54	5,24	5,29	5,25	5,38	5,43	5,57	5,44	5,40	5,35	5,51
1994	5,30	5,15	5,20	4,78	4,70	5,25	5,58	5,69				

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes. Obs.: Dados não divulgados pelo IBGE nos meses de junho e julho de1992. As estimativas das observações omissas(junho e julho de 1992, e maio e junho de 1993) foram feitas usando o programa "STAMP" considerando tendência estocástica e sazonalidade usando variáveis "DUMMIES".

GRÁFICO II.1A
TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO
SÉRIE ORIGINAL

PERCENTUAL DA PEA



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO II.1B
TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO
SÉRIE DESSAZONALIZADA

PERCENTUAL DA PEA

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA II.2A

NÍVEL DE EMPREGO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO

SÉRIE ORIGINAL - PESQUISA SEMANAL - BASE: DEZEMBRO DE 1980 = 100

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	MÉDIA ANUAL
1987	97,63	98,23	98,71	98,68	98,32	97,59	97,71	95,33	95,40	95,86	95,95	95,53	97,08
1988	95,06	95,16	94,92	94,78	94,61	94,24	94,19	94,28	94,01	94,06	94,21	93,70	94,44
1989	93,32	92,90	92,44	92,31	92,53	93,15	94,07	95,48	96,36	96,90	97,15	96,92	94,46
1990	96,27	95,41	94,12	92,03	89,84	89,06	89,17	89,47	90,01	89,87	88,75	86,53	90,88
1991	83,36	81,84	80,96	80,34	80,50	81,01	81,77	81,83	82,06	81,51	80,58	79,21	81,25
1992	77,96	76,85	76,26	75,57	75,07	74,49	73,97	73,42	72,77	72,58	72,25	71,81	74,42
1993	71,90	72,11	72,27	72,44	72,60	72,73	72,74	72,79	72,81	72,36	72,15	71,77	72,39
1994	71,40	71,05	70,76	70,58	70,26	70,16	70,04	69,94	70,19				

Fonte: Fiesp. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA II.2B

NÍVEL DE EMPREGO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO

SÉRIE DESSAZONALIZADA - PESQUISA SEMANAL - BASE: DEZEMBRO DE 1980 = 100

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1987	97,57	98,16	98,81	99,03	98,79	98,13	98,13	95,34	95,12	95,33	95,24	95,00
1988	94,94	95,16	95,16	95,38	95,27	94,90	94,64	94,18	93,51	93,32	93,31	93,05
1989	93,21	93,06	92,88	93,15	93,33	93,87	94,47	95,23	95,61	95,92	96,09	96,18
1990	96,26	95,80	94,79	93,04	90,71	89,72	89,43	89,10	89,15	88,86	87,79	85,93
1991	83,41	82,31	81,64	81,29	81,28	81,53	81,88	81,37	81,14	80,50	79,69	78,61
1992	78,19	77,48	77,02	76,50	75,78	74,88	73,96	72,96	71,91	71,69	71,50	71,52
1993	72,23	72,72	72,92	73,08	73,02	72,83	72,66	72,38	72,14	71,50	71,50	71,75
1994	71,72	71,59	71,33	71,13	70,65	70,28	69,88	69,62	69,71			

Fonte: Fiesp. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO II.2A

NÍVEL DE EMPREGO INDUSTRIAL - SP

SÉRIE ORIGINAL - PESQUISA SEMANAL

BASE: DEZEMBRO DE 1980 = 100

Fonte: Fiesp. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO II.2B

NÍVEL DE EMPREGO INDUSTRIAL - SP

SÉRIE DESSAZONALIZADA - PESQUISA SEMANAL

BASE: DEZEMBRO DE 1980 = 100

Fonte: Fiesp. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA II.3

SALÁRIO MÉDIO REAL NA INDÚSTRIA PAULISTA

PESQUISA MENSAL - BASE: DEZEMBRO DE 1990 = 100

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	MÉDIA ANUAL
1988	114,9	114,1	114,5	123,2	127,0	121,8	119,1	120,5	115,5	118,1	125,2	128,7	120,2
1989	120,9	103,1	109,1	116,8	117,9	106,7	114,3	116,0	111,3	119,0	130,9	131,1	116,4
1990	118,3	109,0	103,8	87,2	84,4	91,9	103,8	107,2	101,7	97,3	106,0	100,0	100,9
1991	86,8	82,3	76,9	89,1	97,5	96,6	97,1	93,9	94,1	92,6	107,3	106,1	93,4
1992	98,3	93,9	99,8	102,5	100,3	104,9	110,8	110,6	107,3	107,2	122,7	119,3	106,5
1993	111,9	111,0	117,9	116,2	118,7	116,1	118,9	116,4	112,5	115,1	126,3	125,0	117,2
1994	116,5	114,6	124,2	131,7	135,4	134,5	125,6	127,2					

Fonte: Fiesp. Elaboração: IPEA-Dipes. Deflator: INPC.

TABELA II.4

MASSA SALARIAL REAL NA INDÚSTRIA PAULISTA

PESQUISA MENSAL - BASE: DEZEMBRO DE 1990 = 100

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	MÉDIA ANUAL
1988	121,6	120,9	121,3	130,5	134,2	128,7	125,9	127,4	121,8	124,3	131,4	134,5	126,9
1989	126,3	107,5	113,8	122,1	124,0	113,2	122,2	125,4	121,0	130,0	143,1	142,7	124,3
1990	128,7	118,2	111,6	91,9	87,7	94,5	107,1	110,8	105,6	100,8	108,3	100,0	105,4
1991	84,7	79,3	73,4	85,2	93,3	92,7	93,9	91,4	91,6	89,7	102,7	100,4	89,9
1992	92,1	87,3	91,8	93,8	91,3	94,7	99,2	98,4	94,9	94,4	107,6	103,8	95,8
1993	97,0	96,3	102,4	101,1	103,5	101,3	103,7	101,3	97,6	99,6	108,8	107,1	101,7
1994	99,6	97,8	105,5	111,1	114,4	113,6	105,9	106,9					

Fonte: Fiesp. Elaboração: IPEA-Dipes. Deflator: INPC.

GRÁFICO II.3

SALÁRIO MÉDIO REAL NA INDÚSTRIA - SP

PESQUISA MENSAL

BASE: DEZEMBRO DE 1990 = 100

Fonte: Fiesp. Elaboração: IPEA-Dipes. Deflator: INPC.

GRÁFICO II.4

MASSA SALARIAL REAL NA INDÚSTRIA - SP

PESQUISA MENSAL

BASE: DEZEMBRO DE 1990 = 100

Fonte: Fiesp. Elaboração: IPEA-Dipes. Deflator: INPC.

TABELA II.5A

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL NA GRANDE SÃO PAULO

SÉRIE ORIGINAL - PERCENTUAL DA PEA

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	MÉDIA ANUAL
1986	9,9	10,5	11,5	11,6	10,9	10,3	9,7	9,7	9,5	9,0	8,2	7,3	9,8
1987	7,3	7,6	8,5	8,9	9,5	9,4	9,4	9,7	10,1	9,8	9,1	8,6	8,9
1988	9,4	10,3	11,0	10,4	10,4	10,1	10,0	9,4	9,1	9,2	8,9	8,6	9,7
1989	8,9	9,7	10,5	10,3	10,1	9,7	9,5	8,4	7,9	7,3	7,0	6,7	8,8
1990	6,9	8,1	9,3	10,6	11,6	12,1	11,9	11,1	10,2	9,6	9,4	9,4	10,0
1991	9,9	11,1	12,3	13,1	13,3	13,0	12,5	11,9	11,0	10,7	10,2	10,5	11,6
1992	11,3	13,1	14,6	15,5	16,1	16,2	16,2	16,1	15,5	15,5	14,6	14,4	14,9
1993	14,2	15,0	15,8	16,1	15,9	15,4	14,8	14,3	14,0	13,8	13,5	13,3	14,7
1994	13,6	14,1	14,9	15,3	15,4	15,2	14,5	14,4	14,1				

Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: IPEA - Dipes.

TABELA II.5B

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL DESSAZONALIZADO NA GRANDE SÃO PAULO

SÉRIE DESSAZONALIZADA - PERCENTUAL DA PEA

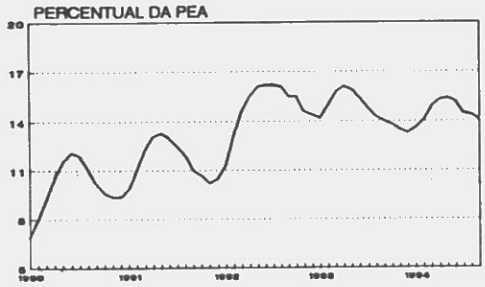
ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1986	11,2	11,0	10,9	10,7	10,0	9,7	9,0	9,5	9,5	9,1	8,9	8,5
1987	8,3	7,9	8,0	8,2	8,7	8,8	8,7	9,5	10,2	10,0	10,0	10,1
1988	10,7	10,7	10,4	9,5	9,4	9,3	9,2	9,2	9,3	9,5	9,9	10,1
1989	10,2	10,1	9,9	9,4	9,0	8,9	8,7	8,2	8,2	7,7	7,9	7,9
1990	7,9	8,4	8,7	9,6	10,3	10,9	10,9	10,8	10,6	10,2	10,8	11,1
1991	11,3	11,4	11,6	11,8	11,8	11,7	11,5	11,6	11,5	11,4	11,6	12,3
1992	12,9	13,4	13,8	13,9	14,3	14,6	14,9	15,7	16,2	16,6	16,6	16,8
1993	16,0	15,4	14,9	14,5	14,1	14,0	13,8	14,0	14,6	14,6	15,4	15,3
1994	15,2	14,3	14,1	13,9	13,8	13,9	13,8	14,1	14,5			

Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: IPEA - Dipes.

GRÁFICO II.5A

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL (GRANDE SP)

SÉRIE ORIGINAL

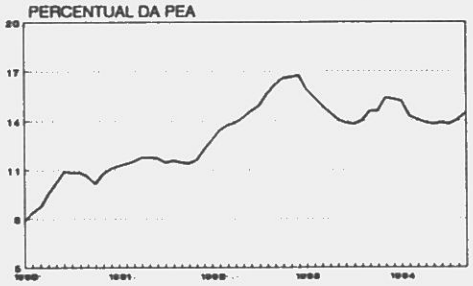


Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO II.5B

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL (GRANDE SP)

SÉRIE DESSAZONALIZADA



Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA II.5C

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO NA GRANDE SÃO PAULO

SÉRIE ORIGINAL - PERCENTUAL DA PEA

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	MÉDIA ANUAL
1986	5,8	6,3	7,3	7,5	7,2	6,6	6,0	6,0	5,7	5,5	5,0	4,4	6,1
1987	4,4	4,8	5,7	6,2	6,7	6,6	6,6	6,6	6,8	6,7	6,2	5,8	6,1
1988	6,2	6,9	7,7	7,6	7,8	7,4	7,4	6,9	6,8	6,8	6,6	6,2	7,0
1989	6,5	7,2	8,0	8,0	7,6	7,2	6,9	6,2	5,8	5,4	5,3	5,0	6,6
1990	4,9	5,9	7,0	8,0	8,4	8,5	8,3	7,8	7,4	7,0	6,8	6,5	7,2
1991	6,5	7,4	8,4	9,2	9,2	9,0	8,8	8,2	7,6	7,2	6,8	6,7	7,9
1992	7,0	8,4	9,5	10,1	10,2	10,1	9,9	9,6	9,3	9,1	8,4	8,0	9,1
1993	8,0	8,8	9,8	10,2	9,8	9,3	8,7	8,3	8,0	7,9	7,8	7,6	8,7
1994	8,0	8,7	9,8	10,1	9,9	9,4	9,0	8,9	8,7				

Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: IPEA - Dipes.

TABELA II.5D

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO DESSAZONALIZADO NA GRANDE SÃO PAULO

SÉRIE DESSAZONALIZADA - PERCENTUAL DA PEA

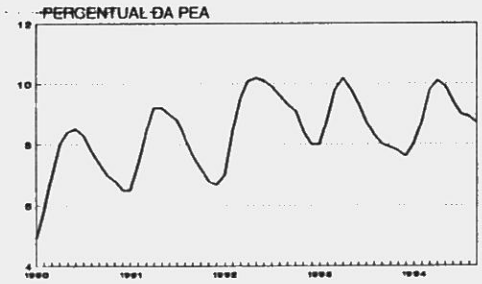
ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1986	6,9	6,8	6,8	6,6	6,3	6,0	5,6	5,9	5,8	5,7	5,6	5,3
1987	5,2	5,1	5,3	5,5	5,9	6,0	6,2	6,5	6,9	7,0	6,9	7,0
1988	7,4	7,4	7,1	6,7	6,8	6,7	6,9	6,8	7,0	7,1	7,4	7,5
1989	7,7	7,6	7,4	7,0	6,6	6,5	6,4	6,1	6,0	5,7	6,0	6,1
1990	5,8	6,2	6,5	7,0	7,3	7,6	7,6	7,7	7,7	7,5	7,8	7,9
1991	7,7	7,8	7,8	8,0	8,0	8,0	8,1	8,0	7,9	7,7	7,8	8,0
1992	8,3	8,8	8,8	8,7	8,9	9,0	9,1	9,4	9,6	9,8	9,7	9,6
1993	9,4	9,2	9,0	8,8	8,6	8,3	8,0	8,2	8,3	8,6	9,0	10,3
1994	9,3	9,0	8,9	8,7	8,7	8,5	8,4	8,8	9,1			

Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: IPEA - Dipes.

GRÁFICO II.5C

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (GRANDE SP)

SÉRIE ORIGINAL

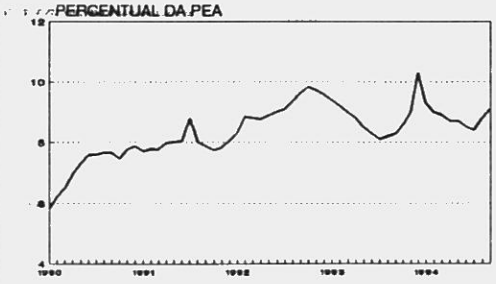


Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO II.5D

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (GRANDE SP)

SÉRIE DESSAZONALIZADA



Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA II.5E

ÍNDICE DE RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS ASSALARIADOS - TRABALHO PRINCIPAL

SÉRIE ORIGINAL - BASE: 1985 = 100

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	MÉDIA ANUAL
1986	102,4	95,4	100,7	108,8	109,2	99,1	113,7	113,8	106,0	115,5	112,1	97,9	106,2
1987	97,3	92,7	89,0	82,6	76,5	72,2	70,3	72,0	72,3	74,9	75,2	77,0	79,3
1988	83,7	77,9	73,0	80,3	79,6	77,7	76,8	75,6	75,6	80,1	82,1	84,6	78,9
1989	81,7	79,6	80,8	83,3	79,4	74,3	80,4	82,3	83,3	86,1	89,0	95,1	82,9
1990	85,9	81,1	71,9	66,9	64,8	65,6	64,1	66,3	65,3	65,5	66,6	66,8	69,2
1991	59,1	57,0	55,9	61,1	65,6	60,5	64,2	66,5	60,7	57,4	62,1	55,9	60,5
1992	57,2	56,6	58,5	52,3	60,7	56,2	54,0	64,0	60,5	60,0	64,3	59,8	58,7
1993	60,3	62,0	59,4	61,7	68,0	61,8	60,3	65,0	63,2	63,6	63,8	67,3	63,0
1994	64,6	64,1	65,7										

Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: IPEA - Dipes.

TABELA II.5F

ÍNDICE DE RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS ASSALARIADOS - TRABALHO PRINCIPAL

SÉRIE DESSAZONALIZADA - BASE: 1985 = 100

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1986	101,9	96,5	103,8	109,0	110,3	102,4	114,8	115,0	108,1	110,9	107,7	94,5
1987	96,3	93,4	91,9	82,8	77,6	74,8	71,5	72,8	73,6	72,1	71,9	73,5
1988	82,6	78,4	75,6	80,9	80,9	81,0	78,5	75,9	76,6	77,8	78,1	79,9
1989	80,5	80,1	84,5	84,8	80,3	77,6	82,6	81,6	83,9	84,2	84,2	89,3
1990	85,2	82,1	75,9	69,0	64,9	68,4	66,0	64,7	65,2	64,7	62,8	62,7
1991	58,9	57,9	59,5	63,8	64,3	62,7	66,2	63,9	60,3	57,0	58,8	52,5
1992	57,7	58,0	62,7	54,9	58,7	58,1	55,7	60,8	59,8	59,7	61,1	56,3
1993	61,2	63,6	64,0	65,0	65,2	63,8	62,2	61,3	62,5	63,6	60,8	64,1
1994	66,0	66,1	68,6									

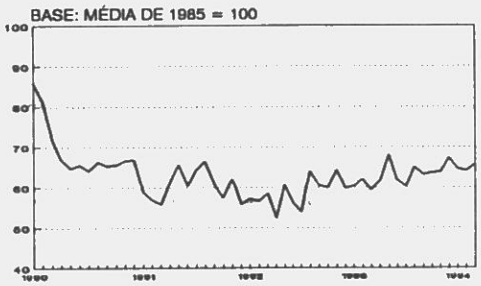
Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: IPEA - Dipes.

GRÁFICO II.5E

RENDIMENTO MÉDIO DOS ASSALARIADOS

SÉRIE ORIGINAL

BASE: MÉDIA DE 1985 = 100



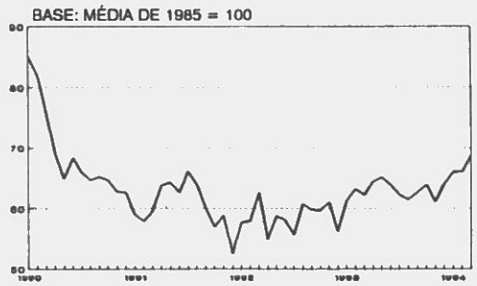
Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO II.5F

RENDIMENTO MÉDIO DOS ASSALARIADOS

SÉRIE DESSAZONALIZADA

BASE: MÉDIA DE 1985 = 100



Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA III.1

TAXA DE INFLAÇÃO E PREÇO RELATIVO DOS GRUPOS DO INPC

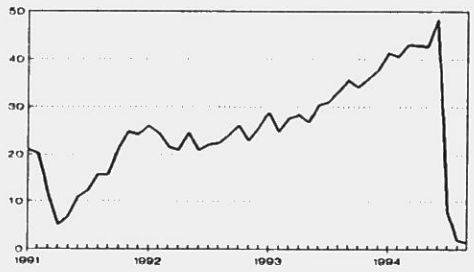
BASE: MÉDIA DE 1988 = 100

PERÍODO	ÍNDICE GERAL - TAXA MENSAL DE VARIAÇÃO (%)	ÍNDICE DE PREÇO REAL[a]						
		ALIMENT.	HABITAÇÃO	ARTIGOS RESID.	VESTUÁRIO	TRANSPORT. COMUNIC.	SAÚDE CUID. PESS.	DESPESAS PESSOAIS
Jan. 1992	25,92	85,79	143,04	68,66	58,17	115,09	126,69	157,25
Fev.	24,48	86,97	142,98	70,34	54,72	116,26	129,47	151,71
Mar.	21,62	86,30	143,38	70,94	52,64	119,20	132,19	150,45
Abr.	20,84	84,93	144,62	72,02	54,24	117,98	136,51	148,51
Maio	24,50	85,61	140,53	71,05	55,30	114,48	142,07	148,98
Jun.	20,85	85,34	136,39	72,25	56,72	118,30	140,97	150,37
Jul.	22,08	83,77	138,63	72,47	56,05	122,24	139,27	150,63
Ago.	22,38	83,88	138,92	72,53	54,66	125,87	139,98	147,02
Set.	23,98	85,27	135,16	71,43	56,05	122,55	139,45	149,16
Out.	26,07	85,89	132,96	72,03	57,69	118,93	141,23	148,81
Nov.	22,89	86,01	129,87	73,15	61,77	117,21	142,78	145,91
Dez.	25,58	87,08	126,71	74,88	65,01	115,22	137,83	146,48
Jan. 1993	28,77	89,80	121,34	75,24	62,29	112,02	137,01	149,99
Fev.	24,79	88,81	119,63	76,58	60,81	118,96	138,35	148,50
Mar.	27,58	87,88	118,54	76,37	59,57	118,61	141,02	153,83
Abr.	28,37	87,74	119,09	75,87	61,83	118,53	144,28	147,61
Maio	26,78	89,49	122,29	77,71	65,13	117,10	151,10	145,52
Jun.	30,37	89,04	122,37	77,88	65,42	117,65	152,99	144,37
Jul.	31,01	87,52	123,27	74,96	65,10	118,92	159,61	144,76
Ago.	33,34	87,84	125,62	74,04	63,21	119,59	160,99	141,65
Set.	35,63	87,58	124,12	71,39	62,26	119,57	163,23	146,06
Out.	34,12	86,93	124,52	71,25	63,01	118,34	169,38	142,88
Nov.	36,00	87,38	122,46	69,75	63,48	118,40	173,15	140,58
Dez.	37,73	88,52	120,93	68,25	63,87	116,57	171,35	142,23
Jan. 1994	41,32	92,26	114,14	66,40	61,35	115,04	171,18	143,88
Fev.	40,57	93,01	114,92	66,58	57,15	116,24	174,14	146,91
Mar.	43,08	94,01	118,12	65,66	55,43	114,69	174,63	145,45
Abr.	42,86	93,88	119,61	65,58	55,92	114,87	173,06	143,66
Mai.	42,73	91,57	119,34	66,36	57,01	118,22	177,15	145,13
Jun.	48,24	93,80	114,42	65,18	56,76	118,07	176,28	143,42
Jul.	7,75	95,37	107,19	63,72	58,10	122,42	171,09	141,40
Ago.	1,85	94,26	113,55	64,51	57,41	121,03	168,57	142,48
Set.	1,40	92,82	120,77	64,11	57,92	120,11	165,91	142,54

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes. [a] Índice do grupo deflacionado pelo indicador geral.

GRÁFICO III.1A

TAXA MENSAL DE INFLAÇÃO - INPC



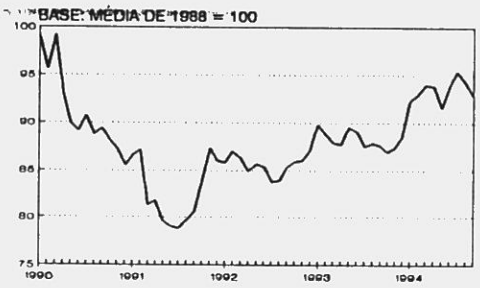
Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.1B

ÍNDICE DE PREÇO REAL

ALIMENTAÇÃO

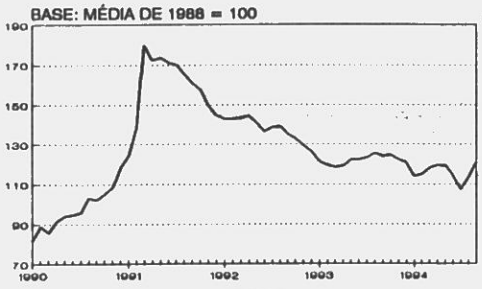
BASE: MÉDIA DE 1988 = 100



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.1C
ÍNDICE DE PREÇO REAL
HABITAÇÃO

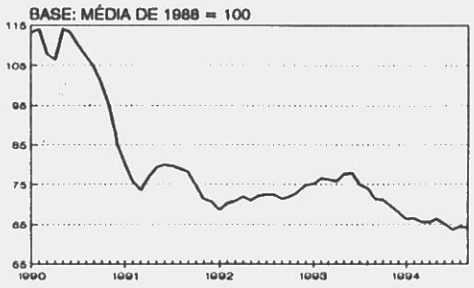
BASE: MÉDIA DE 1988 = 100



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.1D
ÍNDICE DE PREÇO REAL
ARTIGOS DE RESIDÊNCIA

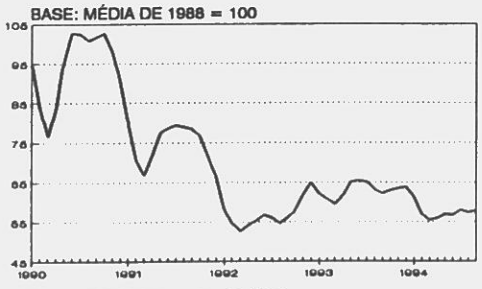
BASE: MÉDIA DE 1988 = 100



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.1E
ÍNDICE DE PREÇO REAL
VESTUÁRIO

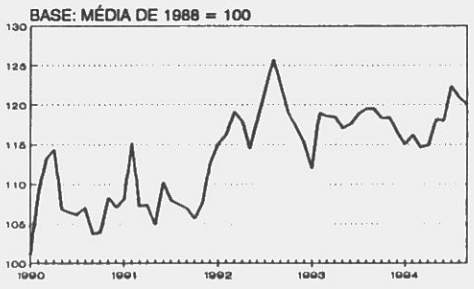
BASE: MÉDIA DE 1988 = 100



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.1F
ÍNDICE DE PREÇO REAL
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

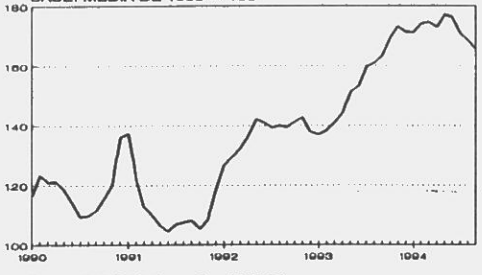
BASE: MÉDIA DE 1988 = 100



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.1G
ÍNDICE DE PREÇO REAL
SAÚDE E CUIDADOS PESSOAIS

BASE: MÉDIA DE 1988 = 100



Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.1H
ÍNDICE DE PREÇO REAL
DESPESAS PESSOAIS

BASE: MÉDIA DE 1988 = 100

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA III.2

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS E SEUS COMPONENTES

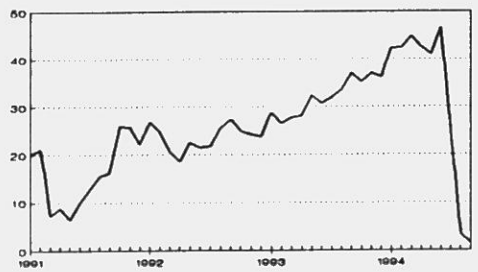
BASE: DEZEMBRO DE 1992 = 100

PERÍODO	IGP-DI - TAXA MENSAL DE VARIAÇÃO (%)	ÍNDICE DE PREÇO REAL[a]		
		IPA-DI	IPC	INCC
1993 Jan.	28,73	98,42	101,05	106,35
Fev.	26,51	98,20	102,57	103,06
Mar.	27,81	98,40	100,89	106,93
Abr.	28,22	98,48	102,65	101,14
Maio	32,27	98,33	100,85	107,52
Jun.	30,72	98,01	102,46	104,56
Jul.	31,96	98,25	101,51	105,96
Ago.	33,53	98,11	103,15	101,91
Set.	36,99	98,29	102,01	104,21
Out.	35,14	98,21	102,47	103,35
Nov.	36,96	97,89	102,74	104,44
Dez.	36,22	97,53	104,28	101,96
1994 Jan.	42,19	96,91	104,63	104,64
Fev.	42,41	97,47	104,31	102,24
Mar.	44,83	96,68	103,33	109,92
Abr.	42,46	95,15	105,59	112,35
Mai.	40,95	93,47	107,70	116,05
Jun.	46,58	92,79	109,56	114,60
[b] Jul.	24,71	91,60	116,35	101,32
Ago.	3,34	92,54	115,52	98,19
Set.	1,55	92,76	115,42	97,06

Fonte: FGV/IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes. [a] Índice específico deflacionado pelo IGP-DI. [b] Índice de Julho de 1994 calculado em CR$

GRÁFICO III.2A

TAXA MENSAL DE INFLAÇÃO - IGP-DI



Fontes: FGV/Ibre. Elaboração: IPEA-Dipes.

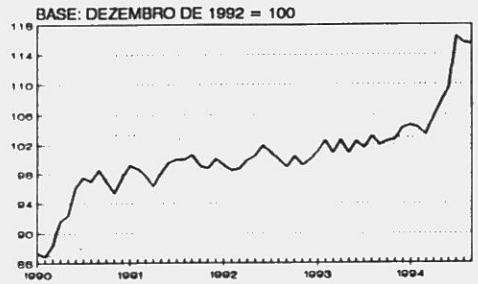
GRÁFICO III.2B

ÍNDICE DE PREÇO REAL - IPA-DI

Fonte: FGV/Ibre. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.2C

ÍNDICE DE PREÇO REAL - IPC



Fonte: FGV/Ibre. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.2D

ÍNDICE DE PREÇO REAL - INCC

Fonte: FGV/Ibre. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA III.3

ÍNDICE DE PREÇOS NO ATACADO - DISPONIBILIDADE INTERNA

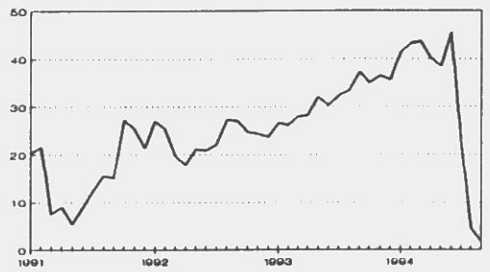
BASE: DEZEMBRO DE 1992 = 100

PERÍODO	IPA-DI - TAXA MENSAL DE VARIAÇÃO (%)	ÍNDICE DE PREÇO REAL[a]		
		DURÁVEIS	NÃO-DURÁVEIS	BENS DE PRODUÇÃO
1993 Jan.	26,69	99,87	103,12	98,74
Fev.	26,23	101,43	102,10	99,06
Mar.	28,08	95,81	102,01	99,45
Abr.	28,32	94,77	102,30	99,41
Maio	32,06	93,28	100,89	100,08
Jun.	30,30	92,05	101,66	99,85
Jul.	32,29	90,46	99,19	100,97
Ago.	33,34	88,32	99,20	101,10
Set.	37,25	85,25	103,61	99,52
Out.	35,03	85,79	102,84	99,79
Nov.	36,52	87,73	102,44	99,83
Dez.	35,72	87,10	103,34	99,50
1994 Jan.	41,28	85,41	107,45	97,94
Fev.	43,23	86,04	107,77	97,77
Mar.	43,65	79,74	109,80	97,37
Abr.	40,20	83,23	108,05	97,85
Mai.	38,47	83,85	104,91	99,08
Jun.	45,50	82,72	103,14	99,88
Jul.[b]	23,12	81,78	107,29	98,25
Ago.	4,40	78,06	114,00	95,77
Set.	1,79	76,61	117,77	94,34

Fonte: FGV/IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes. [a] Índice específico deflacionado pelo IPA-DI. [b] Índice de Julho de 1994 calculado em CR$.

GRÁFICO III.3A

TAXA MENSAL DE INFLAÇÃO - IPA-DI



Fonte: FGV/Ibre. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.3B

ÍNDICE DE PREÇO REAL

BENS DURÁVEIS

BASE: DEZEMBRO DE 1992 = 100

Fonte: FGV/Ibre. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.3C

ÍNDICE DE PREÇO REAL

BENS NÃO-DURÁVEIS

BASE: DEZEMBRO DE 1992 = 100

Fonte: FGV/Ibre. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.3D

ÍNDICE DE PREÇO REAL

BENS DE PRODUÇÃO

BASE: DEZEMBRO DE 1992 = 100

Fonte: FGV/Ibre. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA III.4

ÍNDICE DE PREÇOS NO ATACADO - OFERTA GLOBAL

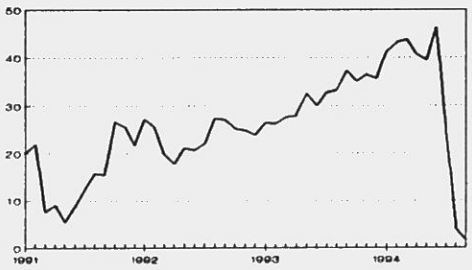
BASE: DEZEMBRO 1992 = 100

PERÍODO	IPA-OG - TAXA MENSAL DE VARIAÇÃO (%)	ÍNDICE DE PREÇO REAL[a]		
		PRODUTOS AGRÍCOLAS	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	EXTRATIVA MINERAL
1993 Jan.	26,47	101,76	100,17	95,75
Fev.	26,27	98,10	101,50	95,87
Mar.	27,62	99,98	101,04	94,62
Abr.	27,97	96,97	101,41	98,55
Maio	32,60	99,44	99,39	104,26
Jun.	30,03	98,18	99,64	105,39
Jul.	32,79	99,19	98,92	107,20
Ago.	33,33	99,53	98,84	106,96
Set.	37,29	106,30	96,54	105,79
Out.	35,18	103,54	97,18	107,79
Nov.	36,44	103,40	97,44	106,73
Dez.	35,69	103,78	97,05	108,02
1994 Jan.	41,16	107,02	96,39	105,19
Fev.	43,10	108,93	96,42	101,34
Mar.	43,76	112,86	95,10	100,61
Abr.	40,67	109,81	95,85	102,61
Mai.	39,40	108,89	96,46	101,19
Jun.	46,22	110,35	95,98	100,91
Jul.[b]	24,62	125,71	93,66	83,26
Ago.	3,98	137,05	89,98	80,45
Set.	1,61	141,90	88,43	79,12

Fonte: FGV/IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes. [a] Índice específico deflacionado pelo IPA-OG. [b] Índice de Julho de 1994 calculado em CR$.

GRÁFICO III.4A

TAXA MENSAL DE INFLAÇÃO - IPA-OG



Fonte: FGV/Ibre. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.4B

ÍNDICE DE PREÇO REAL

PRODUTOS AGRÍCOLAS

BASE: DEZEMBRO DE 1992 = 100

Fonte: FGV/Ibre. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.4C

ÍNDICE DE PREÇO REAL

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

BASE: DEZEMBRO DE 1992 = 100

Fonte: FGV/Ibre. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO III.4D

ÍNDICE DE PREÇO REAL

INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

BASE: DEZEMBRO DE 1992 = 100

Fonte: FGV/Ibre. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA IV.1

TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL (TOTAL DAS EXPORTAÇÕES) E TAXA DE PARIDADE

PERÍODO	ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL PARA O TOTAL DAS EXPORTAÇÕES	ÍNDICE DA TAXA DE PARIDADE DO CRUZEIRO EM RELAÇÃO AO DÓLAR	ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL PARA O TOTAL DAS EXPORTAÇÕES	ÍNDICE DA TAXA DE PARIDADE DO CRUZEIRO EM RELAÇÃO AO DÓLAR
	BASE: MÉDIA DE 1985 = 100		BASE: MÉDIA 1988 = 100	
Janeiro 1992	92,8	68,4	94,2	89,3
Fevereiro	90,4	67,5	91,8	88,2
Março	91,2	69,1	92,6	90,3
Abril	94,2	71,2	95,7	93,0
Maio	94,4	70,8	95,8	92,5
Junho	95,5	70,9	96,9	92,5
Julho	97,5	70,5	99,0	92,1
Agosto	94,3	67,5	95,7	88,1
Setembro	91,4	65,8	92,8	85,9
Outubro	89,1	65,7	90,4	85,8
Novembro	86,4	65,8	87,7	86,0
Dezembro	85,0	64,8	86,3	84,6
Janeiro 1993	84,8	65,4	86,0	85,4
Fevereiro	84,8	66,0	86,0	86,1
Março	83,9	65,3	85,2	85,2
Abril	85,7	65,5	87,0	85,5
Maio	83,6	63,9	84,8	83,5
Junho	82,6	63,8	83,9	83,3
Julho	79,5	62,6	80,7	81,7
Agosto	78,6	61,6	79,8	80,4
Setembro	78,2	60,2	79,3	78,6
Outubro	78,0	60,8	79,2	79,4
Novembro	76,7	60,6	77,9	79,1
Dezembro	75,5	59,7	76,6	78,0
Janeiro 1994	75,3	60,1	76,4	78,5
Fevereiro	74,7	59,2	75,8	77,3
Março	73,3	57,7	74,4	75,3
Abril	75,4	59,3	76,6	77,4
Maio	78,1	60,8	79,3	79,4
Junho	78,0	60,3	79,2	78,7
Julho	71,1	53,9	72,2	70,3
Agosto	66,1	50,1	67,1	65,4
Setembro	63,1	47,5	64,0	62,1

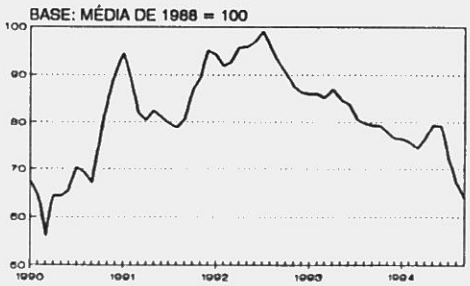
Fontes: *IFS* (FMI) e *CE* (FGV). Elaboração: IPEA-Dipes. Observação: A cesta de moedas é ponderada pela participação normalizada das exportações para 10 países industrializados nas exportações brasileiras totais no período 1988/90. Dados revistos em 20/10/92.

GRÁFICO IV.1

TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL

TOTAL DAS EXPORTAÇÕES

BASE: MÉDIA DE 1988 = 100



Fontes: IFS (FMI) e CE (FGV). Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA IV.2

TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL (EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS) E TAXA DE PARIDADE

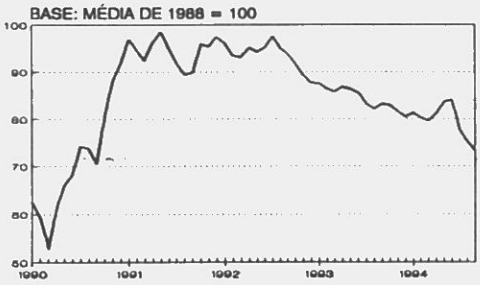
PERÍODO	ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL PARA EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS	ÍNDICE DA TAXA DE PARIDADE DO CRUZEIRO EM RELAÇÃO AO DÓLAR	ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL PARA EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS	ÍNDICE DA TAXA DE PARIDADE DO CRUZEIRO EM RELAÇÃO AO DÓLAR
	BASE: MÉDIA DE 1985 = 100		BASE: MÉDIA DE 1988 = 100	
Janeiro 1992	83,4	66,9	96,1	92,5
Fevereiro	81,1	65,6	93,4	90,7
Março	80,9	66,1	93,2	91,4
Abril	82,6	67,3	95,1	93,0
Maio	81,8	66,3	94,2	91,7
Junho	82,6	66,5	95,2	92,0
Julho	84,7	67,0	97,6	92,7
Agosto	82,6	64,8	95,1	89,6
Setembro	81,5	64,4	93,9	89,1
Outubro	79,7	64,3	91,8	89,0
Novembro	77,7	64,2	89,4	88,7
Dezembro	76,1	62,9	87,7	87,0
Janeiro 1993	76,0	63,4	87,5	87,6
Fevereiro	75,0	63,1	86,4	87,3
Março	74,4	62,6	85,8	86,5
Abril	75,3	62,5	86,8	86,4
Maio	75,0	62,2	86,4	86,0
Junho	74,3	62,1	85,6	85,9
Julho	72,3	61,2	83,3	84,7
Agosto	71,4	60,3	82,2	83,4
Setembro	72,4	60,4	83,3	83,6
Outubro	72,0	60,7	83,0	83,9
Novembro	70,8	60,1	81,6	83,1
Dezembro	69,9	59,3	80,5	82,0
Janeiro 1994	70,6	60,2	81,3	83,2
Fevereiro	69,7	59,3	80,3	82,0
Março	69,1	58,5	79,6	80,9
Abril	70,6	59,7	81,3	82,5
Maio	72,6	61,0	83,6	84,3
Junho	72,9	61,1	84,0	84,5
Julho	67,6	56,0	77,9	77,4
Agosto	65,4	54,2	75,4	74,9
Setembro	63,7	52,3	73,4	72,3

Fontes: *IFS* (FMI), *CE* (FGV) e *Main Economic Indicators* (OECD). Elaboração: IPEA-Dipes. Observação: A cesta de moedas é ponderada pela participação normalizada das exportações para 10 países industrializados nas exportações brasileiras de manufaturados no período 1988/90. Dados revistos em 20/10/92.

GRÁFICO IV.2

TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL

MANUFATURADOS



Fontes: IFS (FMI) e CE (FGV). Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA IV.3
RELAÇÃO CÂMBIO EFETIVO/SALÁRIO
BASE: MÉDIA DE 1988 = 100

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1986	109,4	115,3	111,5	109,3	108,2	108,4	107,1	106,0	104,9	96,6	97,3	96,2
1987	100,8	106,6	99,9	97,3	104,3	108,3	121,1	121,5	117,3	114,6	103,5	105,4
1988	108,4	109,3	109,5	101,1	99,1	98,7	97,5	98,2	98,7	97,3	92,9	89,3
1989	93,5	104,1	92,5	81,1	73,3	75,5	80,5	70,0	76,8	71,9	61,8	61,3
1990	63,0	65,2	60,2	78,6	83,0	74,6	69,5	65,2	63,8	74,4	76,2	84,4
1991	100,5	101,7	98,2	86,8	80,4	78,6	77,0	78,4	79,7	90,5	79,5	83,5
1992	90,3	92,8	87,1	85,3	84,4	80,8	77,6	78,1	79,7	77,4	67,3	67,3
1993	70,2	71,5	66,4	68,0	67,8	68,5	65,8	66,4	68,9	67,8	61,2	60,1
1994	64,4	65,7	59,5	56,8	55,7	55,0	51,5	48,2				

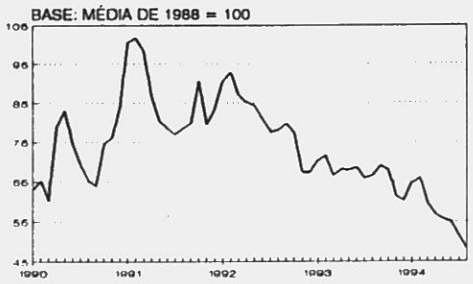
Fontes: : *IFS* (FMI), Bacen e Fiesp. Elaboração: IPEA-Dipes. Observação: A cesta de moedas é ponderada pela participação normalizada das exportações para 10 paises industrializados nas exportações brasileiras de manufaturados no período 1988/90. Dados revistos em 20/10/92.

TABELA IV.4
RELAÇÃO CÂMBIO/SALÁRIO
BASE: MÉDIA DE 1988 = 100

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1986	123,9	128,3	122,6	120,2	117,9	118,5	115,5	113,0	111,6	102,5	103,8	102,1
1987	104,5	109,7	102,6	99,3	105,9	110,8	124,7	125,2	119,7	116,6	102,8	103,4
1988	106,6	108,5	107,9	99,4	97,8	98,7	99,3	100,8	101,1	98,5	92,6	88,9
1989	94,4	105,6	94,2	82,7	76,0	79,0	82,8	79,2	79,9	73,9	63,1	61,7
1990	62,9	64,8	60,3	78,5	82,4	74,2	68,2	63,0	61,6	70,9	72,1	80,2
1991	95,8	96,1	95,6	86,0	79,9	79,4	77,8	78,5	79,0	89,5	77,6	80,6
1992	87,3	90,6	86,0	83,9	82,4	78,1	73,7	73,6	75,5	75,0	66,8	66,9
1993	70,4	72,3	67,1	67,8	67,5	68,8	66,9	67,6	69,3	68,6	62,6	61,6
1994	66,2	67,5	60,7	57,9	56,3	55,4	51,2	48,0				

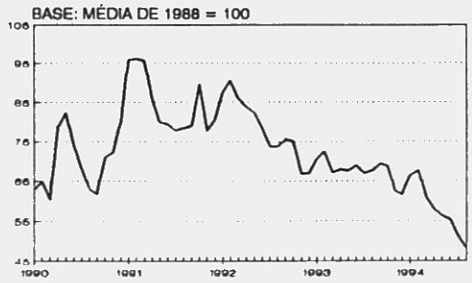
Fontes: Bacen e Fiesp. Elaboração: IPEA-Dipes. Dados revistos em 20/10/92.

GRÁFICO IV.3
RELAÇÃO CÂMBIO EFETIVO/SALÁRIO



Fontes: IFS (FMI), Bacen e Fiesp. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO IV.4
RELAÇÃO CÂMBIO/SALÁRIO



Fontes: Bacen e Fiesp. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA V.1

BASE MONETÁRIA E HAVERES FINANCEIROS

(EM R$ MILHÕES CORRENTES)

PERÍODO		BASE MONETÁRIA	M1	F.A.F.	DEPÓSITOS ESPECIAIS REMUNERADOS	TÍTULOS FEDERAIS EM PODER DO PÚBLICO	TÍTULOS ESTADUAIS/ MUNICIPAIS EM PODER DO PÚBLICO	M2
1993	Jan.	3.815	6.314	9.719	6.133	19.844	9.922	51.932
	Fev.	3.668	6.875	10.580	5.950	18.991	10.328	52.724
	Mar.	3.581	6.202	10.172	5.813	20.497	11.052	53.736
	Abr.	3.504	6.416	8.993	5.557	20.436	11.234	52.636
	Maio	3.408	6.254	8.858	4.209	20.305	11.309	50.934
	Jun.	3.135	6.119	8.624	3.974	20.741	11.582	51.040
	Jul.	3.259	6.087	8.493	3.755	22.275	11.696	52.305
	Ago.	3.126	5.821	7.908	3.573	24.495	12.057	53.854
	Set.	2.926	5.534	7.821	3.428	23.324	12.374	52.481
	Out.	3.126	5.376	7.772	3.230	24.999	12.667	54.044
	Nov.	3.309	6.277	8.002	3.231	26.569	13.369	57.447
	Dez.	4.334	7.286	7.813	3.083	24.730	14.806	57.719
1994	Jan.	3.409	6.086	7.483	2.929	29.234	14.552	60.284
	Fev.	3.338	6.704	7.795	2.924	30.025	14.749	62.198
	Mar.	3.114	5.768	7.565	2.780	26.344	15.029	57.485
	Abr.	3.298	6.019	7.462	2.709	28.766	16.004	60.959
	Mai.	3.348	6.220	7.076	2.665	29.112	16.493	61.566
	Jun.	3.175	7.681	7.934	2.575	32.498	13.833	64.522
	Jul.	7.533	11.195	8.026	3.821	31.984	13.777	68.803
	Ago.	9.414	13.330	8.469	3.778	31.484	11.896	68.958
	Set.	12.789	16.343	8.870	3.684	33.263	9.151	71.311

PERÍODO		DEPÓSITOS DE POUPANÇA	M3	TITULOS PRIVADOS	M4
1993	Jan.	18.701	70.633	36.861	107.494
	Fev.	20.562	73.286	33.603	106.889
	Mar.	20.535	74.271	35.641	109.912
	Abr.	19.988	72.624	36.839	109.463
	Maio	20.999	71.933	36.563	108.497
	Jun.	21.614	72.655	37.117	109.772
	Jul.	21.265	73.570	37.645	111.215
	Ago.	21.829	75.683	39.384	115.067
	Set.	22.100	74.581	38.369	112.949
	Out.	22.540	76.584	38.643	115.227
	Nov.	24.098	81.545	39.518	121.063
	Dez.	25.929	83.648	40.576	124.224
1994	Jan.	27.352	87.636	42.553	130.189
	Fev.	28.013	90.211	41.354	131.565
	Mar.	27.230	84.715	42.127	126.842
	Abr.	27.488	88.447	42.292	130.739
	Mai.	28.435	90.001	44.171	134.172
	Jun.	29.696	94.218	40.643	134.862
	Jul.	40.446	109.249	42.265	151.514
	Ago.	41.519	110.477	45.796	156.273
	Set.	41.500	112.811	48.753	161.563

Fonte: Bacen. Elaboração: IPEA-Dipes. Valores de final de período. Obs.: Os valores anteriores a julho de 1994 convertidos pela URV de final de período.

TABELA V.2

COEFICIENTES DE MONETIZAÇÃO COMO PROPORÇÃO DO PIB

(MÉDIA TRIMESTRAL - EM %)

PERÍODO		BASE MONETÁRIA	M1	F.A.F.	DEPÓSITOS ESPECIAIS REMUNERADOS	TÍTULOS FEDERAIS EM PODER DO PÚBLICO	TÍTULOS ESTADUAIS/ MUNICIPAIS EM PODER DO PÚBLICO	M2
1990	I	1,0	1,7	-	-	7,4	2,1	11,7
	II	2,5	3,8	-	-	3,7	1,8	9,5
	III	2,2	3,4	-	-	3,4	1,1	7,9
	IV	2,1	3,3	-	-	3,1	1,3	7,7
	ANO	2,1	3,3	-	-	3,7	1,5	8,5
1991	I	2,2	3,6	-	-	3,1	1,4	8,8
	II	1,9	3,2	2,3	-	1,3	0,9	7,8
	III	1,7	2,9	2,1		1,5	0,9	7,5
	IV	1,5	2,6	2,2	0,8	1,8	1,1	8,4
	ANO	1,7	2,9	2,0	0,3	1,8	1,1	8,1
1992	I	1,3	2,1	2,8	1,3	3,1	1,5	10,9
	II	1,1	1,9	2,6	1,7	4,5	1,7	12,3
	III	1,0	1,7	2,4	1,9	5,0	2,0	13,2
	IV	1,2	2,0	2,5	1,8	5,0	2,3	13,5
	ANO	1,1	1,9	2,5	1,8	4,8	2,1	13,0
1993	I	0,9	1,5	2,2	1,3	4,2	2,2	11,3
	II	0,7	1,2	1,6	0,9	3,7	2,0	9,4
	III	0,6	1,1	1,4	0,6	4,1	2,1	9,3
	IV	0,7	1,2	1,4	0,6	4,5	2,4	9,9
	ANO	0,7	1,2	1,5	0,7	4,3	2,3	9,8
1994	I	0,7	1,1	1,3	0,5	5,0	2,6	10,5
	II	0,7	1,1	1,3	0,5	5,2	2,7	10,7
	III	1,7	2,1	1,3	0,6	5,1	1,8	11,0

PERÍODO		DEPÓSITOS DE POUPANÇA	M3	TÍTULOS PRIVADOS	M4	VOB	M5
1990	I	5,1	16,8	2,1	19,0	-	21,4
	II	3,6	13,1	2,3	15,5	8,8	24,3
	III	3,2	11,1	3,4	14,5	6,9	21,4
	IV	3,5	11,2	4,2	15,4	7,2	22,6
	ANO	3,6	12,1	3,4	15,5	6,7	22,5
1991	I	4,1	12,9	4,2	17,0	7,7	24,7
	II	3,7	11,5	3,8	15,3	6,4	21,7
	III	3,5	11,0	4,4	15,5	5,2	20,7
	IV	3,5	11,9	4,2	16,1	3,7	19,8
	ANO	3,6	11,7	4,2	15,9	5,0	21,0
1992	I	4,3	15,2	5,5	20,7	2,6	23,4
	II	4,3	16,7	6,5	23,1	1,3	24,5
	III	4,3	17,4	7,7	25,1	0,1	25,4
	IV	4,6	18,1	8,4	26,6	0,0	26,6
	ANO	4,5	17,5	7,7	25,3	0,4	25,7
1993	I	4,2	15,5	7,5	23,0	0,0	23,0
	II	3,8	13,1	6,6	19,8	0,0	19,8
	III	3,8	13,2	6,8	19,9	0,0	19,9
	IV	4,2	14,2	7,0	21,2	0,0	21,2
	ANO	4,1	13,9	6,9	20,8	0,0	20,8
1994	I	4,8	15,4	7,4	22,7	0,0	22,7
	II	4,9	15,6	7,3	22,9	0,0	22,9
	III	6,5	17,4	7,2	24,6	0,0	24,6

Fonte: Bacen. Elaboração: IPEA-Dipes. Os numeradores correspondem à média aritmética dos saldos médios mensais. No caso em que estes não estavam disponíveis, foi utilizada a média geométrica das posições de fim de período de meses consecutivos.

TABELA V.3

BASE MONETÁRIA E HAVERES FINANCEIROS

(EM US$ MILHÕES)

PERÍODO		BASE MONETÁRIA	M1	FAF	TÍTULOS FEDERAIS EM PODER DO PÚBLICO	TÍTULOS ESTADUAIS/ MUNICIPAIS EM PODER DO PÚBLICO	DEPÓSITOS ESPECIAIS REMUNERADOS	M2
1993	Jan.	4.035	6.679	10.282	20.992	10.496	6.489	54.938
	Fev.	3.881	7.274	11.193	20.093	10.928	6.295	55.783
	Mar.	3.728	6.456	10.588	21.336	11.504	6.050	55.935
	Abr.	3.635	6.655	9.328	21.197	11.652	5.764	54.597
	Maio	3.534	6.485	9.185	21.055	11.727	4.365	52.815
	Jun.	3.238	6.320	8.908	21.422	11.963	4.104	52.716
	Jul.	3.403	6.356	8.868	23.260	12.213	3.921	54.618
	Ago.	3.208	5.973	8.114	25.134	12.372	3.666	55.259
	Set.	2.986	5.647	7.980	23.799	12.626	3.498	53.551
	Out.	3.215	5.530	7.994	25.713	13.029	3.322	55.587
	Nov.	3.342	6.339	8.081	26.833	13.501	3.263	58.017
	Dez.	4.428	7.445	7.983	25.268	15.128	3.150	58.975
1994	Jan.	3.405	6.006	7.474	29.202	14.536	2.926	60.144
	Fev.	3.340	6.712	7.800	30.045	14.786	2.925	62.269
	Mar.	3.115	5.769	7.567	29.951	15.468	2.780	61.535
	Abr.	3.299	6.020	7.465	29.097	16.189	2.709	61.480
	Mai.	3.349	6.222	7.078	26.230	16.646	2.666	58.841
	Jun.	3.175	7.681	7.934	30.626	15.130	2.575	63.946
	Jul.	8.014	11.910	8.538	34.026	14.656	4.065	73.195
	Ago.	10.589	14.994	9.526	35.415	13.381	4.250	77.568
	Set.	14.993	19.159	10.399	38.995	10.728	4.319	83.600

PERÍODO		DEPÓSITOS DE POUPANÇA	M3	TÍTULOS PRIVADOS	M4
1993	Jan.	19.784	74.722	38.995	113.717
	Fev.	21.754	77.537	35.552	113.089
	Mar.	21.376	77.310	37.099	114.409
	Abr.	20.733	75.329	38.211	113.541
	Maio	21.775	74.590	37.914	112.504
	Jun.	22.324	75.040	38.336	113.376
	Jul.	22.206	76.824	39.310	116.133
	Ago.	22.398	77.657	40.411	118.068
	Set.	22.550	76.101	39.150	115.251
	Out.	23.184	78.771	39.747	118.518
	Nov.	24.337	82.354	39.910	122.264
	Dez.	26.493	85.467	41.459	126.926
1994	Jan.	27.323	87.468	40.967	128.435
	Fev.	28.028	90.297	40.847	131.144
	Mar.	27.235	88.770	41.476	130.246
	Abr.	27.496	88.976	40.100	129.076
	Mai.	28.443	87.285	41.363	128.647
	Jun.	29.696	93.643	37.341	130.983
	Jul.	43.028	116.222	44.963	161.185
	Ago.	46.703	124.271	51.514	175.785
	Set.	48.652	132.252	57.155	189.406

Fonte: Bacen. Elaboração: IPEA-Dipes. Valores de final de período. Dólar comercial (para venda) no último dia útil do mês.

TABELA V.4

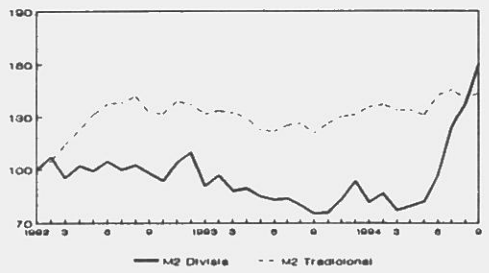
INDICADORES MONETÁRIOS REAIS PONDERADOS

(BASE: JANEIRO DE 1992 = 100)

PERÍODO		M2 DIVISIA	M2 TRADICIONAL	M3 DIVISIA	M3 TRADICIONAL	M4 DIVISIA	M4 TRADICIONAL
1993	Janeiro	90,53	131,84	99,46	127,81	121,37	143,55
	Fevereiro	96,51	133,68	107,41	132,43	123,16	142,55
	Março	87,81	132,56	100,49	130,62	119,72	142,68
	Abril	89,23	129,65	100,28	127,52	121,16	141,87
	Maio	84,77	122,55	98,49	123,37	118,36	137,35
	Junho	82,94	121,98	98,10	123,76	118,42	138,01
	Julho	83,50	125,39	98,00	125,71	119,15	140,26
	Agosto	79,98	126,39	95,54	126,60	118,36	142,07
	Setembro	75,28	120,98	91,88	122,54	113,60	136,97
	Outubro	75,54	126,24	93,40	127,52	115,68	141,61
	Novembro	83,18	130,48	100,24	132,02	120,16	144,66
	Dezembro	93,23	131,53	111,32	136,45	131,67	151,34
1994	Janeiro	81,44	135,76	103,46	140,72	123,73	152,50
	Fevereiro	86,61	137,13	107,01	141,73	125,35	151,92
	Março	77,16	134,10	98,80	137,88	119,35	149,31
	Abril	79,40	134,10	100,85	138,32	119,56	148,10
	Maio	81,74	131,12	104,93	138,63	124,94	150,80
	Junho	97,07	142,56	118,75	148,79	131,03	153,61
	Julho	123,77	145,43	152,20	164,59	158,62	168,47
	Agosto	137,31	141,05	158,40	161,06	165,47	168,14
	Setembro	160,43	143,63	168,59	161,95	175,17	171,18

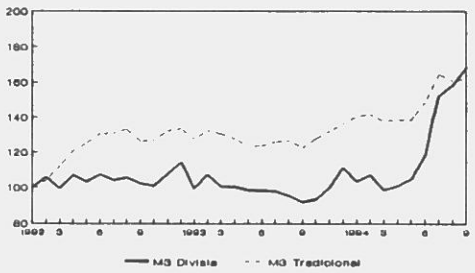
Fontes: Bacen, *Notas para a Imprensa*, banco de dados da FGV e Análise Editora Ltda.., *Taxas de Juros no Brasil*, ed. especial da Revista Cenários, 3ª ed., 1991. Elaboração: IPEA-Dipes. Para metodologia, ver Nota Técnica, no Boletim Conjuntural nº 15, de outubro/91, de autoria de Maria Conceição Silva, José W. Rossi e André Arruda Villela.

GRÁFICO V.4A
EVOLUÇÃO DO M2



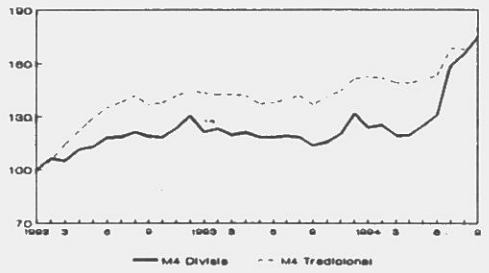
Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO V.4B
EVOLUÇÃO DO M3



Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO V.4C
EVOLUÇÃO DO M4



Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA VI.1

ARRECADAÇÃO FISCAL

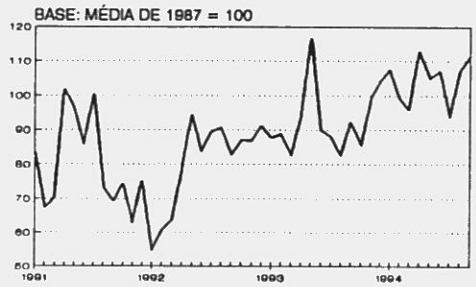
EM US$ MILHÕES DE JUNHO DE 1994

	PERÍODO	IR	IPI	RECEITA FISCAL DO TESOURO[a]
1992	Janeiro	804	709	2.651
	Fevereiro	872	854	2.951
	Março	994	835	3.092
	Abril	1.648	748	3.810
	Maio	1.893	809	4.305
	Junho	1.532	785	3.823
	Julho	1.566	864	4.087
	Agosto	1.503	950	4.134
	Setembro	1.376	896	3.774
	Outubro	1.446	940	3.973
	Novembro	1.429	962	3.969
	Dezembro	1.610	987	4.158
	Ano	16.672	10.340	44.729
1993	Janeiro	1.542	991	4.009
	Fevereiro	1.608	948	4.057
	Março	1.453	775	3.768
	Abril	1.543	937	4.304
	Maio	2.412	854	5.331
	Junho	1.623	844	4.105
	Julho	1.334	890	4.027
	Agosto	1.181	879	3.769
	Setembro	1.296	882	4.210
	Outubro	1.296	887	3.904
	Novembro	1.437	1.218	4.546
	Dezembro	1.838	930	4.770
	Ano	18.564	11.035	50.801
1994	Janeiro	1.739	766	4.916
	Fevereiro	1.391	740	4.539
	Março	1.240	810	4.379
	Abril	1.869	740	5.150
	Maio	1.504	782	4.796
	Junho	1.506	801	4.892
	Julho	1.278	690	4.279
	Agosto	1.344	851	4.894
	Setembro	1.371	832	5.085

Fonte: MFP/DRF. Elaboração: IPEA-Dipes. Deflator: IGP-DI. [a] Compreende a receita tributária e a de contribuições, exceto a contribuição à Previdência.

GRÁFICO VI.1

RECEITA FISCAL DO TESOURO



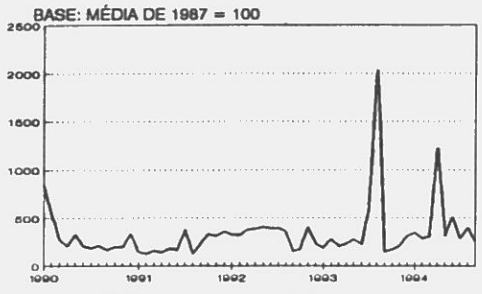
Fonte: Bacen. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA VI.2
DESPESA DO TESOURO
EM R$ MILHÕES CORRENTES

PERÍODO	PESSOAL E ENCARGOS	TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS	SERVIÇO + ENCARGOS DA DÍVIDA	RESGATE DA DÍVIDA	TOTAL DA DESPESA
Janeiro 1994	1.332	1.026	1.044	7.107	11.736
Fevereiro	2.559	962	581	4.844	10.091
Março	1.808	867	682	5.912	10.655
Abril	3.072	772	1.651	32.262	39.207
Maio	1.736	986	697	5.188	10.058
Junho	2.326	922	1.284	10.279	16.269
Julho	1.701	991	808	4.059	9.102
Agosto	1.743	1.019	2.625	5.590	12.901
Setembro	1.898	1.056	645	3.026	8.450

Fonte: DTN. Elaboração: IPEA-Dipes. Deflator: IGP-DI.

GRÁFICO VI.2
DESPESA DO TESOURO



Fonte: MFP/DTN. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA VII.1

SALDOS MENSAIS DE CRÉDITO RURAL POR FINALIDADE E AGENTE FINANCEIRO

(EM US$ MILHÕES)

PERÍODO	CUSTEIO			COMERCIALIZAÇÃO			INVESTIMENTO			TOTAL		
	BANCO DO BRASIL	OUTROS BANCOS PÚBLICOS	BANCOS PRIVADOS	BANCO DO BRASIL	OUTROS BANCOS PÚBLICOS	BANCOS PRIVADOS	BANCO DO BRASIL	OUTROS BANCOS PÚBLICOS	BANCOS PRIVADOS	BANCO DO BRASIL	OUTROS BANCOS PÚBLICOS	BANCOS PRIVADOS
Jun. 1992	3740	444	819	1378	117	246	1339	655	116	6456	1217	1180
Jul.	3377	442	875	1752	140	307	1351	663	106	6480	1245	1287
Ago.	3522	418	831	1641	134	288	1352	657	97	6515	1209	1215
Set.	4051	419	849	1460	123	252	1391	662	94	6902	1204	1194
Out.	4309	432	821	1356	94	199	1395	669	93	7059	1195	1113
Nov.	4334	440	816	1243	85	173	1423	683	93	6999	1208	1083
Dez	4292	439	817	1206	72	168	1471	678	92	6969	1189	1077
Jan. 1993	4331	438	814	1146	74	172	1484	689	93	6961	1201	1079
Fev.	4377	443	816	1111	188	181	1506	690	107	6994	1321	1104
Mar.	4190	428	791	1113	186	279	1511	689	117	6814	1304	1187
Abr.	4028	420	744	1147	169	323	1515	677	122	6690	1266	1189
Maio	3803	390	664	1282	157	358	1525	681	128	6610	1228	1150
Jun.	3458	380	638	1609	143	439	1515	556	265	6582	1079	1342
Jul.	3467	369	629	1782	130	457	1612	561	277	6861	1060	1364
Ago.	3382	365	631	1655	313	511	2276	573	288	7312	1251	1431
Set.	3670	377	1054	1515	338	842	1671	726	745	6857	1441	2641
Out.	4076	410	737	1404	366	487	1737	753	170	7217	1529	1394
Nov.	4112	432	755	1299	409	453	1769	766	174	7180	1607	1382
Dez.	4060	442	768	1245	440	380	1819	783	187	7124	1665	1335
Jan. 1994	4184	455	765	1113	493	363	1843	782	202	7140	1571	1330
Fev.	4127	476	737	999	556	325	1784	787	204	6910	1819	1266
Mar.	4105	496	728	972	620	331	1850	818	225	6927	1934	1284
Abr.	4047	546	747	1070	737	426	1892	863	223	7009	2146	1396
Maio	4014	584	768	1132	861	495	1984	900	240	7130	2345	1503
Jun.	4016	674	761	1364	791	499	2171	805	300	7551	2270	1560

Fonte: Banco Central/DEPEC. Elaboração: IPEA-Dipes. Obs.: Os valores nominais dos saldos em cruzeiros foram deflacionados pelo IGP (média geométrica dos índices do próprio mês e do mês seguinte) e depois convertidos em dólares a taxa de cambio comercial do final de junho de 1992 (mesma base do IGP).

TABELA VII.2

DIFERENÇAS PERCENTUAIS ENTRE OS PREÇOS DE ATACADO E OS PREÇOS MÍNIMOS COMPOSTOS EM SÃO PAULO - JUL./SET. 1994

MÊS/SEMANA	ARROZ AGULHINHA	ARROZ DE SEQUEIRO	FEIJÃO CORES	MILHO EM GRÃO	TRIGO EM GRÃO	FARINHA DE MANDIOCA	ALGODÃO EM PLUMA
Jul.I	-3,8	7,8	59,1	-1,3	-8,3	-8,3	9,2
II	-3,8	7,8	53,5	0,6	-16,5	-8,3	7,0
III	-7,5	5,7	48,0	1,3	-16,5	-8,3	7,9
IV	-0,7	7,8	44,3	0,6	-14,5	-12,8	8,3
Ago.I	-0,7	7,8	42,4	-0,6	-16,6	-15,1	7,8
II	-0,7	7,8	23,9	-0,6	-18,0	-12,8	5,6
III	-0,7	3,6	36,9	-0,6	-16,6	-15,1	5,5
IV	-0,7	3,6	23,9	-1,9	-15,5	-15,1	8,1
V	-0,7	3,6	25,8	-1,9	-14,8	-15,1	8,1
Set.I	-0,7	3,6	22,1	0,0	-15,4	-15,1	8,1
II	-0,7	3,6	22,2	4,2	-15,2	-6,5	8,8
III	-0,7	3,6	39,1	6,9	-13,9	-4,3	9,8
IV	-0,7	3,6	104,9	8,8	-13,3	-8,7	10,1

Fonte:Conab. Elaboração:IPEA-Dipes.

TABELA VII.3

ÍNDICES DE PREÇOS RELATIVOS AGRÍCOLAS - 1993/94

BASE: DEZEMBRO DE 1992 = 100

PERÍODO	IPR lav/IGP	IPR ani/IGP	IPR tot/IGP	IPR/IPP	IPA agr/IPA ind
Jan. 1993	98	103	100	98	102
Fev.	93	103	99	97	98
Mar.	87	103	96	98	100
Abr.	87	106	96	102	96
Maio	87	104	95	103	99
Jun.	87	104	96	104	98
Jul.	88	108	98	106	99
Ago.	91	114	102	110	99
Set.	91	109	101	108	108
Out.	90	102	98	106	105
Nov.	95	100	101	109	104
Dez.	101	102	105	115	105
Jan. 1994	100	98	103	114	109
Fev.	100	92	104	115	112
Mar.	96	92	101	118	117
Abr.	88	90	98	116	113
Mai.	83	90	98	118	112
Jun.	81	96	99	123	114
Jul.	67	82	85	-	137
Ago.	-	-	-	-	155

Fonte: FGV. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA VII.4

ÍNDICES DE PREÇOS REAIS DOS ALIMENTOS BÁSICOS A NÍVEL DE PRODUTOR-1993/94

BASE: DEZEMBRO DE 1992 = 100

PERÍODO	ARROZ EM CASCA	FEIJÃO	MILHO	BATATA	MANDIOCA	SOJA	TRIGO	BOI GORDO	FRANGO	LEITE
Jan. 1993	97	92	99	105	106	97	96	108	104	99
Fev.	90	82	88	87	106	95	96	101	98	107
Mar.	82	83	77	86	106	85	93	98	95	114
Abr.	76	99	78	90	105	80	90	99	91	127
Maio	75	113	78	149	95	79	92	94	84	137
Jun.	74	107	77	186	94	81	92	88	83	139
Jul.	75	88	79	143	88	96	89	94	91	142
Ago.	83	88	87	112	76	98	88	114	95	135
Set.	87	90	89	70	77	92	82	113	95	128
Out.	88	88	88	56	80	91	81	105	89	118
Nov.	91	103	95	75	80	94	78	104	92	111
Dez.	99	120	100	86	80	97	79	105	97	106
Jan. 1994	103	119	95	103	79	96	76	103	94	101
Fev.	89	158	79	155	87	94	75	95	88	98
Mar.	80	194	72	155	73	85	68	96	85	95
Abr.	73	161	68	198	61	79	69	94	83	96
Mai.	71	109	68	170	52	80	72	83	83	106
Jun.	74	84	67	122	50	84	72	101	83	104
Jul.	63	75	59	114	39	62	61	76	75	95
Ago.	65	68	57	121	50	60	59	78	73	96

Fonte: FGV. Elaboração: IPEA-Dipes. Obs.: O deflator utilizado foi o IGP-DI.

TABELA VII.5

ÍNDICES DE PREÇOS REAIS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS A NÍVEL DE PRODUTOR - 1993/94

BASE: DEZEMBRO DE 1992 =100

PERÍODO	ALGODÃO	CACAU	CAFÉ	CANA-DE-AÇÚCAR	FUMO	LARANJA
Jan. 1993	121	91	104	96	100	99
Fev.	129	92	89	114	102	120
Mar.	133	86	89	106	97	112
Abr.	117	90	75	107	100	102
Maio	111	86	75	102	98	95
Jun.	108	80	78	107	97	78
Jul.	105	95	86	108	98	71
Ago.	105	90	99	111	92	76
Set.	104	109	98	107	91	81
Out.	98	104	93	110	93	82
Nov.	100	115	95	113	92	106
Dez.	100	125	97	113	98	122
Jan. 1994	103	106	93	111	87	148
Fev.	113	105	104	121	86	152
Mar.	118	106	103	113	83	135
Abr.	119	100	109	116	81	128
Mai.	124	112	142	115	86	105
Jun.	117	118	159	114	88	101
Jul.	94	90	189	92	70	89
Ago.	89	86	173	89	67	87

Fonte: FGV. Elaboração: IPEA-Dipes. Obs.: O deflator utilizado foi o IGP-DI.

TABELA VII.6

PREÇOS AGRÍCOLAS A NÍVEL DE PRODUTOR (P) E ATACADO (AT) NO PARANÁ, EM REAIS - AGO./OUT. 1994

TAXAS DE VARIAÇÃO NOMINAL QUADRISSEMANAIS MOVEIS "PONTA-A-PONTA"

PRODUTOS	AGOSTO					SETEMBRO				OUTUBRO	
	I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	I	II
Arroz em casca irrigado (P)	1,2	-1,3	1,3	0,9	0,6	0,6	-2,5	1,5	2,9	2,9	1,1
Arroz em casca sequeiro (P)	1,4	4,9	1,0	-1,2	2,8	2,5	5,4	6,0	4,1	5,0	4,2
Arroz parboilizado (AT)	0,1	-4,2	-2,5	2,3	1,2	3,9	5,0	0,8	2,5	2,6	2,0
Feijão de cor (P)	2,6	0,1	-4,6	-4,6	-6,7	-4,5	-3,4	-0,6	4,4	36,6	56,3
Feijão cores (AT)	-13,5	-17,1	-1,0	-3,4	-2,7	6,4	-6,3	-1,6	24,7	33,2	39,6
Feijão preto (P)	2,1	0,1	-2,5	-1,4	-2,5	-3,9	-2,7	-0,5	6,8	13,8	29,1
Feijão preto (AT)	-7,4	-5,6	-2,7	-6,1	-3,0	-5,4	-3,5	1,0	2,0	26,8	20,6
Milho (P)	-0,5	-0,4	0,0	-0,5	-0,4	-0,9	-0,5	0,0	1,4	4,1	6,5
Milho comum (AT)	1,0	2,4	-1,3	-4,3	-2,9	-1,8	-1,3	1,4	3,0	4,2	6,7
Mandioca (P)	-5,5	5,5	8,3	-0,1	3,9	-0,9	-3,1	4,1	9,6	12,2	10,7
Farinha mand. crua (AT)	-3,2	1,0	-6,7	1,1	1,8	-3,3	0,1	6,5	3,3	17,0	27,1
Soja em grão (P)	-4,5	-0,6	-0,6	0,0	0,0	0,6	0,3	0,5	0,6	0,1	-1,3
Óleo de soja (AT)	-4,7	3,3	4,1	-3,3	-0,5	-1,2	-5,1	-3,0	-0,7	-0,8	4,8
Trigo em grão (P)	1,0	1,2	-1,5	-1,8	-1,0	-0,3	0,0	2,7	2,1	2,5	1,9
Farinha de trigo (AT)	0,6	0,6	-1,7	-1,2	-1,8	-2,4	-0,9	-1,1	1,3	1,7	2,5
Café em coco (P)	11,9	3,2	-11,2	-15,0	-12,9	-9,6	0,0	6,9	10,4	8,9	2,9
Algodão em pluma (AT)	-0,5	-8,6	-7,7	-10,6	-10,0	-3,6	-1,7	-1,5	-1,4	-1,2	-0,4

Fonte: Departamento de Economia Rural (DERAL), Secretaria de Agricultura do Paraná. Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA VII.7

PREÇOS AGRÍCOLAS A NÍVEL DE PRODUTOR (P) E ATACADO (AT) NO PARANÁ, EM REAIS - AGO./OUT. 1994

TAXAS DE VARIAÇÃO NOMINAL QUADRISSEMANAIS MOVEIS "PONTA-A-PONTA"

PRODUTOS	AGOSTO					SETEMBRO				OUTUBRO	
	I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	I	II
Boi gordo (P)	14,8	14,7	11,7	8,3	1,2	-0,9	-0,2	-0,0	8,1	18,1	19,1
Boi magro (P)	7,7	11,2	9,5	13,7	10,2	4,5	3,5	0,6	5,5	13,5	15,7
Dianteiro bovino (AT)	5,9	3,8	3,0	1,5	-4,2	-1,4	-5,1	-3,6	2,9	8,1	14,5
Traseiro bovino (AT)	7,9	10,3	9,7	8,5	1,0	-0,5	1,6	2,1	8,8	20,4	21,9
Frango vivo (P)	0,0	0,0	0,0	3,7	3,7	3,7	3,6	0,0	0,0	3,6	3,5
Frango congelado (AT)	-5,6	0,0	-1,0	3,9	-2,0	-2,9	-2,0	-4,7	3,0	2,0	3,0
Frango resfriado (AT)	-7,3	-1,0	0,0	4,0	-2,0	-1,0	-2,0	-3,8	2,0	2,0	4,0
Leite cota (P)	10,5	10,5	10,5	5,0	4,8	4,8	4,8	4,8	4,5	4,5	9,1
Ovo grande (P)	22,7	20,1	2,2	2,2	-5,7	-5,4	-8,0	-8,3	-10,4	-7,8	-5,3
Ovo grande (AT)	12,6	3,0	-3,7	-1,3	-6,6	-6,8	0,1	-2,9	-3,7	-4,2	-5,2
Suíno comum (P)	4,4	-11,3	2,2	13,0	14,9	27,7	27,7	19,2	16,7	10,0	8,3
Suíno comum (AT)	-36,9	-36,9	0,0	10,8	10,8	10,8	10,8	5,7	38,2	48,0	56,9

Fonte: Departamento de Economia Rural (DERAL), Secretaria de Agricultura do Paraná. Elaboração: IPEA-Dipes.

IPEA
INDICADORES E PREVISÕES

PREVISÕES

TABELA VIII.1

PRODUTO INTERNO BRUTO

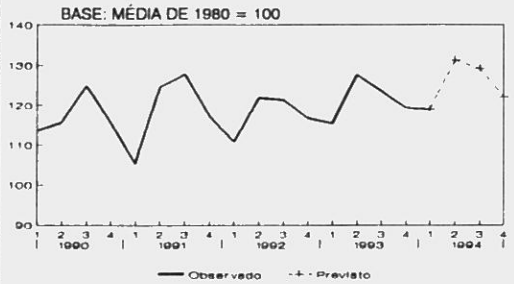
ÍNDICE BASE FIXA TRIMESTRAL (1980 = 100)

	OBSERVADO					ESTIMADO	PREVISTO
	1993.II	1993.III	1993.IV	1994.I	1994.II	1994.III	1994.IV
PIB	127,6	123,5	119,3	119,0	131,3	129,4	122,7
Agropecuária	185,7	124,8	106,2	137,1	197,9	132,1	111,8
Indústria	104,7	109,8	104,0	99,6	107,8	117,1	106,0
Serviços	137,4	139,1	141,1	136,4	139,3	142,9	145,4

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO VIII.1

PIB REAL TRIMESTRAL



Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA VIII.2

PIB TRIMESTRAL: ÍNDICE DESSAZONALIZADO

VARIAÇÃO ENTRE TRIMESTRES (%)

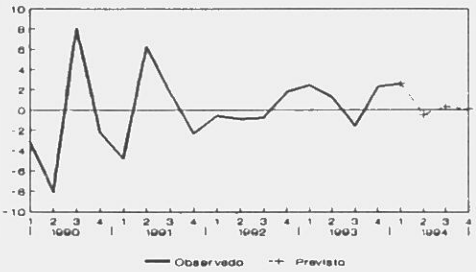
TRIMESTRE	PIB	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
1990.I	-3,13	-6,99	-3,98	-1,02
II	-8,06	2,25	-15,07	-4,38
III	8,14	3,56	14,98	3,70
IV	-2,21	2,38	-5,37	-0,19
1991.I	-4,76	-4,05	-8,47	-2,02
II	6,26	0,06	12,46	3,48
III	1,72	5,52	0,82	1,13
IV	-2,33	0,68	-4,57	-1,06
1992.I	-0,58	1,98	-2,05	-0,38
II	-0,92	-0,86	-2,19	-0,15
III	-0,75	0,62	-0,59	-0,36
IV	1,81	0,70	3,39	0,63
1993.I	2,54	-1,23	3,85	2,12
II	1,29	0,09	1,90	1,36
III	-1,57	-2,85	-2,20	-0,58
IV	2,30	2,32	3,07	1,30
1994.I	2,58	7,23	2,14	1,83
II	-0,50	-0,16	-0,15	-1,23
III	0,34	-3,06	1,62	0,60
IV	0,10	1,60	-1,49	1,01

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO VIII.2

PIB: ÍNDICES DESSAZONALIZADOS

VARIAÇÃO ENTRE TRIMESTRES (%)



Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA VIII.3

PRODUTO INTERNO BRUTO

TAXA ACUMULADA EM QUATRO TRIMESTRES

	OBSERVADO					ESTIMADO	PREVISTO
	1993.II	1993.III	1993.IV	1994.I	1994.II	1994.III	1994.IV
PIB	0,6	2,9	4,1	4,6	4,0	4,2	3,9
Agropecuário	0,9	-0,4	-1,2	0,5	2,6	4,8	6,3
Lavouras	0,3	-0,7	-1,8	0,4	3,5	7,0	9,8
Produção Animal	1,7	-0,0	-0,4	0,6	1,3	1,9	1,6
Indústria	0,1	4,6	6,8	6,8	5,3	5,3	4,2
Tranformação	0,6	6,0	7,9	7,8	6,1	6,1	4,9
Construção Civil	-2,9	1,5	4,9	4,6	2,4	2,8	1,4
Demais	0,7	0,9	2,5	4,0	3,9	3,5	3,0
Serviços	0,9	2,3	3,5	3,8	3,2	3,0	2,8
Comércio	1,1	5,4	7,1	6,7	4,0	2,7	2,5
Transporte	0,6	1,3	3,4	4,5	2,8	3,7	4,0
Demais	0,9	1,4	2,2	2,7	3,0	3,1	2,8

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO VIII.3A

PIB REAL TRIMESTRAL

VARIAÇÃO % ACUMULADA EM 4 TRIMESTRES

Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO VIII.3B

PIB REAL TRIMESTRAL

ÍNDICE TRIMESTRAL DESSAZONALIZADO

BASE: MÉDIA DE 1980 = 100

Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA VIII.4

PRODUTO INTERNO BRUTO

TAXA DE VARIAÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)

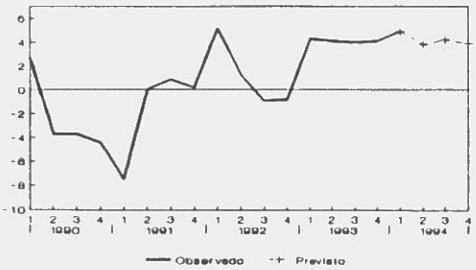
	OBSERVADO					ESTIMADO	PREVISTO
	1993.II	1993.III	1993.IV	1994.I	1994.II	1994.III	1994.IV
PIB	4,1	4,0	4,1	4,9	3,8	4,2	3,9
Agropecuário	0,0	-1,1	-1,2	7,0	6,7	6,5	6,3
Lavouras	0,6	-1,0	-1,8	9,8	9,3	9,5	9,8
Produção Animal	-1,0	-1,1	-0,4	3,6	2,4	2,0	1,6
Indústria	6,9	6,9	6,8	5,1	4,0	5,0	4,2
Tranformação	8,3	8,3	7,9	5,6	4,6	5,9	4,9
Construção Civil	6,0	4,6	4,9	3,3	1,1	1,8	1,4
Demais	1,1	1,8	2,5	4,4	3,9	3,1	3,0
Serviços	3,2	3,3	3,5	4,1	2,7	2,7	2,8
Comércio	7,5	7,5	7,0	5,0	1,3	1,7	2,5
Transporte	3,8	2,6	3,4	8,2	3,1	3,4	4,0
Demais	1,6	1,9	2,2	3,1	3,1	3,0	2,8

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO VIII.4

PRODUTO INTERNO BRUTO

TAXA DE VARIAÇÃO ACUMULADA NO ANO



Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA VIII.5

TAXA DE INVESTIMENTO E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

TRIMESTRE	TAXA DE INVESTIMENTO (% DO PIB)		FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (Δ % ACUMULADA EM 4 TRIMESTRES)				
	NO TRIMESTRE	NOS ÚLTIMOS 4 TRIM.	TOTAL	CONSTRUÇÃO CIVIL	BENS DE CAPITAL PRODUÇÃO	BENS DE CAPITAL EXPORT.	BENS DE CAPITAL IMPORT.
1989.I	15,6	16,5	-6,93	-4,71	-4,48	30,11	-0,52
II	17,0	16,4	-4,81	-1,52	-5,16	15,60	3,50
III	17,1	16,6	-2,06	1,38	-2,96	10,01	14,18
IV	16,9	16,7	1,19	6,32	-0,28	8,69	12,44
1990.I	17,2	17,1	8,31	11,90	3,78	-2,18	16,97
II	14,8	16,6	1,96	3,16	-1,01	-3,81	20,11
III	15,9	16,2	-3,50	-2,69	-8,68	-7,33	18,29
IV	14,1	15,5	-10,98	-12,26	-15,01	-14,89	17,45
1991.I	14,3	14,8	-19,20	-20,56	-20,85	-10,04	10,58
II	15,3	14,9	-12,38	-14,11	-11,63	-6,05	3,20
III	15,5	14,8	-10,14	-12,87	-6,46	-6,90	-3,09
IV	14,9	15,0	-3,22	-4,66	-1,82	-0,87	-5,22
1992.I	14,3	15,0	4,69	4,77	5,17	3,85	-5,78
II	13,7	14,6	-1,35	-0,20	-2,75	0,44	-8,66
III	13,5	14,1	-5,36	-2,72	-6,52	11,44	-6,96
IV	13,5	13,7	-9,11	-6,37	-6,28	16,18	-12,36
1993.I	14,6	13,8	-8,97	-7,38	-6,66	18,18	-4,54
II	14,3	14,0	-3,55	-2,95	-1,36	21,12	1,86
III	14,3	14,2	3,55	1,24	5,79	13,67	11,86
IV	14,7	14,5	9,82	4,64	9,81	10,92	31,43
1994.I	16,1	14,9	12,77	4,56	13,96	5,63	27,35
II	15,8	15,2	13,44	3,44	14,65	11,46	41,14
III[a]	15,6	15,5	14,06	2,85	14,66	17,16	36,12

Elaboração: IPEA-Dipes. [a] Estimado. [b] Séries revistas a partir das Contas Consolidadas para a Nação-Brasil, 1980-1993 (IBGE).

GRÁFICO VIII.5A

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO VIII.5B

TAXA DE INVESTIMENTO

EM PERCENTAGEM DO PIB

Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA VIII.6

PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL[a]

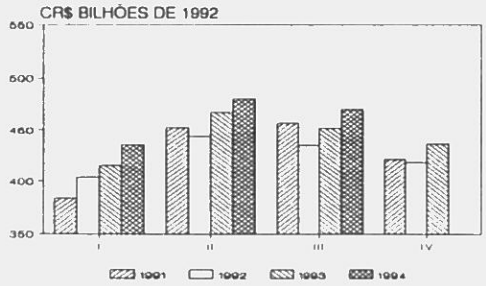
VALORES A PREÇOS CONSTANTES

TRIMESTRE	CR$ BILHÕES DE 1992	ACUMULADO NO ANO	PIB *PER CAPITA* 10^3 CR$ DE 1992
1991.I	383,69	383,69	2,64
II	452,59	836,27	3,10
III	456,69	1.292,96	3,12
IV	421,76	1.714,73	2,87
1992.I	403,49	403,49	2,73
II	444,31	847,81	3,00
III	435,05	1.282,86	2,92
IV	418,50	1.701,36	2,80
1993.I	415,46	415,46	2,77
II	467,20	882,66	3,11
III	452,04	1.334,70	2,99
IV	436,77	1.771,47	2,88
1994.I	435,38	435,38	2,86
II	480,45	915,83	3,15
Estimado			
III	470,53	1.386,36	3,07

Elaboração: IPEA-Dipes. Observação: Houve revisão do cálculo para série iniciada em 1980. Quem necessitar da informação anterior a 1990 poderá solicitá-la ao GAC. [a]Série revista em outubro de 1991.

GRÁFICO VIII.6

PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL



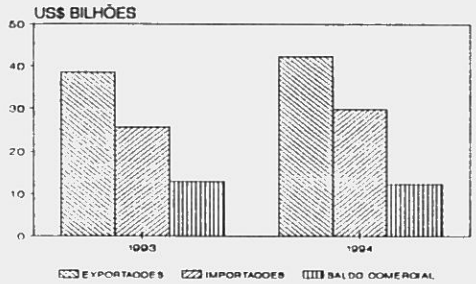
Elaboração: IPEA-Dipes.

TABELA VIII.7
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - 1993/1994
EM US$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	1993 (EFETIVO) (US$ 10^6)	1994 (PREVISTO) (US$ 10^6)	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Exportações	38.597	41.384	9,81
Básicos	9.367	10.460	11,67
Industrializados	28.923	31.275	8,13
Semimanufaturados	5.445	6.849	25,79
Manufaturados	23.478	24.426	4,04
Transações Especiais	307	649	111,40
Importações	25.659	29.993	16,89
Petróleo Bruto	2.139	2.680	25,29
Demais	23.520	27.313	6,135
Saldo Comercial	12.938	12.391	-4,23

Fonte: MICT/CTIC. Elaboração: IPEA-Dipes.

GRÁFICO VIII.7
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA
1993/94



Fonte: MEFP/Decex. Elaboração: IPEA-Dipes.

PUBLICAÇÕES DO IPEA (TEXTOS)

1993/1994

TEXTO PARA DISCUSSÃO - TD

Nº 288 - ***Distribuição de Renda no Brasil: Avaliação das Tendências de Longo Prazo e Mudanças na Desigualdade Desde Meados dos Anos 70***, Regis Bonelli e Lauro Ramos, janeiro 1993, 32 p.

Nº 289 - ***Current Status of Water Pollution Control in Brazil***, Ronaldo Seróa da Motta, Guilhermino O. Filho, Francisco Eduardo Mendes, Cynthia A. Nascimento, fevereiro 1993, 38 p.

Nº 290 - ***Sistemas e Instrumentos de Estímulo às Exportações nos Países do Mercosul***, Eduardo Augusto Guimarães, fevereiro 1993, 28 p.

Nº 291 - ***Informal Labor Contracts: A Solution or a Problem?***, Ricardo Barros, Ricardo Mello e Valéria Pero, fevereiro 1993, 49 p.

Nº 292 - ***Salvaguardas. Achegas a uma Nova Legislação Comum aos Países do Mercosul***, Luiz A.P. Souto Maior, fevereiro 1993, 24 p.

Nº 293 - ***Fontes de Financiamento para a Infra-Estrutura Rodoviária Federal: necessidade de recomposição***, Ruy Silva Pessoa, fevereiro 1993, 12 (+ anexo).

Nº 294 - ***Income Inequality, Inequality in Education, and Children's Schooling Attainment in Brazil***, Ricardo Paes de Barros e David Lam, março 1993, 35 p.

Nº 295 - ***Modernização Tecnologia e Formação Técnico-Profissional no Brasil: impasses e desafios***, Tereza Cristina Kirschner, março 1993, 54 p. (+ anexo).

Nº 296 - ***Sistema de Informações: Transporte coletivo urbano de passageiros***, Lúcia Panariello, março 1993, 2 v.

Nº 297 - ***Aspectos Políticos e Econômicos das Receitas e dos Gastos Públicos no Brasil***, Nilson Holanda, abril 1993, 42 p.

Nº 298 - ***Inflation and Unemployment as Determinants of Inequality in Brazil: The 1980***, Eliana Cardoso, Ricardo Barros e André Urani, abril 1993, 29 p.

Nº 299 - ***The Challenge of Reforming Social Security in Latin America***, Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, maio 1993, 25 p.

Nº 300 - ***Incentivos Fiscais e Creditícios às Exportações Brasileiras: Resultados Setoriais para o Período 1980-91***, Armando Castelar Pinheiro, Cláudia Pio Borges, Sonia Zagury e Mario Mesquita, maio 1993, 39 p.

Nº 301 - ***Agregação Monetária com o Índice Divisia: Aplicação ao Caso Brasileiro***, José W. Rossi, maio 1993, 31 p.

Nº 302 - ***Inflação e Variabilidade de Preços Relativos com Abordagem Novo-Clássica: teoria e evidência empírica para o Brasil***, José Coelho Matos Filho, junho 1993, 51 p.(+ anexos).

Nº 303 - ***A Moderna Tributação do Consumo***, Fernando Rezende, junho 1993, 30 p. (+ anexos).

Nº 304 - ***Avaliação das Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento em 1991***, Edgar Bastos de Souza, Dilma Seli Pena Pereira, Aldo Moreira Lima e Emmanuel Cavalcante Porto, junho 1993, 22 p. (+ anexos).

Nº 305 - ***Ações Governamentais para a Qualidade e Produtividade nos EUA: relatório de viagem***, Luiz Fernando Tironi e Fábio Ferreira Batista, junho 1993, 17 p.

Nº 306 - ***Uma Análise Desagregada do Comércio Exterior Brasileiro no Período 1974/92***, Armando Castelar Pinheiro, junho 1993, 29 p. (+ anexos).

Nº 307 - ***Unequal opportunity to Survive. Education and Regional Disparities in Brazil***, Ricardo Barros e Diana Sawyer, julho 1993, 21 p.

Nº 308 - ***Poverty and Public Utilities Pricing***, Thompson Almeida Andrade, julho 1993, 26 p.

Nº 309 - ***Comércio : Fronteira de Negócios na Colonização da Amazônia***, Angela Moulin S. Penalva Santos, julho 1993, 48 p.

Nº 310 - ***Poverty Among Female-Headed Households in Brazil***, Ricardo Paes de Barros, Louise Fox e Rosane Mendonça, agosto 1993, 41 p.

Nº 311 - ***Regional Disparities in Education Within Brazil: The Role of Quality of Education***, Ricardo Paes de Barros, Rosane Silva Pinto de Mendonça, James Alan Shope, agosto 1993, 9 p.

Nº 312 - ***A Desregulamentação do Mercado e das Relações de Trabalho no Brasil: potencial e limitações***, Jorge Jatobá e Everardo Gaspar Lopes de Andrade, agosto 1993, 28 p.

Nº 313 - *Condicionantes e Diretrizes de Política para a Abertura Comercial Brasileira* (Relatório Final), Gesner Oliveira, coord., setembro 1993, 107 p.

Nº 314 - *Descentralização: Um Tema Complexo*, Ademar K. Sato, outubro 1993, 20 p.

Nº 315 - *Construção de uma Matriz Energética para o Brasil*, Roberto Luis Olinto Ramos, Ajax R. B. Moreira e Marco Antonio Rosa, setembro 1993, 72 p.

Nº 316 - *Universalização com Qualidade: uma Proposta de Reorganização do Sistema de Saúde no Brasil*, André Cezar Medici, Francisco E. B. de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão, outubro 1993, 22 p.

Nº 317 - *Human Resources in the Adjustment Process*, Edward Amadeo, Ricardo Paes de Barros, José Márcio Camargo, Rosane Silva Pinto de Mendonça, Valéria Pero e André Urani, outubro 1993, 89 p.

Nº 318 - *Infra-estrutura, Comercialização e Competitividade da Agricultura Brasileira*, Léo da Rocha Ferreira, Heloisa Lee Burnquist e Danilo Rolim, outubro 1993, 63 p.

Nº 319 - *Desregulamentação do Setor Transporte o Subsetor Transporte Aéreo de Passageiros*, Newton de Castro e Philippe Lamy, outubro 1993, 58 p.

Nº 320 - *Quem Ganha Salário Mínimo no Brasil?* José Guilherme A. Reis e Lauro Ramos, outubro 1993, 19 p.

Nº 322 - *Avaliação e Agenda do Programa Nacional de Desestatização*, Octávio A. F. Tourinho e Ricardo L. L. Vianna, outubro 1993, 38 p.

Nº 323 - *Brazilian Privatization in the 1990s*, Armando Castelar Pinheiro e Fabio Giambiagi, outubro 1993, 36 p.

Nº 324 - *Motivação e Estruturação do Programa Nacional de Desestatização*, Octavio A. F. Tourinho e Ricardo L. L. Vianna, outubro 1993, 31 p.

Nº 325 - *A Demanda por Moeda no Brasil: Uma Análise de Co-Integração*, José W. Rossi, novembro 1993, 14p.

Nº 326 - *Recursos Humanos e a Difusão e Adaptação de Novos Métodos para a Dualidade no Brasil*, Afonso Fleury e John Humphrey, Coord., dezembro 1993, 53p.

Nº 327 - *Produtividade, Crescimento Industrial e Exportações de Manufaturados no Brasil: Desempenho e Competitividade*, Regis Bonelli, janeiro 1994, 35p.

Nº 328 - *Searching for the Determinants of the Level of Social Welfare in Latin America*, Ricardo Barros e José Márcio Camargo, janeiro 1994, 38 p.

Nº 329 - *A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80*, George Martine, janeiro 1994, 43 p.

Nº 330 - *Reforma da Previdência Social: uma análise comparativa das propostas*, Luiz Alberto Lino e Marcus José Reis Câmara, fevereiro 1994, 22 p.

Nº 331 - *Ensino Fundamental: gastos da união e do MEC em 1991 - tendências*, José Amaral Sobrinho, fevereiro 1994, 08 p. (+ anexos).

Nº 332 - *Custos de Saúde Associados à Poluição do Ar no Brasil*, Ronaldo Seróa da Motta e Ana Paula Fernandes Mendes, fevereiro 1994, 32 p.

Nº 333 - *Esforço Tecnológico das Empresas Brasileiras*, Virene Roxo Matesco, fevereiro 1994, 73 p.

Nº 334 - *Bloco de Comércio e Competitividade das Exportações Brasileiras*, Marcelo José B. Nonnenberg , abril 1994, 31 p.

Nº 335 - *O Modelo Hiperinflacionário da Demanda por Moeda de Cagan e o Caso do Brasil*, José W. Rossi, abril 1994, 23 p.

Nº 336 - *O Comportamento Estratégico das Empresas Industriais Brasileiras: Inovadoras versus Não-Inovadoras*, Virene Roxo Matesco, abril 1994, 93 p.

Nº 337 - *A Reação do Empresariado Argentino Diante da Formação do Mercosul*, Monica Hirst, Gabriel Bezchinsky e Fabian Costellana, maio 1994, 35 p.

Nº 338 - *A Privatização Tem Jeito*, Armando Castelar Pinheiro, maio 1994, 23 p.

Nº 339 - *A Reforma e a Modernização do Setor de Transporte Ferroviário de Carga*, Newton de Castro e Philippe Lamy, junho 1994, 61 p.

Nº 340 - *Um Retrato das Finanças da Educação no Paraná*, Antonio Carlos da R. Xavier e Antonio Emilio S. Marques, junho 1994, 57 p. + anexos.

Nº 341 - *Energia Elétrica - Setor Emergencial*, Sérgio Alencar Buslik, junho 1994, 41 p.

Nº 342 - *Fontes de Financiamento da Seguridade Social Brasileira*, Francisco Eduardo Barreto de Oliveira e outros, julho 1994, 79 p.

Nº 343 - *Um Retrato das Finanças da Educação no Espírito Santo*, Antonio Carlos da R. Xavier e outros, julho 1994, 75 p + anexos.

Nº 344 - *Seguro Depósito*, Joe Akira Yoshino, agosto 1994, 72 p. + anexos..

Nº 345 - *Mudanças Recentes no Padrão Demográfico Brasileiro e Implicações para a Agenda Social*, George Martine (coord.), José Alberto Magno de Carvalho e Alfonso Rodrigues Arias, julho 1994, 47 p.

Nº 346 - *Construção de uma Matriz de Contabilidade Social para o Brasil*, André Urani e outros, agosto 1994, 38 p.

Nº 347 - *Tendências Estocásticas do Produto Efeito de Flutuações da Produtividade e da Taxa de Juros Real*, Elcyon Caiado R. Lima e outros, agosto 1994, 26 p.

Nº 348 - *Capacitação, Tecnológica, Competitividade e Política Industrial: uma Abordagem Setorial e por Empresas Líderes*, André Furtado (Coord.), setembro 1994, 133 p.

Nº 349 - *The Demand for Money in High Inflation Processes*, Octávio A. F. Tourinho, setembro 1994, 52 p.

Nº 350 - *Participação da Mulher na Força de Trabalho e Pobreza no Brasil*, Lauro Ramos e outros, outubro 1994, 19 p.

Nº 351 - *Is Poverty the Main Cause of Child Work in Urban Brazil?* Ricardo P. Barros e outros, outubro 1994, 20 p.

Nº 352 - *Um Modelo Multissetorial de Consistência para a Região Nordeste*, Ajax R. B. Moreira e outros, outubro 1994, 58 p.

RELATORIO INTERNO - RI

Coordenação de Política Macroeconômica - CPM

Nº 01/93 - *O comportamento Previsto para a Produção Industrial em 1993, de Acordo com Modelos Função Transferência*, Mary de Melo Sousa, março 1993, 3 p.

Nº 02/93 - *Indicadores Antecedentes e Simulações para as Exportações e Importações Totais Brasileiras*, Mary de Melo Sousa, julho 1993, 3 p.

Nº 03/93 - *Setor Produtivo Privado: indicadores econômico-financeiros (1986/92)*, Paulo Zolhof, agosto 1993, 4 p.

Nº 04/93 - *Comentários sobre a Privatização do Setor Estatal no Brasil*, Paulo Zolhof, dezembro 1993, 2 p.

Nº 01/94 - *A Inflação Brasileira e o Recente Plano de Estabilização*, José Coelho Matos Filho, janeiro 1994, 3 p.

Coordenação de Difusão Técnica e Informações - CDI

Nº 01/93 - *Programa de Qualidade e Produtividade: realidade ou utopia*, Rose Mary Juliano Longo, fevereiro 1993, 3 p.

Coordenação de Política Social - CPS

Nº01/93 - *Alguns Desafios Atuais da Formação de Professores de Educação Básica*, Pedro Demo, maio 1993, 7 p.

Nº02/93 - *A Política de Assistência Social para o Idoso no Brasil*, Maria das Dores Gonçalves, junho 1993, 5 p.

Nº 01/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Pará: parceria estado-município*, Mayra Lumy Tapia, fevereiro 1994, 3 p.

Nº 02/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Tocantins: parceria estado-município*, Noé Pereira Lima, fevereiro 1994, 2 p.

Nº 03/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Acre: parceria estado-município*, Noé Pereira Lima, fevereiro 1994, 3 p.

Nº 04/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Amazonas: parceria estado-município*, Noé Pereira Lima, fevereiro 1994, 4 p.

Nº 05/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado de Rondônia: parceria estado-municipal*, Noé Pereira Lima, fevereiro 1994, 3 p.

Nº 06/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Amapá: parceria estado-município*, Mayra Lumy Tapia, fevereiro 1994, 3 p.

Nº 07/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Amapá: parceria estado-município*, Mayra Lumy Tapia, fevereiro 1994, 2 p.

Nº 08/94 - *Democratizar a Propriedade da Terra: um imperativo da cidadania*, Ronaldo Coutinho Garcia, abril 1994, 2 p.

Nº 09/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado de Alagoas: parceria estado/município*, Noé Pereira Lima, maio 1994, 2 p.

Nº 10/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado da Bahia: parceria estado/município*, Mayra Lumy Tapia, maio 1994, 4 p.

Nº 11/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado de Pernambuco: parceria estado/município*, Noé Pereira Lima, maio 1994, 3 p.

Nº 12/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado de Sergipe: parceria estado/município*, Noé Pereira Lima, maio 1994, 3 p.

Nº 13/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado da Paraíba: parceria estado-município*, Mayra Lumy Tapia, maio 1994, 4 p.

Nº 14/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Rio Grande do Norte: parceria estado-município*, Noé Pereira Lima, maio 1994, 4 p.

Nº 15/94 - *O que Devemos Entender por Gestão da Qualidade Total?*, Antonio Carlos da R. Xavier, maio 1994, 2 p.

Nº 16/94 - *Rompendo Paradigmas: a implantação da Gestão da qualidade total nas escolas municipais de Cuiabá*, Antonio Carlos da R. Xavier, maio, 3 p.

Nº 17/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Ceará: parceria estado-município*, Maribel Alves Fierro Sevilla, maio 1994, 3 p.

Nº 18/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado de São Paulo: parceria estado-município*, José Amaral Sobrinho, maio 1994, 2 p.

Nº 19/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Mato Grosso: parceria estado-município*, Maribel Alves Fierro Sevilla, maio 1994, 4 p.

Nº 20/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Piauí: parceria estado-município*, Maribel Alves Fierro Sevilla, maio 1994, 4 p.

Nº 21/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Mato Grosso do Sul: parceria estado-município*, Maribel Alves Fierro Sevilla, maio 1994, 2 p.

Nº 22/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Maranhão: parceria estado-município*, Maribel Alves Fierro Sevilla, maio 1994, 2 p.

Nº 23/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Rio Grande do Sul: parceria estado-município*, Maribel Alves Fierro Sevilla, maio 1994, 4 p.

Nº 24/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado de Santa Catarina: parceria estado-município*, Maribel Alves Fierro Sevilla, maio 1994, 5 p.

Nº 25/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado de Goiás: parceria estado-município*, Maribel Alves Fierro Sevilla, maio 1994, 3 p.

Nº 26/94 - *Por que não se Consegue Municipalizar o Ensino Básico: recursos financeiros e leis não são suficientes?*, Antonio Emilio Sendim Marques, maio 1994, 4 p.

Nº 27/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Espírito Santo: parceria estado-município*, José Amaral Sobrinho, junho 1994, 3 p.

Nº 28/94 - *Municipalização do Ensino Fundamental no Estado de Minas Gerais: parceria estado-município*, José Amaral Sobrinho, junho 1994, 3 p.

Nº 29/94 - *Política Nacional de Segurança Alimentar: Subsídios para a Discussão*, Ronaldo Coutinho Garcia, julho 1994, 3 p.

Nº 30/94 - *O Plano Decenal de Educação para Todos: Cultura e Contra-Cultura*, José Amaral Sobrinho, agosto 1994, 5 p.

Coordenação de Política Setorial - CPSe

Nº 01/93 - *Proposta para o novo Plano Nacional de Viação-PNV*, Ruy Silva Pessoa, janeiro 1993, 5 p.

Diretoria Executiva

Diretoria de Pesquisa

Nº 01/93 - ***Os Fundos de Pensão e a Formação de Poupança***, Francisco E. B. de Oliveira, fevereiro 1993, 2 p.

Diretoria de Políticas Públicas

Nº 01/93 - ***Qualidade Total na Área de Serviços: como implantar um programa de melhoria contínua no setor público***, Fábio Ferreira Batista, junho 1993, 5 p.

CADERNO DE ECONOMIA - CE

Nº 13 - ***Pobreza: Conceito e Mensuração***, Maurício Costa Romão, fevereiro 1993, 209 p.

Nº 14 - ***Tasa de Cambio Real Efectiva y Exportaciones Brasileñas de Productos Manufacturados***, Gloria Canales Vargas, novembro 1993, 42 p. + apêndice.

DOCUMENTO DE POLÍTICA - DP

Nº 13 - ***Política Social e Reforma Fiscal: As Áreas de Educação e Saúde***, Edson Nunes e José Brakarz, março 1993, 44 p.

Nº 14 - ***O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar***, Ana Maria T. M. Peliano (Coord.), março 1993, 9. (+ anexos).

Nº 15 - ***O Mapa da Fome II: informações sobre a indigência por municípios da federação***, Anna Maria T. M. Peliano (Coord.), maio 1993, 7 p. (+ anexos).

Nº 16 - ***Projeto do Banco Central Independente***, José Romeu de Vasconcelos, maio 1993, 16 p.

Nº 17 - ***O Mapa da Fome III: indicadores sobre a indigência no Brasil (classificação absoluta e relativa por municípios)***, Anna Maria T. M. Peliano (coord.), agosto 1993, 6 p. (+ anexos).

Nº 18 - ***Os Estudos de Impactos Ambientais no Brasil: uma análise de sua efetividade***, Severino Soares Agra Filho, outubro 1993, 73 p. (+ anexos).

Nº 19 - ***O Mapa da Criança: a indigência entre as crianças e os adolescentes***, Anna Maria T. M. Peliano (coord.), novembro 1993, 16 p. + anexos.

Nº 20 - ***O Mapa da Criança II: a indigência entre as crianças e os adolescentes***, Anna Maria T. M. Peliano (coord.), novembro 1993, 6 p. + anexos.

Nº 21 - ***Vendedores de Ilusões***, Francisco E. B. de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão, janeiro 1994, 7 p.

Nº 22 - ***Programação Convergente e Controle Social das Ações de Governo***, Ronaldo Coutinho Garcia, fevereiro 1994, 11 p. + anexos.

SERIE SEMINARIOS*

A Série Seminarios tem por objetivo divulgar trabalhos apresentados em seminarios promovidos pela DIPES/IPEA.

Nº 01/93 - *Human Resources in the Adjustment Process*, Edward Amadeo (PUC/Rio), Ricardo Paes de Barros (IEI/UFRJ, IUPERJ, DIPES/IPEA, Yale), José Márcio Camargo (PUC/Rio), Rosane S.P. de Mendonça (PUC/Rio, DIPES/IPEA), Valéria Lúcia Pero (IEI/UFRJ, DIPES/IPEA), André Urani (IEI/UFRJ, DIPES/IPEA).

Nº 02/93 - *Nível e Distribuição de Renda Brasil e Macrorregiões, 1979, 1985-89*, Lilian Maria Miller, (IBGE-DEISO).

Nº 03/93 - *Entrepreneurial Risk and Labour Share in Output*, Renato Fragelli Cardoso, (EPGE-FGV).

Nº 04/93 *Inflação e Desemprego como Determinantes do Nível e da Distribuição da Renda do Trabalho no Brasil Metropolitano; 1982-92*, André Urani, (IEI/UFRJ, DIPES/IPEA).

Nº 05/93 - *Indexação e Regulamentação na Dinâmica do Mercado de Trabalho*, Guilhermo Tomás Málaga (FGV-SP).

Nº 06/93 - *Indexação e Inflação de Equilíbrio*, Antônio Fiorêncio (UFF).

Nº 07/93 - *Uma Nova Abordagem do Conflito Distributivo e a Inflação Brasileira*, Jorge Saba Arbache Filho, (UnB).

Nº 08/93 - *Em Busca das Raízes da Pobreza na América Latina*, Ricardo Paes de Barros (DIPES/IPEA, IEI, IUPERJ, YALE), e José Márcio Camargo, (PUC/Rio).

Nº 09/93 - *Human Capital Investment and Poverty*, Heitor Almeida (PUC-Rio) e José Márcio Camargo (PUC/Rio).

Nº 10/93 - *Política de Concorrência e Estratégias Empresariais: Um Estudo da Indústria Automobilística*, Lúcia Helena Salgado (DIPES/IPEA).

Nº 11/93 - *Capital Humano e Custo de Ajustamento*, Ricardo Paes de Barros (DIPES/IPEA, IEI, IUPERJ, YALE), José Carlos Carvalho (YALE UNIVERSITY) e Rosane Silva Pinto de Mendonça (PUC/Rio, DIPES/IPEA).

Nº 12/93 - *A Competitividade das Exportações Brasileiras no Período 1980/99*, Armando Castelar Pinheiro (DIPES/IPEA) e Maria Helena Horta (DIPES/IPEA).

Nº 13/93 - *Quem Ganha o Salário Mínimo no Brasil?*, Lauro Roberto Albrecht Ramos (IPEA/USU) e José Guilherme Almeida Reis (CNI/PUC)

Nº 14/93 - *Medidas de Consumo de Capital Natural no Brasil*, Ronaldo Seróa da Mota (DIPES/IPEA).

Nº 15/93 - *Relações de Trabalho, Educação e Mecanismos de Proteção Social*, Carlos Medeiros (IEI/UFRJ), Cláudio Salm (IEI/UFRJ) e Maria Lúcia Werneck (IEI/UFRJ).

Nº 16/93 - *Returns to Education in Brazil: A Flexible Functional Form Estimation*, José Carlos dos Reis Carvalho (consultor PNUD/YALE UNIVERSITY).

Nº 17/93 - *The Politics of Economics in Brazil*, Wilber Albert Chaffer (Saint Mary's College of California/IUPERJ).

Nº 18/93 - *A Flexibilidade no Mercado de Trabalho: Teoria e Experiências Internacionais*, Carlos Alberto Ramos (UnB/IPEA), agosto 1993.

Nº 19/93 - *Avaliação do Ensino Superior no Brasil*, Jean-Jacques Paul (Institute de Recherche sur L'Economie de L'Education), agosto 1993.

Nº 20/93 - *Inflation, Wage Indexation and the Permanent Income Hypothesis*, Marcelo Neri (Princeton University/UFF), setembro 1993.

Nº 21/93 - *The Role of Education on the Male-Female Wage Gap in Brazil: 1981-1990*, Suzanne Duryea (University of Michigan), setembro 1993.

Nº 22/93 - *Entre a Lógica Particular e a Eficiência Social*, Edward J. Amadeo (PUC/Rio), setembro 1993.

Nº 23/93 - *Geração e Reprodução da Desigualdade de Renda no Brasil*, Ricardo Paes de Barros (IEI/UFRJ, IUPERJ, DIPES/IPEA, YALE UNIVERSITY) e Rosane Silva Pinto de Mendonça (PUC/Rio, DIPES/IPEA), outubro 1993.

Nº 24/93 - *Asymmetric Employment Cycles at the Firm Level*, Gustavo Gonzaga (PUC/Rio), outubro 1993.

Nº 25/93 - *Duração da Pobreza no Brasil*, Ricardo Paes de Barros (IEI/UFRJ, IUPERJ, DIPES/IPEA, YALE UNIVERSITY), Rosane Silva Pinto de Mendonça (PUC/Rio, DIPES/IPEA) e Marcelo Neri (UFF e PRINCETON UNIVERSITY), outubro 1993.

Nº 26/93 - *Contrato Coletivo, Negociação Coletiva, Competitividade e Crescimento:* Principais Conceitos e Quadro Comparativo, Hans Mathieu (ILDESFES) e Achim Wachendorfer (ILDESFES), outubro 1993.

Nº 27/93 - *Brazilian Women in the Metropolitan Labor Force:* A Time Series Study Across Region And Household Status, Jorge Jatobá (UFPE), novembro 1993.

Nº 28/93 - *Distribuição Mundial de Renda no Pós-Guerra, Crescimento Econômico e Desigualdade entre Países (1950-1988)*, Regis Bonelli (DIPES/IPEA), novembro 1993.

Nº 29/93 - *The Informal Sector Demographic Dynamics in Brazil:* Implications from the Age Structure, Eduardo Rios-Neto (CEDEPLAR/UFMG), Simone Wajman (CEDEPLAR/UFMG), Lauro Ramos (DIPES/IPEA), novembro 1993.

Nº 30/93 - *Demanda Efetiva e Salários: uma Teoria sem Mercado*, Victor Hugo Klagsbrunn (UFF), novembro 1993.

Nº 31/93 - *Uma Matriz de Contabilidade Social para a Região Nordeste*, André Urani (DIPES/IPEA e IEI/UFRJ) e Ajax Moreira (DIPES/IPEA).

Nº 32/93 - *Moeda e Inflação: Novas Evidências sobre o Comportamento da Oferta Monetária*, Gerson Pereira Lima (UnB e Casa Civil da Presidência da Republica), dezembro 1993.

Nº 01/94 - *Conferência sobre Regulamentação do Mercado de Trabalho no Brasil*, março 1994.

Nº 02/94 - *As Conseqüências de Melhorias do Status da Mulher e da Queda de Fertilidade sobre o Desenvolvimento Infantil e a Pobreza Familiar*, Tatiana Velazco, abril 1994.

Nº 03/94 - *O Impacto do Seguro-Desemprego sobre o Mercado de Trabalho: O Caso Brasileiro*, Danielle Carusi Machado, abril 1994.

Nº 04/94 - *Desemprego: Aspectos Teóricos e o Caso Brasileiro*, Carlos Henrique Leite Corseuil, abril 1994.

Nº 05/94 - *Porca Miséria II - As Causas da Pobreza no Brasil*, Ricardo Paes de Barros e José Márcio Camargo, maio 1994.

Nº 06/94 - *Crescimento da Produtividade e Geração de Emprego na Indústria Brasileira*, André Vilela e Edward Amadeo, maio 1994.

Nº 07/94 - *II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho*, Lena Lavinas (coord.) e outros, maio 1994.

Nº 08/94 - *The Evolution of Welfare, Poverty and Inequality in Brazil over the Last Three Decades: 1960-1990*, Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça, maio 1994.

Nº 09/94 - *O IDS e o Desenvolvimento Social nas Grandes Regiões e nos Estados Brasileiros*, Maria Cecilia Prates Rodrigues, junho 1994.

Nº 10/94 - *Um Estudo da População de Altos Rendimentos no Brasil nos Anos Recentes*, Paula de Medeiros Albuquerque, junho 1994.

Nº 11/94 - *Instituições Trabalhistas e a Dinâmica do Mercado de Trabalho Brasileiro*, agosto 1994.

Nº 12/94 - *Wage Indexation and the Effects of Money*, Antônio Fiorencio, agosto 1994.

Nº 13/94 - *Is Poverty the Main Cause of Child Work in Urban Brazil?* Ricardo P. de Barros, Rosane Mendonça e Tatiana Velazco, agosto 1994.

Nº 14/94 - *Qualificação da Mão-de-Obra e Mercado de Trabalho não Regulamentado*, Reynaldo Fernandes, setembro 1994.

*Anteriormente chamada de "Seminários sobre estudos sociais e do trabalho".

Aos Leitores

O Boletim Conjuntural *é publicado trimestralmente pelo IPEA - em janeiro, abril, julho e outubro. O Grupo de Acompanhamento Conjuntural (GAC), responsável por sua elaboração, produz complementarmente, nos demais meses do ano, a* Carta de Conjuntura IPEA.

O grande interesse demonstrado pelo público que atua direta ou indiretamente na área de economia faz evidenciar por si só o êxito desses periódicos. Ao mesmo tempo, a crescente demanda por exemplares inviabilizou o seu sistema anterior de distribuição, gratuita e dirigida.

Assim, para possibilitar o atendimento a um público maior, o IPEA adotou o sistema de assinaturas. Nesse sentido, para receber o Boletim Conjuntural *e, adicionalmente, a* Carta de Conjuntura IPEA, *basta preencher o formulário a seguir, destacá-lo e devolvê-lo ao endereço indicado, acompanhado de cheque nominal ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Caso V.Sa. esteja interessado(a) em mais de uma assinatura, queira reproduzir o formulário tantas vezes quantas forem necessárias.*

Atenciosamente,

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
Diretoria de Pesquisa
Grupo de Acompanhamento Conjuntural - GAC

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

Correspondência para:
Serviço Editorial
Av. Presidente Antonio Carlos, 51
14º andar - CEP 20020-010
Rio de Janeiro - RJ
Tels.: (021) 220-5533 e 292-5141 - R 118
Fax: (021) 240-1920
E-mail: ipea@vm.lncc.br

FORMULÁRIO DE ASSINATURA

Solicito a V.Sa. a assinatura do periódico Boletim Conjuntural (BC). *Para tanto, estou enviando cheque nominal ao* **PNUD-Projeto BRA 92/029**, *no valor correspondente a R$ 35,00 (trinta e cinco reais), o que me dará direito a receber 4 (quatro) números do periódico e, adicionalmente, 8 (oito) números da* Carta de Conjuntura IPEA.

Dados Cadastrais

Nome _____

Endereço _____ Bairro _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

ÁREA DE PESQUISA OU INTERESSE:

01. Política e Desenvolvimento Agrícola **02.** Política e Desenvolvimento Industrial **03.** Política e Desenvolvimento Social **04.** Política e Desenvolvimento Urbano **05.** Política e Desenvolvimento Regional **06.** Política e Comércio Exterior **07.** Economia do Setor Público **08.** História e Pensamento Econômico **09.** Demografia e Recursos Humanos **10.** Emprego, Salários e Distribuição de Rendas **11.** Microeconomia **12.** Macroeconomia **13.** Outras *(especificar)*